



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL



TIANA BRUM DE JESUS

**UM *DIQUE* NO MEIO DO CAMINHO: PROCESSOS DE REASSENTAMENTO
E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

PORTO ALEGRE
JANEIRO DE 2014

TIANA BRUM DE JESUS

**UM *DIQUE* NO MEIO DO CAMINHO: PROCESSOS DE REASSENTAMENTO
E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Dra. Maria Isabel Barros Bellini - Orientadora

PORTO ALEGRE
JANEIRO DE 2014

TIANA BRUM DE JESUS

**UM *DIQUE* NO MEIO DO CAMINHO: PROCESSOS DE REASSENTAMENTO
E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 09 de janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Maria Isabel Barros Bellini - Orientadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Dra. Idília Fernandes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Dra. Sandra Regina Martini Vial
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

PORTO ALEGRE
JANEIRO DE 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à comunidade da Vila Dique - Porto Alegre/RS, onde a vida brota e insiste em nascer e renascer todos os dias; à equipe da Unidade de Saúde Santíssima Trindade (USST), que reinventa um modo singular e plural de promover saúde; e a todas as companheiras e companheiros que lutam por um Outro Mundo Possível, pela Terra Sem Males, pela Civilização do Amor!

AGRADECIMENTOS

E o caminho se faz ao caminhar, já diria o poeta... E o que seria de nós, se não fossem os diversos palhaços e palhaças que estão dentro desta “kombi” chamada mundo, dessa travessia, chamada vida?

Fui gerada por duas pessoas que são formadas de puro amor e sensibilidade, Clelia e Edegar, que com todas as dificuldades enfrentadas, inclusive a morte, me deram a vida, a casa, a comida, o exemplo, a fé e o amor. Minha mana Luana, nome escolhido da boia-fria, sem-terra, é um exemplo de menina-mulher forte e determinada, com ela estou sempre aprendendo e amando.

E foi neste ventre familiar que me constitui como sujeito de luta a partir do momento que fui criada na comunidade São José Operário do bairro Thomé de Souza em Ijuí/RS. Ali, descobri o que é Comunidade Eclesial de Base (CEB's). Foi nesta comunidade que iniciei a minha participação em grupo de jovens que culminou na minha militância na Pastoral da Juventude (PJ) subsidiada na Teologia da Libertação. Ah, essa militância! Foram muitos anos de luta intensa, de articulação de grupos de base, de formação política-ecclesial-social-econômica e artística! Elise, minha companheira de todos os momentos, minha irmã de luta e de sonho, contigo vivi e vivo momentos de mística e revolução! Aqui agradeço aos companheiros Juliano, Eliseu, Márcia, Rodrigo, Sabrina, Emerson, Janaina, Vanessa, Mateus, Leonardo, Hilário Dick...

Essa militância me levou a caminhar ao Serviço Social e como bolsista do PROUNI, realizei minha graduação na UNIJUI, onde encontrei mais palhaços e palhaças, Maira, Bianca, Claudio, Diogo, Jocenir, Jorge... Foram companheiros e companheiras de luta, de movimento estudantil, onde coordenamos o Centro Acadêmico, disputamos a DCE e realizamos muitas reformulações no curso. Foi nesse momento que também fiz parte do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESC) e iniciou a minha paixão pela saúde, pelo “SUSão”. Essas pessoas me deram inspiração pra seguir estudando!

Chega o momento então, em que parto de Ijuí para Porto Alegre e vou parar na Vila Dique, onde realizei a Residência Integrada em Saúde na Saúde da Família e Comunidade. Meu coração pulsa forte nesse agradecimento especial à Tatiane, Felipe, Magda, Rei, Edith, Zane, Lori, Aramito, Ruth, Bel,

MM's, Vera, Chris, Rô estrela, Rô, Dona Sueli, Dany, Fabi, Gui, Thiago, Carol, Marina, André, Giordano, Pânabella, Camila, Pedro, Mari, que já integraram e integram a Equipe da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, onde vivi dois anos de intensas e fortes emoções e transformações! Tati, Lourenço, Luisa e Vicente, juntamente com o Felipe, foram os responsáveis pelo meu desejo em querer viver! Me mostraram a vida colorida!

E as gurias que me deixam sem palavras? Letícia e Cris Pegoraro! Porque são mulheres de ação, luta e sentimento. São minhas companheiras além-residência, da vida toda, minha inspiração nas relações humanas!

Ainda nesse percurso, aqui vai o meu agradecimento especial àqueles e àquelas que são os motivadores deste trabalho: a comunidade da Vila Dique! É neste chão que me constitui assistente social, foi por meio de vocês! É neste chão que meu coração pulsa, as lágrimas rolam no rosto, a indignação bate à minha porta e a esperança brilha! Valo, asfalto, becos, estrada de chão e Porto Novo!

E quando encontrei o Coletivo Gaúcho de Residentes e toda a peleia bonita que realizamos! Mano Lucas, Valdir, Diego, Thaís, Luiz, Mirceli, Leo, Luizão e por aí se vai, pra além da Residência, a luta da classe trabalhadora! Não é mesmo Zé e Chica?! Sensacionais malucos-beleza!

Aos companheiros e companheiras do SUSpeitando, Andis, Ana Celina, Everton, Karine, Leo, Nadir, Rosa, Renata! Toda a vida que emana da arte, a arte que emana da vida, que possamos SUSpeitar, SUSpirar e SUStentar muitos protagonismos artísticos por esse mundão a fora!

E quando resolvi encarar e dizer sim ao Mestrado!? Encontrei a práxis viva! Belinha, minha orientadora mulher de luz, de razão e sensibilidade, profissional admirável e coerente, possibilitou a realização do Mestrado por meio do nosso projeto Pró-Ensino na Saúde 2012-2014, via bolsa CAPES. Através disso conheci nada mais, nada menos que Patrícia e Guilherme, cada um na sua singularidade, foram os meus pilares nesses dois anos. A eles, todo meu amor e respeito, à inteligência, ao bom senso, ao trabalho de cada um. Nossa amizade é para sempre! Nesse embalo faço um destaque de agradecimento especial à Lucia, Elisa, Larissa, Renato, Tati, Evelise, Vanessa, Solange, Betina... uma turma que iniciou a caminhada junto e que foi uma

turma simplesmente diferenciada, cheia de “colocações” e emoções! Thiana e Camilia, doutorandas da beleza, da simplicidade e da ousadia!

À galera do NETSI, que momento conhecer vocês! Uma equipe sensacional, responsável por eventos do porte do SIPINF! Vai dizer, e não pra vê! Mandalas de luz pra vocês!

Aos companheiros das CEB's que reencontrei em Porto Alegre! Homens e mulheres de pura luta, inspirados no revolucionário Jesus de Nazaré!

E quando menos eu espero sou chamada em Sapucaia do Sul, para trabalhar no CAPS AD Passarela. Ali, a vida insiste em iniciar a cada dia com dificuldades, enfrentamentos, ternuras e belezas! Aos usuários guerreiros e que juntos, através da articulação e da organização iniciamos processos de protagonismo da vida real! À equipe, serei eternamente grata pela força, pela aprendizagem, pelas trocas constantes e pelo nosso lindo e desafiante trabalho! Felipe Galo Místico, Filipe, Graça, Márcia, Gabi, Ana, Suelen, Edson, Etel, Ligia, Jussara, Tânia, Nagibi, seu Luis! Aos residentes Margarete e Luis Felipe por me forjarem preceptora!

Aqui agora, paio meu agradecimento sobre a República da Primavera, e quase não encontro expressões que digam o que Fernanda e Frân significam para mim, porque são a minha família de opção! Minhas companheiras de amor eterno! Oxigênios das plantinhas que habitam nossa casa! Dois pedaços inteiros de doce e salgado, quente e frio, água e fogo, terra e ar! Combustível de existência nesses últimos tempos! Musas da beleza da vida!

E eu desejava que quando o Mestrado acabasse eu pudesse encontrar um amor... mas sem esperar, antes de finalizar, mas em vias de, se aproxima a paixão que nasceu há um ano atrás no Dia Nacional do Samba. Eu te imaginava bem assim, sincero, engraçado, lindo e revolucionário! E ele chegou! “Subiremos... por toda a minha vida” Mário! Marinho! Missioneiro! Meu amor!

Que momento! Sobre fortes emoções, encerro provisoriamente meus agradecimentos a vocês! “Tamojunto” nos sonhos, nas lutas e no amor!

Por que cantamos

*Se cada hora vem com sua morte
Se o tempo é um covil de ladrões
Os ares já não são tão bons ares
E a vida é nada mais que um alvo móvel...*

Você perguntará por que cantamos

*Se nossos bravos ficam sem abraço
A pátria está morrendo de tristeza
E o coração do homem se fez cacos
Antes mesmo de explodir a vergonha...*

Você perguntará por que cantamos

*Se estamos longe como um horizonte
Se lá ficaram as árvores e céu
Se cada noite é sempre alguma ausência
E cada despertar um desencontro...*

Você perguntará por que cantamos

*Cantamos porque o rio está soando
E quando soa o rio / soa o rio
Cantamos porque o cruel não tem nome
Embora tenha nome seu destino*

*Cantamos pela infância e porque tudo
E porque algum futuro e porque o povo
Cantamos porque os sobreviventes
E nossos mortos querem que cantemos*

*Cantamos porque o grito só não basta
E já não basta o pranto nem a raiva
Cantamos porque cremos nessa gente
E porque venceremos a derrota*

*Cantamos porque o sol nos reconhece
E porque o campo cheira a primavera
E porque nesse talo e lá no fruto
Cada pergunta tem a sua resposta*

*Cantamos porque chove sobre o sulco
E somos militantes desta vida
E porque não podemos nem queremos
Deixar que a canção se torne cinzas.*

Mário Benedetti

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre os processos de reassentamento de comunidades e a intersectorialidade das políticas sociais, evidenciando a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos envolvidos, tomando como experiência o caso da comunidade da Vila Dique em Porto Alegre/RS. O processo de reassentamento dos moradores deste território, localizado às margens do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em um cenário de realidade desafiado por inúmeras expressões da questão social, vem ocorrendo desde o ano de 2009 a partir de justificativas de ocupação em área irregular, associado à necessidade de ampliação da pista do aeroporto. A tramitação vem sendo debatida desde a formação desta comunidade, mas a definição de que a cidade de Porto Alegre será uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014 fez com que se concretizasse a retirada das famílias. O estudo está subsidiado no método dialético-crítico de inspiração marxiana e trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual utilizamos técnicas de grupo focal com moradores da referida comunidade que já estão reassentados em novo território – Porto Novo - e com moradores que ainda vivem na Vila Dique; entrevista com assistentes sociais inseridas nas principais políticas sociais envolvidas com o processo; e análise documental. O processo histórico da formação das cidades brasileiras caracteriza-se pela industrialização e urbanização iniciadas no século XX, com um forte processo de êxodo rural, onde a classe trabalhadora foi sendo alocada às margens dos grandes centros urbanos. Através da articulação e da organização das comunidades é que foram conquistados os direitos sociais, materializados por meio das políticas sociais, que de forma contraditória, também se caracterizam como respostas do Estado e da classe detentora dos meios de produção às pressões da classe trabalhadora. Ao longo dos anos, as pessoas que habitam regiões de interesse econômico e de especulação imobiliária são ameaçadas a deixarem seus territórios em detrimento da expansão do capitalismo, e os megaeventos, juntamente com as obras de “desenvolvimento urbano”, materializam essa expansão. Esse modelo de desenvolvimento do capitalismo recebe incentivos do Estado e provoca um grave quadro de violação de direitos, que é o caso de nosso estudo. Desde o início do reassentamento a comunidade sofreu diversas pressões do poder público, recebendo um projeto sem efetivas possibilidades de ser construído coletivamente, de acordo com os interesses da comunidade. O andamento das obras fez com que no processo os moradores não tivessem acesso aos equipamentos sociais conquistados pela própria comunidade (posto de saúde, escolas, clube de mães, galpão de reciclagem, etc.). As ações intersectoriais entre as políticas sociais foram incipientes para dar conta de garantir o acesso da comunidade aos direitos sociais de forma integral. Refletimos também sobre as contribuições do Serviço Social nesse processo, subsidiadas pelo seu Projeto Ético-Político, onde destacamos a importância do fomento das ações intersectoriais, a socialização das informações, a dimensão coletiva da profissão no que confere à articulação e organização da comunidade, integrando possíveis alternativas ao estudo em questão.

Palavras-chave: Processos de reassentamento. Intersectorialidade. Política Social. Território.

ABSTRACT

This paper presents a study on the process of resettlement of communities and intersectionality of social policies, emphasizing the access of the individuals involved to basic rights. The paper is based on the experience of the community of Vila Dique ("Dam Village"), in the city of Porto Alegre, Brazil. The area is located in the proximity of the Salgado Filho International Airport, a scenario challenged by numerous expressions of social issues. The process of resettlement of the residents of the area has been occurring since 2009 under the justification of illegal occupation, along with the need to expand the airport track. The procedure has been under discussion since the formation of the community but the definition of the city of Porto Alegre as one of the venues of the Fifa World Cup in 2014 materialized the removal of the families. The study is funded in critical-dialectical method of Marx's inspiration and it is a qualitative study in which we use techniques focus group with residents of that community who are already resettled in new territory - Porto Novo - and locals still living Dike in the Village; interview with social workers entered the main social policies involved with the process, and document analysis. The historical process of the formation of Brazilian cities is characterized by industrialization and urbanization started in the twentieth century, with a strong process of rural exodus, where the working class was being allocated to the banks of the great urban centers. Through articulation and organization of communities is that social rights, materialized through social policies, in contradictory fashion, also characterized as the state and owns the means of production to the pressures of the working class responses were conquered. Over the years, the people who inhabit regions of economic interest and speculation are threatened to leave their territories at the expense of expansion of capitalism and mega events, along with the works of "urban development", materialize this expansion. This model of capitalist development receives incentives from the state and causes a severe violation of rights, which is the case in our study. Since the beginning of the resettlement community suffered various pressures from the government, getting a project without effective possibilities to be collectively constructed according to the interests of the community. The progress of works made in case residents do not have access to social facilities conquered by the community (health centers, schools, mothers club, storage houses, etc.). Intersectoral action between social policies were incipient to account to ensure community access to social rights in full. Also reflect on the contributions of social work in this process , subsidized by its Ethical - Political Project , where we emphasize the importance of the promotion of intersectoral action, the socialization of information , the collective dimension of the profession that gives the joint and community organizing, integrating possible alternatives to the study.

Keywords: resettlement processes. Intersectionality. Social Policy. Territory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: É CHEGADA A HORA DE PARTIR. MAS POR ONDE E PARA ONDE VAMOS?	12
1.1. Por onde vamos: o método	15
1.2. Como caminhamos: a metodologia.....	19
1.3. O mapa do caminho: estrutura do trabalho	23
2. INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E PROCESSOS DE REASSENTAMENTO: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NO TERRITÓRIO?...	26
2.1. Território e a materialização das políticas sociais: qual é o chão que se pisa?	27
2.2. Metamorfoses da política social sob o olhar do território.....	31
2.3. Concepções de território e acesso aos direitos: o chão da sociabilidade humana....	34
2.4. Processos de reassentamento: expansão do capital e violação dos direitos.....	39
2.5. Intersetorialidade das políticas sociais: caminho à emancipação política?.....	45
3. DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO: A CAMINHO DA TERRA PROMETIDA?	54
3.1. Diálogos pelo caminho: Território	57
3.2. Processos de remoção e reassentamento: o que há pelo caminho?.....	68
3.3. Buscando subsídios no caminho: Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Reassentamento da Vila Dique e Relatório Final	91
3.4. Intersetorialidade e acesso aos direitos sociais: diálogos necessários.....	98
3.5. Porto Novo: chegada ou partida	115
4. SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÃO E EMANCIPAÇÃO PELO CAMINHO	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROVISÓRIAS	143
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	156
Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido – Assistentes Sociais das políticas de saúde, assistência social e habitação.	156
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido – Moradores da Vila Dique (não reassentados)	157
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido – Moradores da Vila Dique/Porto Novo já reassentados	158
Apêndice D – Roteiro de tópicos guia para as entrevistas com assistentes sociais das políticas de saúde, assistência social e habitação.	159
Apêndice E – Roteiro de tópicos guia para grupo focal com moradores da Vila Dique não reassentados.	160
Apêndice F – Roteiro de tópicos guia para grupo focal com moradores da Vila Dique/Porto Novo já reassentados	161
Apêndice G – Roteiro de análise documental.....	162
Apêndice H – Participação nos grupos focais.....	163
ANEXOS	164
Anexo A - Autorização Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS	164
Anexo B – Cartas de apresentação e autorização institucional para a pesquisa.....	165
Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB.....	165
Grupo Hospitalar Conceição - GHC.....	166
Fundação de Assistência Social - FASC.....	167
Anexo C – Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil – CEP PUCRS	168
Anexo D – Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil – CEP GHC	172

1. INTRODUÇÃO: é chegada a hora de partir. Mas por onde e para onde vamos?

*“Prepare o seu coração pras
coisas que eu vou contar...
Eu venho lá do sertão,
eu venho lá do sertão!”*

Disparada – Geraldo Vandré

Ao tecer essas primeiras palavras, somos inspirados na música “Disparada” de Geraldo Vandré (1966), nos remetendo à ideia de um caminho que percorremos nesta escrita. É importante dizer de onde partimos, qual caminho percorremos e onde chegamos provisoriamente, pois o momento de chegada ou do “encontro é também despedida”¹. Nesse sentido, os primeiros passos desse trabalho são como um mapa de orientação àqueles e àquelas que se dispõem a caminhar conosco. Abordaremos assim, as raízes que motivaram essa escrita, o método o qual nos guiamos, a metodologia que nos dá a forma de caminhar e por fim, a estrutura do trabalho e seus aspectos.

As motivações dessa escrita partem de nossa experiência pessoal, estudantil e profissional como assistente social. Anterior ao ingresso no curso de Serviço Social desenvolvemos na região de Ijuí/RS o trabalho junto às pastorais sociais, e às comunidades eclesiais de base (CEBs) ligadas à Teologia da Libertação². Com esse trabalho, vivenciamos realidades de muitas comunidades, partindo dos pressupostos da educação popular, no trabalho com jovens na Pastoral da Juventude (PJ). Isso nos despertou o desejo de exercer uma profissão que almejasse, a partir de uma leitura crítica da realidade, a transformação social, embasada na autonomia dos sujeitos.

Nessa perspectiva, no ano de 2006, fomos aprovados na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), no curso de Serviço Social. Na graduação tivemos uma maior inserção no movimento

¹ Encontros e despedidas. (1985) Composição: Milton Nascimento e Fernando Brant.

² A partir da década de 60 surge uma corrente de renovação no pensamento social cristão católico, diante do Concílio Vaticano II que visa uma práxis política de comprometimento com a libertação social dos pobres, que se deu através da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Sociais. Segundo Betto (2010, p 32) “Teologia da Libertação assume conscientemente sua incidência política e suas mediações ideológicas”. Não nasce em universidades ou seminários, mas em comunidades eclesiais de base (CEBs) e nos movimentos pastorais que agrupam fiéis das classes populares. No entanto, essa linha de pensamento nunca teve a hegemonia na Igreja Católica no Brasil.

estudantil, onde coordenamos o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASES). Além disso, participamos do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESC) desta Universidade, com foco na problematização de temas referentes à saúde coletiva, principalmente abuso de substâncias psicoativas e saúde mental. Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), estudamos a questão do uso e abuso de substâncias psicoativas, o ato infracional e a medida sócio-educativa, como desafio à materialização do Sistema de Garantia de Direitos à Infância e Juventude.

Do ano de 2010 a 2012 estivemos inseridos na pós-graduação, na modalidade de formação profissional de ensino em serviço, no campo da política social de saúde. Essa experiência se deu através da Residência Integrada em Saúde (RIS), no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Ministério da Saúde (MS), na ênfase da Saúde da Família e da Comunidade (SFC).

Atuando como assistente social residente, em uma das doze unidades de saúde do Serviço de Saúde Comunitária (SSC) do GHC, foi possível estudar e exercer no campo de prática, o Serviço Social na saúde - Atenção Básica. O campo que oportunizou essa vivência foi a Unidade de Saúde Santíssima Trindade (USST), localizada na Vila Dique, em Porto Alegre/RS, onde foi possível vivenciar processos de trabalho do assistente social neste campo, articulado de forma multiprofissional e interdisciplinar com outros núcleos profissionais. E como peregrina nesse caminho que se faz de muitos encontros e desencontros, acompanhamos no cotidiano de formação em serviço, o processo de reassentamento dos moradores do referido território, que vem ocorrendo desde o ano de 2009, num cenário de realidade desafiado por inúmeras expressões da questão social.

A comunidade que ocupa esse território, localizado às margens do Aeroporto Internacional Salgado Filho, vem vivenciando um processo de remoção e reassentamento, a partir de justificativas de ocupação em área irregular, associado à necessidade de ampliação da pista do aeroporto. A tramitação desse processo de remoção e reassentamento já vem sendo discutido há muitos anos, juntamente com a formação desta comunidade, mas a definição de que a cidade de Porto Alegre será uma das sedes da Copa do

Mundo de Futebol³, fez com que esse processo de retirada das famílias se materializasse.

A inserção nesta Unidade de Saúde, marcou nossa trajetória de vida pessoal e profissional. Nos faz afirmar, acreditar e firmar com muito mais intensidade e compromisso os valores do nosso Código de Ética Profissional, como a “defesa intransigente dos direitos humanos”, a “ampliação e consolidação da cidadania” e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2011).

Essa experiência despertou o interesse em aprofundar reflexões e desocultar a realidade através da pesquisa no Mestrado. Dessa forma, esse trabalho buscou fundamentar-se nos estudos da área de concentração do Programa de Pós-Graduação denominada *Serviço Social, Políticas e Processos Sociais*. Dentro desta área, o tema da pesquisa relaciona-se com a Linha *Serviço Social e Políticas Sociais*, por estudarmos como se dá a conformação e a articulação das políticas sociais em processos de reassentamentos de populações, bem como sua relação com o acesso aos direitos, sendo este, campo de atuação do Serviço Social.

Diante de nossa experiência profissional, compreendemos que na medida em que uma comunidade já se encontra numa periferia e com condições precárias de vida, e que durante um processo de reassentamento, encontra entraves ao acessar os serviços que materializam direitos sociais, remete à ideia de dupla penalização da classe trabalhadora, num quadro de radicalização da questão social (IAMAMOTO, 2008).

Isso gerou uma implicação e um compromisso ético-político em buscar um maior estudo e aprofundamento desses processos sociais, pois não pretende-se realizar um discurso superficial, apenas do que foi visualizado neste processo. Deseja-se sim, a partir da pesquisa social, buscar subsídios

³ O ano de 2007 é um importante marco nesse processo, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de onze ministros e do Advogado-Geral da União, assina o Documento de Garantias Governamentais, contrato particular de adesão estabelecido com a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), através do qual o Brasil se comprometeria a atender incondicionalmente a todas as exigências da entidade, numa relação de grave subserviência política [...]. É importante lembrar também que todas as cidades-sede assumiram obrigações similares por meio dos chamados *Host City Agreements* (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

científicos que possam contribuir para a produção do conhecimento acerca da realidade social e possibilitar processos de reflexões, questionamentos e problematizações sobre as múltiplas determinações que a compreendem.

Segundo Demo (1991) pesquisa é a atividade científica pela qual descobre-se a realidade. O pressuposto é de que a realidade não se desvenda na superfície, e assim, o ato de pesquisar tem fundamental importância para uma profissão como o Serviço Social. Isso implica buscar um arcabouço teórico-metodológico, a fim de desvendar e conhecer a realidade, os fenômenos e as contradições. Para tanto partimos dos sujeitos em “carne e osso”, do homem concreto e real, das condições materiais e históricas que se colocam para essa atividade de aproximação sucessiva da realidade. “São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação” (MARX e ENGELS, 2009, p. 23).

1.1. Por onde vamos: o método

*“Ser radical é tomar as coisas pela raiz.
Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”.*

Karl Marx

Isso quer dizer que tal trabalho fundamenta-se em um método, que do Grego *methodos* significa “caminho para chegar a um fim”⁴. Desta forma, o caminho de nossa escrita, de nossa pesquisa e análise é o materialismo histórico e dialético ou método dialético-crítico de inspiração marxiana, que encontra-se como parte dessa perspectiva teórica. Ele apresenta-se tanto na investigação quanto na exposição e análise dos resultados da pesquisa. Ou seja, na questão expositiva; na descrição da realidade; e analítica, com vistas ao seu desocultamento, compreensão e em apontamentos para processos de transformação. Com isso, o método transversaliza o estudo, pois também refere-se ao modo como se interpreta a realidade.

⁴ A palavra método vem do grego, *methodos*, composta de *meta*: através de, por meio, e de *hodos*: via, caminho. Servir-se de um método é, antes de tudo, tentar ordenar o trajeto através do qual se possa alcançar os objetivos projetados (Dicionário Etimológico, 2013).

De maneira, que a própria opção por este método é uma opção política e científica, considerando a ciência não como algo neutro, mas politicamente posicionada em relação aos interesses de classe. Isso significa reforçar que o método acaba por determinar o modo com que se compreende a realidade e ainda, estar a serviço de determinado grupo social. A opção política e até mesmo pedagógica pelo método dialético crítico, leva o sujeito pesquisador a trabalhar com a contradição e o conflito com a luta dos contrários; o movimento histórico e o seu devir; a totalidade que contempla a universalidade e a particularidade; bem como a apreensão no caminho da pesquisa, das múltiplas dimensões concretas do real, sejam elas social, política, econômica, cultural, filosófica, que envolvem o objeto. Tende a revisar e considerar sempre como totalizações provisórias as apreensões realizadas, na busca de se chegar à essência das relações, processos e estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas e teóricas construídas sobre o objeto em questão. Tudo isso, tendo como o aspecto central o trabalho, como mediação fundamental das relações sociais e elemento estruturante da sociabilidade humana (RAICHELIS, 2013).

Marx e o seu pensamento, ao dar as bases ao método, sempre partiu das condições materiais situadas na história, do “homem encharcado” da realidade social, como ser concreto, para que dessa forma a própria organização da sociedade possa ser explicada. Isso significa dizer, que o método dialético crítico, fornece subsídios para a leitura, interpretação e análise da realidade, bem como um guia no processo de intervenção profissional. “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX e ENGELS, 2009, p. 122). Isso quer dizer que nosso trabalho também possui uma função social: não quer apenas refletir e problematizar aspectos relacionados aos processos de reassentamento e o grave quadro de violação de direitos das comunidades que sofrem com esses processos, mas quer também, construir proposições e possíveis alternativas às problemáticas, a partir do processo de desvendamento da realidade.

Assim, há a possibilidade de realizar uma leitura da realidade com ênfase à sua transformação propositiva e coerente, sem perder de vista os elementos interconectados da realidade que não podem ser vistos e interpretados isoladamente. Analisa-se, portanto, como esses elementos se

cruzam, se integram e compõem um contexto específico. E dessa forma, reforça-se o caráter de concreticidade que é o cerne do método.

Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [*Reflexe*] e ecos ideológicos desse processo de vida. (MARX e ENGELS, 2009, p. 31).

Desta forma, compreende-se que:

Observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção. A estrutura social e o Estado decorrem constantemente dos processos de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são *realmente* (MARX e ENGELS, 2009, p. 30).

Por isso é que a prática é critério de verdade (MARX e ENGELS, 2009) e a história se apresenta como a melhor contraprova, trazendo seus dados, números, fatos e expressões dos sujeitos que a vivenciam. E o devir citado por Lefébvre, como vir a ser, como processo e provisoriamente, mostra que a realidade é permeada pelo movimento, de caráter contraditório, e por isso é processo, de modo que os próprios dados achados na pesquisa existem nesse constante movimento de superação. Os fenômenos são multicausais e assim, também a forma de realizar a leitura e a investigação dessa realidade deve ser realizada de diferentes maneiras. Isso se materializa na medida que em função do nível de alienação dos sujeitos, a própria coleta de dados apenas com os sujeitos passa a não ser suficiente. É necessário emancipar os sentidos e tirar as vendas que ocultam o real, e como o método está articulado com a leitura de realidade, busca desta forma essa própria emancipação, mesmo que não seja a emancipação plena, quando o sistema vigente estiver superado.

A eliminação da propriedade privada constitui, portanto, a *emancipação* total de todos os sentidos e qualidades humanas. Mas só é tal emancipação porque os sobreditos sentidos e propriedades se tornaram *humanos*, tanto do ponto de vista subjetivo como objetivo (MARX 1964, p. 197).

Parte-se de uma análise que considera a estrutura social e que busca na história, considerando a articulação dos múltiplos fatores sociais, culturais,

políticos e econômicos, o desvendamento do fenômeno social. Conforme aponta Prates (2005, p. 133)

Este método nos auxilia com instrumentos que possibilitam não só realizar a leitura crítica da realidade social, mas, e isto é fundamental, com subsídios para propor e intervir no real. Este método, associado a um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicausal, aporta, além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho, com seus condicionados e protagonistas.

Aponta-se desta forma, as principais categorias do método que adota-se nessa pesquisa e que se materializam, “iluminando” a pesquisa, sejam elas, a totalidade, a historicidade, a contradição, a mediação e o trabalho. Elas permitem olhar para o tema a ser pesquisado de forma ampliada, concisa, articulando o universo a ser estudado com a organização econômica, social e política.

A totalidade, muito mais que reunião de partes, significa um todo articulado, conectado (PRATES, 2005). Significa poder analisar os fenômenos a partir de uma perspectiva que possa visualizar todos os fatores, onde os processos não podem ser vistos de maneira unicausal.

A historicidade reconhece a processualidade, o movimento e a transformação do homem, da realidade e dos fenômenos (PRATES, 2005). Parte-se de que nada é imutável e os processos sociais se dão na história. E a historicidade busca apreender esse movimento da história.

A contradição remete à idéia de movimento, de tensionamento, na luta dos contrários na perspectiva da superação de conflitos. A realidade é permeada de contradição, assim como as relações humanas e a própria dinâmica da sociedade. Prates (2005, p.135) aponta a contradição como “destruidora, mas também como criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável”.

Outra categoria que se coloca é a mediação, entendida como elemento fundamental no pensamento dialético, que é “obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade” (KONDER, 1997, p.46). Essa categoria possibilita compreender a existência de uma dimensão e necessidades inclusive, imediatas, percebidas assim pelos

sujeitos, e uma dimensão mediata que vai descobrindo-se e desvendando-se num processo, possibilitando a superação dos fenômenos estudados.

O trabalho enquanto categoria estabelecida como fundante da sociabilidade humana, subsídio para uma análise da materialidade da vida social, estabelecido como processo entre ser humano e natureza, ou nas palavras de Marx (2010, p. 211) “um processo em que o homem, por sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Ou seja, estamos falando do cerne do método e das relações sociais.

O movimento de *detour*, num ciclo de ida e de volta, parte do presente concreto e retorna à história para compreender como tal fato se conformou, e nesse movimento de volta ao presente, tomado de criticidade, apresenta a história como chave de entendimento do tempo presente. Assim, é possível ver a própria indissociabilidade das categorias do método, ao passo que uma se articula com a outra. Nisso consiste também a investigação a que se propõe realizar e assim, há que se ter “coragem” para olhar com profundidade a realidade concreta, através da categoria totalidade, apreendendo a sua historicidade, permeada pela contradição, subsidiada também pela categoria mediação para que se possa realizar as devidas conexões analíticas.

1.2. Como caminhamos: a metodologia

*“Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah Eu!
Usei todos os sentidos
Só não lavei as mãos
E é por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo!”*

Ivan Lins

A partir da exposição dos elementos que justificam e fundamentam tal trabalho, faz-se necessário descrever aspectos relacionados à identificação desta pesquisa e de como foi a realização da mesma. Para tanto, inicialmente elencamos a delimitação do tema que consistiu em: **A intersetorialidade das políticas sociais no processo de reassentamento da Vila Dique em Porto Alegre/RS e as implicações no acesso de direitos dos sujeitos envolvidos.**

A partir de tal delineamento, elaboramos nosso problema de pesquisa: **Como a intersectorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento interfere no acesso aos direitos dos sujeitos envolvidos?**

Para auxiliar no percurso deste trabalho, elaboramos questões norteadoras, que se seguem: **a)** Quais políticas sociais estão inseridas no processo de reassentamento da Vila Dique? Que ações intersectoriais, entre essas políticas sociais, são desenvolvidas, como forma de garantir acesso aos direitos, da comunidade da Vila Dique, em processo de reassentamento? **b)** Quais os critérios e fatores que direcionam as decisões nos processos de reassentamento de uma população? **c)** Quais as contribuições do Serviço Social na articulação de políticas sociais em processos de reassentamento de uma população?

Para dar concretude a essas questões, elaboramos os objetivos do estudo. **Objetivo Geral:** Analisar a intersectorialidade entre as políticas sociais no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos envolvidos. **Objetivos Específicos: a)** Identificar quais são as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de descrever de que forma se dão as ações intersectoriais; **b)** Identificar critérios e fatores que direcionam as decisões nos processos de reassentamento de uma população, a fim de desvendar como esse direcionamento interfere no acesso às políticas sociais; **c)** Evidenciar as contribuições do Serviço Social na articulação de políticas sociais em processos de reassentamento de uma população, refletindo as potencialidades de uma atuação subsidiada pelo projeto ético-político profissional.

A partir destes objetivos, elaboramos o caminho que a pesquisa deveria percorrer, optando pela pesquisa do tipo qualitativa. Entende-se que enfoque misto subsidia de forma mais integral e à luz da totalidade, a investigação da realidade. No entanto, devido às experiências anteriores e ao não conhecimento aprofundado ainda sobre esse enfoque, optou-se por utilizar neste trabalho, somente o enfoque qualitativo, não descartando as propriedades e qualidades numéricas, intrínsecas a todos os fenômenos.

Assim, além de estar em contato com os sujeitos, realizou-se um trabalho de forma que os fatos ou fenômenos, pudessem ser estudados e

analisados com profundidade, tentando nos aproximar da essência de tais processos e relacionar com os dados que emergiram da coleta de dados.

Pautamo-nos por um conjunto de dados colhidos, sejam eles, as percepções dos sujeitos, de forma verbalizada; os elementos produzidos pelo meio, tais como documentos, legislação; e a análise dos “processos e produtos originados pela estrutura sócioeconômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito” (TRIVIÑOS, 1987, p.139).

A articulação dos dados encontrados em documentos, em fontes diferentes, a busca pela história de tais processos, se colocou como um norte para a pesquisa que não buscou apenas o conhecimento da realidade, mas sua transformação. Para isso, adotou-se a técnica da triangulação de dados que abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorealidade social (TRIVINÓS, 1987).

Assim, utilizou-se as seguintes técnicas de coleta de dados: **a)** análise documental a partir de um roteiro de análise de documento (Apêndice), onde foi analisado o Projeto Técnico Social do Reassentamento que ampara a discussão teórica que tecemos; **b)** entrevista semi-estruturada, a partir de roteiro (Apêndice) com três assistentes sociais das principais políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento: saúde, assistência social e habitação; **c)** grupo focal com moradores reassentados (Porto Novo) e com moradores não-reassentados (Vila Dique).

O procedimento de amostragem foi de caráter intencional, que conforme Gil (2010, p. 94), “constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações possa ser considerado representativo”. Dessa forma, partiu-se da identificação de um assistente social de cada política social (saúde, assistência social e habitação), que no seu trabalho, estivesse diretamente envolvido no processo de remoção e reassentamento e caso tivesse mais que um profissional, se escolheria aquele que estivesse a mais tempo vinculado àquela política. Em relação ao grupo focal, identificamos lideranças da comunidade, por exemplo, inseridas em clube de mães, associação de moradores, agentes comunitários

de saúde, etc. E a indicação dos moradores foi através de uma pessoa indicando a outra.

Os procedimentos se deram no segundo ano do curso do Mestrado, após aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS e do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), e após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos sujeitos entrevistados.

A análise de dados coletados consiste em uma análise de conteúdo, ancorada em Minayo (2010) e em Bardin (2011).

Uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando sentidos manifestos do material. [...] articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção de mensagem (MINAYO, 2010, p.199)

Dentro dessa técnica, as análises foram operacionalizadas, em torno de três pólos cronológicos (BARDIN, 2011) 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e, 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Essa forma – Análise Temática - é sugerida por Minayo (2010) como uma daquelas que, entre outras formas de Análise de Conteúdo, se adequa à investigação qualitativa do material, especificamente no contexto das políticas sociais. Assim, elaboramos quadros organizativos com base nas: respostas de cada entrevistado, categorias explicativas da realidade, categorias empíricas e observações. E por fim, no tratamento dos resultados foi realizada a interpretação dos dados obtidos nas entrevistas articulados aos objetivos da pesquisa e a fundamentação teórica.

Considerando os aspectos éticos da pesquisa, a realização de todo o trabalho esteve de acordo com a Resolução 196 de 1996 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). Dessa forma, foram realizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação dos sujeitos na pesquisa, conforme a legislação. Esses termos foram construídos conforme as normas éticas da pesquisa com seres humanos, obedecendo seus princípios.

Os dados foram registrados mediante gravação de áudio, em local e horário de conveniência para os participantes do grupo focal, e para os

participantes das entrevistas. O armazenamento dos dados coletados se dará por 5 anos.

Dessa forma, o projeto de pesquisa foi submetido, antes de ir a público, à Comissão Científica e posteriormente ao Comitê de Ética da PUCRS, acompanhado de Termos de Aceite do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), do Departamento de Habitação (DEMHAB) e da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Além disso, passou pelo Comitê de Ética do GHC.

A partir do compromisso com a socialização da pesquisa baseada num método que tem clareza teleológica, na medida em que objetiva, através de condições reais objetivas, a superação da sociedade de classes, na medida que tem como horizonte e emancipação humana, busca-se refletir: de que modo a nossa tese, a nossa dissertação, a nossa pesquisa vai ajudar a fomentar processos emancipatórios? A serviço do que e de quem estão as nossas pesquisas?

Para tanto, coloca-se como imperativo a socialização dos dados, para além das bancas públicas de defesa da dissertação, mas também, do retorno do trabalho aos usuários e aos gestores e executores das políticas sociais, bem como, através da publicação e publicização do que foi, nesse momento histórico, encontrado na realidade por meio da atividade de pesquisa.

1.3. O mapa do caminho: estrutura do trabalho

*“E eu vou por aí com meu canto
Abrindo estradas
Quebrando encantos
Rompendo as barreiras do coração
Rasgando mentiras e ilusão
Meu canto é arma, eu sei
E há tempos estou na luta”*

Zé Vicente

Partindo da concepção marxiana de análise da realidade e no caso, do tema em estudo, abordamos no capítulo 2 as categorias explicativas da realidade: território, processos de reassentamento, política social e intersectorialidade. Esses temas interrelacionam-se, o que torna difícil uma divisão nas suas abordagens, por mais que didaticamente, tenhamos optado por tais divisões. No entanto, faz-se necessário a abordagem histórica de tais

conteúdos para um necessário aprofundamento da pesquisa de campo que é apresentada no capítulo 3.

Desta forma, trazemos um resgate histórico de conformação das políticas sociais na sociedade capitalista, especificamente no Brasil, onde identifica-se a categoria contradição como central nesse resgate. A política social como instrumento de acesso aos direitos sociais, conquistados pela classe trabalhadora, mas também apresentada como instrumento estratégico de concessão da classe burguesa, mediada pelo Estado, que assume posição contrária à classe trabalhadora. Resgata-se a política social como processo histórico que vem acompanhada pela sociedade de classes, assumindo-se como resposta do Estado às expressões da questão social, somente a partir do modo de produção capitalista. Esse processo é abordado em conjunto com a formação dos territórios brasileiros, onde apresentamos aspectos relacionados à nossa colonização de exploração que gerou processos de dependência, grandes latifúndios, monocultura e escravidão. Esses elementos auxiliam na compreensão das cidades capitalistas que foram se formando e da expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades, no berço nascente da industrialização.

Adentra-se assim, nos processos de “êxodo” da classe trabalhadora, de saídas do território de origem em busca da “terra prometida”. Isso nos convoca a trazer presente que a classe trabalhadora sempre teve seu destino de moradia às margens dos grandes centros urbanos. Desta forma, chegamos nos processos de reassentamento, que obrigam os sujeitos a saírem de seus territórios ocupados, conquistados e identificados, sob a força do Estado que prioriza o processo de expansão do capital em detrimento do acesso aos direitos dos sujeitos.

Nessa “costura” de categorias explicativas da realidade, abordamos a intersectorialidade das políticas sociais como premissa à emancipação política dos sujeitos, sendo esta, uma forma de acesso qualitativo aos direitos sociais.

Para a análise real de tais elementos, a partir de sua problematização e de seu resgate histórico, “mergulhamos” nossa análise no real, no concreto, na vida cotidiana dos sujeitos sociais. É desta maneira que elaboramos nossa pesquisa de campo, para que tais elementos pensados “tomem vida” e voltem para a análise de forma pensada, encharcada de concretude e de análise da

vida real. Assim, no capítulo 3 e 4 apresentamos a pesquisa de campo de cunho qualitativo e a análise dos dados, baseados nos objetivos de tal estudo. Essa análise ancora-se numa triangulação de dados (TRIVIÑOS, 1987), onde apresentamos os achados da pesquisa.

Iamamoto (2008, p.452) refere que a pesquisa, “quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta”. E é esse compromisso social, que deve estar à serviço da classe trabalhadora, articulada com o projeto ético-político do Serviço Social, orientado para contribuir com a construção da emancipação humana. Portanto, nas considerações finais e provisórias, trazemos elementos que despertaram nossa reflexão durante esse processo de pesquisa, problematizando e buscando alternativas para as questões que emergiram deste trabalho.

2. INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E PROCESSOS DE REASSENTAMENTO: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NO TERRITÓRIO?

*“Eu estava sobre uma colina
e vi o Velho se aproximando,
Mas ele vinha como se fosse o Novo.
Ele se arrastava em novas muletas,
que ninguém antes havia visto,
e exalava novos odores de putrefação,
que ninguém antes havia cheirado...”*

Bertolt Brecht

Os processos de reassentamento que se configuram na contemporaneidade, são muito semelhantes aos processos de migração do campo para a cidade no momento histórico de modernização e constituição do espaço urbano e das cidades na sociedade brasileira. As pessoas eram praticamente expulsas do campo, subsidiadas pela necessidade do capital se consolidar nas cidades através do processo de industrialização. No entanto, nas cidades, as pessoas passavam a habitar e constituir territórios longe dos centros urbanos de industrialização e ainda sem acesso a serviços básicos essenciais, que só com muita luta foram conquistados e passaram a ser viabilizados por meio de políticas sociais.

Atualmente, as comunidades que vem passando por processos de remoção e reassentamento, experimentam vivências semelhantes àquelas das primeiras décadas do século XX, pois são obrigadas a habitar territórios distantes dos centros urbanos, em que se vivencia o não acesso aos direitos sociais. São destituídas de sua identidade territorial e daquilo que ao longo da história conquistaram. É a sociabilidade perversa do capital que, através dos processos de remoção e reassentamento, consegue se expandir, produzir e reproduzir-se. E muito além de um direito individual, estamos falando do direito à terra, à moradia em um determinado território, que tem sentido comunitário, é um bem e uma conquista das comunidades.

É nesse sentido, que este capítulo quer se materializar. Buscando resgatar o processo histórico de formação das políticas sociais e dos territórios das cidades na lógica da sociabilidade capitalista. A partir disso, localizamos no processo histórico os processos de remoção e reassentamento de comunidades e de como isso vem se dando no momento presente, em decorrência dos megaeventos e da necessidade de expansão do capital.

Relacionamos tais processos com a intersectorialidade das políticas sociais, fenômeno considerado necessário para garantia mínima de acesso aos direitos sociais.

2.1. Território e a materialização das políticas sociais: qual é o chão que se pisa?

*“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propicia estação
E fecundar o chão”.*

Milton Nascimento e Chico Buarque

Consideramos que o território abarca as relações que são tecidas entre as pessoas e, tanto o território, quanto as relações, pressupõem um processo histórico. O processo de formação dos territórios, e de como os serviços se organizam, partem da perspectiva de exploração, já no nascente modo de produção capitalista aqui no Brasil. A partir disso, somos inspirados na abordagem realizada por Vial (2005) para a compreensão da formação histórica do território brasileiro. A autora reflete acerca desse longo processo que se inicia com o Tratado de Toledo em 1480, onde Portugal detinha o poder sobre as águas e terras ao sul das Canárias (antes da viagem de Cristóvão Colombo). Este se torna o primeiro marco divisório das terras brasileiras. Em 1494, temos o Tratado de Tordesilhas, em que Portugal pretendia tomar posse de todas as terras de todo o Oceano Atlântico.

Em 1500, chega nas terras brasileiras, as caravanas de Pedro Álvares Cabral e o Brasil passa a torna-se de fato, colônia de Portugal. Estabelecem-se as primeiras feitorias que marcam o processo de ocupação do território nacional. No ano de 1534, temos a organização do território, a partir das Capitânicas Hereditárias, onde o Rei de Portugal destinou porções de terras aos nobres portugueses, onde que muitos, sem sucesso em Portugal, passam a destinar ao Brasil a responsabilidade de uma nova vida.

Desde o período colonial, os colonizadores apossaram-se de grandes expansões de terra, principalmente ao longo do litoral brasileiro. Com isso, os povos originários desta terra, foram sendo, ou escravizados, ou expulsos de seu território de origem, ou seja, tiveram que “dar lugar à civilização”. Holanda

(1995) traz à tona aspectos marcantes da colonização, na qual se destaca primeiramente que, para os portugueses, a colônia brasileira, foi tida como “simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos” (HOLANDA, 1995, p. 99). Isto se deve ao fato de que a colonização portuguesa foi compulsória e realizada por pessoas que não pretendiam se instalar no Brasil, mas sim retirar desta terra tudo quanto pudessem para que fosse em direção à Portugal – um pouco diferente da colonização espanhola que ocorreu na América onde as pessoas, intuito de cultivar as terras, foram se apropriando de forma mais contundente do território ou que ocorreu nos Estados Unidos, já que naquele território se assumiu uma colonização de povoamento, de busca e cultivo de uma nova terra.

Assumindo esse caráter predominantemente de exploração, de expropriação da terra, dos bens, dos recursos naturais, todas as riquezas eram levadas para além-mar. O espírito aventureiro dos portugueses, de acordo com Holanda (1995), caracteriza, além de uma colonização ao longo da faixa litorânea, uma vocação tímida para o trabalho, tanto é que o trabalho de colonização e cultivo de culturas em solo brasileiro foi basicamente o do trabalho escravo ao longo de quase 400 anos de história brasileira. Além disso, assumiu o latifúndio e uma economia estritamente agroexportadora ao longo desse período. Diante dessa forma de organização do território e da forma de produção, temos em nossa história, o processo de escravização dos índios e não obstante, o processo de escravização africana, em cima do latifúndio e da monocultura destinada à exportação.

Até 1808, organizou-se essa política de colonização da ocupação e exploração da terra, por meio das Sesmarias, caracterizadas por grandes porções de terra destinados à produção agrícola para o enriquecimento da metrópole. Em 1822, a partir da Independência do Brasil, passa a vigorar a proibição de doações das sesmarias e a terra seria conquistada por meio de posse ou ocupação. De 1800 em diante, somente a partir do cultivo do café no sudeste brasileiro e a partir da chegada de imigrantes no sul do país, que a expansão e ocupação do solo brasileiro foi se interiorizando, com a formação das vilas e povoados que mais tarde se tornariam cidades. E em 1888, a Proclamação da República, que afirma a característica do país agro-exportador.

Em meados do século XX o cenário do capitalismo industrial começa a tomar a cena e a economia agroexportadora passa a dar lugar para a urbanização e industrialização. A industrialização caracteriza a cidade moderna (LEFEBVRE, 2001, p.11). Populações rurais migram para as cidades em formação em busca de melhores condições de vida. Há necessidade de mão-de-obra para a gama de indústrias que aqui se instalam, e como no campo, historicamente tem-se o predomínio do latifúndio, as pequenas propriedades passam a ser “engolidas”. Acontece uma grande concentração populacional nas regiões periféricas das cidades nascentes.

Temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial (LEFEBVRE, 2001, p.16).

O Estado brasileiro passa assim, a incentivar e a investir em grandes fábricas e em grandes corporações. Desde que o capitalismo se apossou da agricultura “a demanda de trabalho ali diminui, à medida que o capital se acumula. Uma parte da população dos campos se encontra, portanto, sempre no ponto de se converter em população urbana” (LEFEBVRE, 1999, p.144).

Modernização patológica porque, aliás subsidiada pelo Estado, se dá mais rapidamente do que a capacidade da sociedade, no seu conjunto, criar alternativas de trabalho e de adaptação para os trabalhadores que esse modelo de desenvolvimento descarta e exclui (MARTINS, 2012, p.171).

Ou seja, nosso processo de modernização, com a ida das pessoas do campo para a cidade, já começou de forma atravessada. As cidades passam a contar com a população exigida (e também de forma excedente) para a reprodução da sociabilidade capitalista, e a agricultura na maneira que vai se mecanizando, e os grandes latifúndios vão se espraiando, as pequenas propriedades passam a ter sua demanda de trabalho diminuída e são tomadas pelas grandes propriedades. Como consequência disso, o processo de migração de grandes populações do campo para a cidade, à procura de trabalho e de melhores condições de vida acaba só tendo lugar às margens

dos grandes centros. “A orla urbana é a zona de impacto social onde a força centrífuga da cidade colida com a implosão do campo” (DAVIS, 2006, p.54).

A urbanização se estende sobre os campos, mas degrada e degradante. Em lugar de uma absorção e reabsorção do campo pela cidade, em lugar de superação de sua oposição, tem-se uma deteriorização recíproca: a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano incerto prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles. Em termos tomados de Marx, a ruralização da cidade ameaça, tomando lugar da urbanização do campo (LEFEBVRE, 1999, p.168).

O processo de constituição e expansão do capitalismo nos países não teve o mesmo ritmo, mas na medida em que o capitalismo vai amadurecendo no Brasil, torna-se semelhante nas diferentes realidades. “A burguesia subjugou o país às leis das cidades. Criou cidades enormes; aumentou em grande escala a população urbana, se comparada à rural e, assim, resgatou uma considerável parte da população da idiotia da vida rural” (MARX e ENGELS, 1998, p.16).

E assim, com os trabalhadores do campo passando a migrar para a cidade, na busca de trabalho, acelerou-se o processo de urbanização. Esses trabalhadores, que possuíam (e possuem) apenas sua força de trabalho como forma de ser apropriada pelo capital, em troca de subsistência, desprovidos de escolarização ou qualificação profissional, alocam-se nas periferias dos grandes centros urbanos, tendo como consequência a formação de cinturões de pobreza nas periferias das cidades acentuando a concentração populacional.

Nas áreas metropolitanas, não raramente consideradas com elevado padrão de qualidade de vida, ocorrem situações de territórios que se apresentam, em si mesmos, como excluídos ou sinônimos de exclusão social. São os morros de favelas no Rio de Janeiro, as periferias de São Paulo, os mangues de palafitas no Recife. Trata-se de espaços criados à parte da cidade, estigmatizantes e excludentes na sua origem, produzidos por uma lógica urbanística perversa que segue o modelo da concentração econômica para definir o que é e o que não é cidade, ou melhor, quem são e quem não são cidadãos (KOGA, 2011, p.79).

2.2. Metamorfoses da política social sob o olhar do território

*“Eu prefiro essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.*

Raul Seixas

A existência de formas de atendimento aos pobres remonta a períodos antes mesmo das formas capitalistas de organização do modo de produção na sociedade. O Estado e a sociedade se organizavam para dar conta do atendimento, que se pautavam em ações assumidas majoritariamente pela igreja através de formas caritativas. Essas formas de atendimento podem ser consideradas como formas de existência da política social, já que esta perpassa a sociedade de classes. “É esta característica da política social – herdada não propriamente da ordem burguesa, mas de todos os modos de produção divididos em classe (escravista, feudal, capitalista)” (PEREIRA, 2008, p.27).

Mas foi a partir do processo de acumulação capitalista, representada pela industrialização, que o conflito capital *versus* trabalho tornou-se evidente, resultando na chamada questão social e exigindo do Estado respostas mais contundentes às expressões decorrentes desse conflito.

[...] a *questão social*, específica da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2008, p.162).

E nas primeiras décadas do século XX, temos um período que marca justamente o início do aprofundamento da questão social na sociedade brasileira, já que a produção de mercadorias teve um aumento que resultou na intensificação da exploração da força de trabalho num contexto em que os direitos sociais se encontram num processo embrionário. Na medida em que a industrialização é assumida e incentivada pelo Estado brasileiro, com a abertura, inclusive, ao capital estrangeiro e início da dívida externa, o aprofundamento da questão social na sociedade brasileira, se intensifica. Nesta relação de capital *versus* trabalho, a produção das riquezas opera num sentido

oposto da distribuição da riqueza produzida. Aqueles cuja força de trabalho maciçamente gera essa riqueza produzida, são também aqueles que, dado o processo de extração da mais-valia, irão receber em troca do seu trabalho muito menos do que a quantidade de riquezas que o seu trabalho realmente produziu. Nas palavras de Yamamoto (2006, p. 27) “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Assim, há a necessidade do Estado dar resposta às expressões da questão social. A política social então, passa a ser uma resposta à questão social. Destaca-se o predomínio das ações de caráter assistencialista, realizada tanto pela igreja, quanto pelo Estado, que tinham como objetivo atenuar a tensão gerada pela desigualdade social e a contenção das formas de rebeldia aos ditames do modo de produção capitalista. Tornou-se uma forma de permitir a reprodução das relações sociais mantendo o *status quo*. “Uma parte da burguesia deseja compensar injustiças sociais, para assegurar a continuidade da existência da sociedade burguesa” (MARX e ENGELS, 1998, p.56).

As práticas assistenciais desenvolvidas nos vários Estados brasileiros, ao longo dos anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, através de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriam as reais intenções subjacentes (MARTINELLI, 2006, p. 124)

Mas um marco nesse processo é decisivo: é somente a partir do movimento e da organização da classe trabalhadora, que inicia-se o processo de disputa acerca da política social. Denota-se, assim o aspecto central da política social: a contradição. De forma que, hora viabiliza o acesso aos direitos sociais, mas também projetam-se, como instrumento de concessão da burguesia à classe trabalhadora, já que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante” (MARX e ENGELS, 2009, p. 67).

Nesse sentido, todo o fenômeno social analisado, e aqui se inserem as políticas sociais como processos sociais inscritos na sociedade burguesa, deve ser compreendido e sua múltipla causalidade, bem

como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da realidade (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.40).

Consideramos assim, que a análise das políticas sociais, insere-se a partir de um “processo e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.36). É desta forma também que a proteção social passa a ser conquista e patrimônio da classe trabalhadora, mas também como concessão da burguesia às lutas populares.

Quando abordamos a temática da política social, sendo esta um debate constante no Serviço Social, estamos falando de algo que não é linear. A política social, a partir da tomada de consciência e de organização da classe trabalhadora, passou a estar em disputa. Disputa que hora viabiliza direitos, hora apenas protege o capitalismo dele mesmo, realizando ações que não dão margem a processos emancipatórios da classe trabalhadora.

A categoria contradição, portanto, é uma chave de análise para se discutir política social. A partir das reflexões produzidas, tomamos como desafio atual ao campo das políticas sociais, os processos de remoção e reassentamento e a intersetorialidade. Dessa forma, construímos essa reflexão, partindo das metamorfoses sofridas pela política social e que, ao longo da história e da contemporaneidade, continua sofrendo. Como ela está em constante disputa, pautamo-nos como atores e atrizes desse processo de metamorfose da política social, disputando esse campo como concreto caminho à emancipação política.

Conforme Pereira (2008) é mediante a política social que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada. A partir da sua origem, podemos nos remeter às suas características e entender as contradições que as permeiam.

2.3. Concepções de território e acesso aos direitos: o chão da sociabilidade humana

*“O homem não vê o universo a partir do universo,
o homem vê o universo desde um lugar”.*

Milton Santos

Partimos da perspectiva da visitação de alguns conceitos e significados de território para que possamos identificar algumas das contradições que implicam no acesso aos direitos. Primeiramente entende-se que o território é o *locus* onde se tecem a vida e as relações dos sujeitos, é sobre ele que a história se constrói, e a partir disso, se projeta a própria identidade acerca do território. Muito além de um espaço geográfico, abarca o movimento da vida cotidiana.

O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significado individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território (MESQUITA, 1995, p.83).

O território apresenta-se, desta forma, como espaço e lugar construído socialmente. É cenário da vida cotidiana, sendo muito variável e dinâmico, já que é construção humana. Assim, o que na realidade integra os diversos setores é o território, sendo necessário adotá-lo como categoria fundamental para análise das condições de vida (MONKEN e BARCELLOS, 2007).

Raffestin (1993), nos traz que o espaço antecederia o território, sendo o último, resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, não somente estatal, e a territorialização ocorreria a partir de processos de apropriação. Dessa forma, da “prisão original” dos homens que é o espaço, se passaria a uma “prisão construída” que seria o território, a partir do trabalho e das relações de poder (HAESBAERT, 2011).

No entanto para Lefebvre, o espaço também é socialmente construído pelos sujeitos, “não se tratando em hipótese alguma de um *a priori* sobre o qual desdobramos nosso trabalho e exercemos nosso poder” (HAESBAERT, 2011, p.22). Ou seja, o espaço está ligado a uma macro-estrutura da sociedade, no caso, da sociedade capitalista, e o território localizado nesse espaço, se define,

dentro dessa dimensão espacial, como um foco desse espaço, não externo às relações de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, mas reprodutor da lógica que impera.

O território, espaço onde se projeta o trabalho e onde se revelam as relações, pode representar um limite de poder ou de responsabilidade do governo ou de um setor. Trata-se, nesse caso, de divisões político-administrativas, que se traduzem em diferentes escalas ou níveis. Dessa forma, o território maior contém vários territórios menores, existindo assim, uma hierarquia de territórios (MONKEN e BARCELLOS, 2007).

Dentro dessa hierarquia de territórios, toma-se como referência, os territórios mais próximos da vida dos sujeitos, que formam comunidades, vilas, aglomerados de sujeitos que partilham de características em comum. Para isso, percebe-se, segundo Monken e Barcellos (2007), que em geral, a localização de populações em um território não é uma escolha das pessoas. Participam desse processo a história da ocupação e a apropriação do território, e as desigualdades sociais, que tem o efeito de juntar os semelhantes.

A partir disso, as pessoas constroem relação com o território, através de seu uso. Santos (2000) aponta que o território em si não é um conceito, mas torna-se um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso. A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo sobre este, na criação e recriação de significados em torno da vida cotidiana. É nesse sentido que retoma-se o aspecto da territorialidade, como “maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território” (KOGA, 2011, p.38).

É nesse sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações (KOGA, 2011, p. 56).

O território, portanto, é o lugar onde a vida acontece, permeado pela produção e reprodução das relações capitalistas, socialmente construído e permeado pela construção de sentido e significado a partir da vida cotidiana dos sujeitos.

Entendemos que o território está estritamente ligado com o acesso aos direitos. Tanto aos direitos sociais, viabilizados através das políticas sociais, tanto os civis e políticos, no que tange ao território como lugar de pertencimento, construção de identidade sobre este, de organização política, através de associações comunitárias, por exemplo.

É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2011, p.33).

Os serviços de atendimento estão inseridos e organizados por territórios. Quem forma esses territórios são as comunidades. Uma comunidade forma um território e a sua consciência sobre ele, sua identidade sobre esse território, ou seja, a territorialidade. A partir da organização dos serviços é possível que os sujeitos acessem esses serviços, viabilizados pelas políticas sociais, tendo como fim último o acesso ao direito. Por exemplo, a política de educação, viabiliza a escola, como serviço, como equipamento social. Através disso, possibilita o acesso ao direito social de educação.

Assim os territórios sendo espaços de inserção dos serviços (escola, posto de saúde, praças comunitárias, quadra de esportes, centros de referência de assistência social), são *lócus* de materialização do acesso aos direitos mais próximos e necessários à vida dos sujeitos. Da mesma forma, Monken e Barcellos (2007), trazem que nas cidades brasileiras, coexistem condomínios ou residências de alto padrão construtivo e de serviços, com outros espaços de moradias improvisadas, com grandes restrições no acesso a serviços. Ou seja, os territórios também são contraditórios, no que tange às condições de vida dos sujeitos e a forma que os serviços se organizam.

“O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” (KOGA, 2011, p.33). O acesso ou o não acesso aos serviços, vai implicar nesta cidadania, na medida em que esta se relaciona aos direitos (civis, políticos, sociais). Isso quer dizer que estamos diante de uma caráter coletivo de acesso à terra, de acesso ao território, pois é construção histórica de um grupo de

peças, de uma comunidade, é como esse coletivo vive a sua territorialidade, construída a partir da apropriação do mesmo.

Já que o território também diz respeito a um espaço apropriado, utilizado pelo ser humano, tecemos reflexões acerca da categoria trabalho pois as populações se organizam em função do trabalho no seu território ou o território a partir do trabalho. É a partir do processo de transformação da natureza, em determinado espaço geográfico, ou seja, do trabalho, que se lança um processo de apropriação desse espaço e assim, faz sentido falarmos de território e territorialidade, resgatando aquilo que traz Santos (2000), que a análise do território tem sentido quando falamos de seu uso.

Aqui se faz importante pontuar como isso se materializou no território do Dique, na medida em que a construção de uma identidade mais ruralizada deu margem ao trabalho de criação de animais naquele espaço. O não acesso ao mercado formal de trabalho, fez com que as pessoas criassem outros meios de subsistência e em função da existência de muitas indústrias próximas do Dique, com a dispensação de materiais recicláveis, grande parte da comunidade passou a trabalhar com a reciclagem.

Assim, o trabalho como elemento subjetivo do processo de trabalho é componente da humanidade dos sujeitos, em processo de realização: é objetivação do sujeito e, simultaneamente, subjetivação da realidade pelo sujeito [...] Sob a órbita do capital, trabalho é, para o trabalhador, gasto vital, - desgaste do tempo de vida e de energia, vividos como sofrimento e rebeldia -, embora criador de valor, seja um produto do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 429).

Ou seja, estamos diante daquilo que é fundante na sociabilidade humana, e intrinsecamente relacionada com o território e com a identidade territorial gestada sobre ele. Mas a categoria trabalho que nos é central para reflexões acerca da categoria território, está tomada de contradição, quando, apesar de significar a realização do sujeito, ao transformar a natureza, acaba tendo seu sentido ontológico subordinado à exploração, dentro da lógica da sociabilidade capitalista.

Outra contradição que nos cabe colocar a partir do conceito de território e que de certa forma, relaciona-se com a categoria trabalho, compreendendo inclusive a relação com as outras categorias como totalidade, historicidade e mediação, é a questão da propriedade urbana e do bem comum da terra. Desta

forma, quando falamos do acesso das pessoas à terra, à moradia, localizada em determinado território, no caso, da Vila Dique, estamos falando de algo é coletivo, que é um bem comum. No entanto, a propriedade urbana, já nasce a partir de uma contradição.

Para que o exercício do direito de propriedade urbana harmonize sua função social com as da cidade, por tudo o que se observou até aqui, é de grande significação jurídica a diferença sublinhada por Marx entre o valor (poder) de uso e o valor (poder) de troca de que são dotados os bens, para que as ausências tão comuns das garantias de acesso das pessoas aos últimos, como ocorre com a moradia, não encontrem justificativa na desigualdade econômica que nos aflige, como se essa, pela pobreza e miséria que reflete, devesse ser aceita como fatalidade (ALFONSIN, 2013, p. 65)

Aqui nos é posto um esforço reflexivo que nos ilumina no sentido de compreender os interesses econômicos, de avanço inclusive do capitalismo, a partir do valor de troca dado à terra e à propriedade urbana sob o jugo⁵ da violação do acesso ao direito à moradia, e à verdadeira função social da propriedade, o que viola inclusive a apropriação do território do Dique dos seus referidos moradores.

Isso significa que são os latifúndios, os espaços urbanos que seus proprietários já destinam à troca, originalmente, (às vezes, até, pela forma especulativa da simples “reserva de valor” em vazios territoriais) aqueles de quem se deve exigir o cumprimento da função social. Se qualquer função somente se justifica pela sua “propriedade”, no sentido de adequação à uma determinada finalidade, à obtenção não meramente hipotética de um determinado resultado, parece claro que, no solo urbano, o principal obstáculo à extensão do direito de morar para todos (função social), é representada pelo valor de troca que preside o direito de propriedade privada sobre ele (preço) (ALFONSIN, 2013, p. 65).

Assim, o poder de uso desse espaço, ou do território apropriado e utilizado por toda uma comunidade pode ficar “privado”, apenas, para quem tem poder econômico de adquiri-lo (ALFONSIN, 2013, p.65). Soma-se a isso, não apenas o poder econômico, mas o próprio interesse econômico que sublima o direito de toda a comunidade sobre o território, sobre a moradia.

⁵ Inclusive no sentido literal: A canga com que se jungem os bois para puxarem o arado ou o carro. Junta de bois. Força por baixo da qual os romanos faziam passar os inimigos vencidos. Fig. Opressão material ou moral: conservar alguém sob seu jugo. Preito de obediência. Sacudir o jugo, procurar libertar-se. Disponível em < <http://www.dicio.com.br/jugo/>>. Acesso em jan. de 2014.

Enquanto os cidadãos (palavra com a mesma raiz de cidade) necessitados não alcançarem uma consciência ético-política de que a defesa da sua dignidade própria é pessoal e especialmente indelegável, sem deixar de ser solidária, territorial e temporalmente improrrogável, e enquanto os proprietários privados urbanos de grandes extensões de terra, não conseguirem compatibilizar a sua autonomia privada com a solidariedade, toda a discussão aqui desenvolvida em torno do bem coletivo, não passará de um mero exercício de razão (ALFONSIN, 2013, p. 72).

Apontamos então que este exercício de razão como nos coloca o autor, é um exercício indispensável. Mas não é o bastante. Aqui não se trata apenas de um exercício de consciência, mas de transformação e superação da superestrutura, ou seja, da sociabilidade capitalista. Enquanto isso não acontecer, estaremos diante das pequenas batalhas, que poderão apenas ter resultados a favor da classe trabalhadora a pequenos níveis microssociais.

2.4. Processos de reassentamento: expansão do capital e violação dos direitos

*Si o senhor não "tá" lembrado
Dá licença de "contá"
Que aqui onde agora está
Esse "edifício arto"
Era uma casa véia
Um palacete assombradado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímo nossa maloca*

Adoniran Barbosa

Diante das contradições do tempo presente, num contexto de acirramento e expansão do capital mundializado e da radicalização da questão social, “o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2008, p.125). A questão social que decorre do conflito capital *versus* trabalho, fundada na exploração e na desigualdade, expressa a subversão do humano. Essas manifestações apresentam-se como características da sociedade capitalista contemporânea, que acabam por naturalizar as desigualdades sociais e submeter as necessidades humanas ao poder do capital que,

[...] impedem a construção de uma sociedade da abundância, justamente porque a abundância não é compatível com uma

sociedade baseada no lucro de mercadorias, nos juros do dinheiro e na renda da propriedade. Isso porque o modo capitalista é eficiente para a produção de riqueza na escassez, mas não é compatível com a produção da riqueza na abundância (AMORIM, 2010, p.93).

Além disso, apresenta-se um quadro de enxugamento do Estado para com a afirmação e acesso aos direitos, principalmente no que tange aos direitos sociais, por meio das políticas sociais. “Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento” (NETTO, 2012, p.421). Ou seja, há, a destituição do Estado como lugar de proteção do trabalho, mas como proteção do capital.

O projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (NETTO, 2012, p.417)

Nesse quadro, há uma agravamento de situações de violação dos direitos humanos, onde

Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – lutas na sua maioria são silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso aos direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, entre outras dimensões (IAMAMOTO, 2008, p.164).

Deparamo-nos então, com situações bem concretas e contemporâneas que materializam violações aos direitos humanos: os processos de remoção e reassentamento de comunidades que difundem-se por todo o Brasil. Esses processos decorrem de diversas justificativas, segundo atores do poder público, mas o movimento da pesquisa e investigação, de uma análise mais profunda, leva-nos a desvendar, para além da realidade aparente, processos que materializam uma real forma de expansão do capital.

Della Noce (2008), aponta que existe uma crescente necessidade dentro de áreas urbanas para o reassentamento de famílias em função de obras públicas, principalmente obras viárias e de transporte, saneamento ambiental, remoções de áreas de risco e regularização de áreas ocupadas por assentamentos precários.

Consideramos que muitas comunidades habitam áreas de risco ambiental, mas manifestam-se de maneira inumerável experiências de remoções que, predominantemente, vem ocorrendo por razões econômicas e de expansão do capital, vestidas com uma roupagem de “melhoria de condições de vida dos sujeitos”. Os exemplos que podem ser observados são instalações de hidrelétricas, construções de empresas, rodovias, aeroportos e os megaeventos como copa do mundo e jogos olímpicos. Para nos auxiliar nessa reflexão e analisarmos o que está em jogo, nos amparamos em Davis (2006), que realiza uma retomada histórica desses acontecimentos e dos processos de desocupação e remoção que ocorreram.

Os modernos Jogos Olímpicos têm uma história especialmente sinistra, mas pouco conhecida. Durante os preparativos para os Jogos de 1936, os nazistas expurgaram impiedosamente os sem-teto e favelados de áreas de Berlim que talvez pudessem ser avistadas pelos visitantes internacionais [...] Beijing parece estar seguindo o precedente de Seul em seus preparativos para os Jogos de 2008: “350 mil pessoas serão reassentadas para abrir espaço apenas para a construção de estádios” (DAVIS, 2006, p.112).

É verificado também, que desde a década de 1970, tornou-se comum para os governos do mundo todo justificar a remoção das favelas como sendo indispensável para combater o crime e organizações de contestação aos governos (DAVIS, 2006). “Além disso, as favelas costumam ser consideradas uma ameaça simplesmente por serem invisíveis para a vigilância do Estado e, com efeito, estarem “fora do panóptico””(DAVIS, 2006, p.117).

Conforme as palavras tecidas anteriormente, os processos de urbanização e industrialização fizeram com que os trabalhadores ocupassem forçosamente as periferias dos centros das cidades. E ainda pior...

[...] maioria dos pobres urbanos do mundo não mora mais em bairros pobres no centro da cidade. Desde 1970, o maior quinhão do crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do Terceiro Mundo (DAVIS, 2006, p.46).

E ainda, as pessoas que são removidas de seus territórios, são geralmente àquelas que fazem parte de um exército de mão-de-obra de reserva, sem acesso ao trabalho formal e aos direitos sociais básicos.

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores da classe média (DAVIS, 2006, p.105).

Esses processos, nos remetem ao contexto do século XIX, quando, a questão social através de um trato pelo Estado por um viés higienista e repressor, por meio da força policial, expulsava moradores e derrubava cortiços, tendo como cenário as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (KOGA, 2011). A justificativa centrava-se numa ação de limpeza, no combate às doenças endêmicas, mas na verdade o que estava em jogo era a especulação imobiliária as vantagens para os comércios e indústrias nascentes.

Tudo isso não aconteceu sem o movimento de resistência da população, mas esse movimento se colocava incipiente diante da força repressora do Estado. Ou seja, processos de remoção de comunidades, de “limpeza” de áreas para dar lugar aos ditames do capital, marcam desde muito tempo a história de nosso país.

Reitera-se que o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica (IAMAMOTO, 2008). Portanto, esses processos de remoção e reassentamento obedecem aos ditames do capital e dos organismos econômicos, em detrimento da real melhoria de condições de vida dos sujeitos, ferindo a acesso destes, aos direitos.

Trata-se, via de regra, de comunidades localizadas em regiões que, ao longo do tempo, tiveram enormes valorizações e passaram a ser objeto da cobiça dos que fazem da valorização imobiliária a fonte de seus fabulosos lucros. Mas os motivos alegados para a remoção forçada são, evidentemente, outros: favorecer a mobilidade urbana, preservar as populações em questão de riscos ambientais e, mesmo, a melhoria de suas condições de vida... mesmo que a sua revelia e contra sua vontade. Como pressuposto mais geral, a idéia de que os pobres, coitados, não sabem o que é melhor para eles. (Portal Popular da Copa, 2013)

Na medida em que uma comunidade já se encontra numa periferia e com condições precárias de vida, e que durante um processo de

reassentamento, encontra dificuldades de acessar os serviços, faz remeter à ideia de dupla penalização da classe trabalhadora, num quadro de radicalização da questão social (IAMAMOTO, 2008). Outra reflexão nos traz Santos ao apontar que

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõem-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria se lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 2000, p. 115).

E tecendo assim uma conexão com o que traz Harvey (1993), há uma necessidade própria do capitalismo se expandir, onde as barreiras espaciais atrapalhariam essa expansão. “Além disso, uma racionalização espacial da produção, da circulação e do consumo num dado ponto de tempo pode não ser adequada à acumulação do capital num ponto ulterior de tempo” (HARVEY, 1993, p. 212). Os próprios processos de remoção não estão, portanto, deslocados dos padrões de produção e reprodução do capital.

A partir do exposto, sendo o espaço urbano e os territórios, cenários do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, é também, de modo contraditório, o local em que é tecida a vida cotidiana e o acesso (ou não) dos direitos. Essa reflexão é materializada atualmente quando muitas remoções e reassentamentos estão sendo realizados em detrimento de eventos como a Copa do Mundo de 2014 que acontecerá em doze cidades brasileiras e as Olimpíadas 2016 a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, nossa questão habitacional que já é grave por si só, tendo um déficit muito grande, agrava-se com esses eventos que preconizam: grandes projetos urbanos com extraordinários impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais. (Portal Popular da Copa, 2013).

Não obstante, muitos movimentos sociais relacionados aos direitos humanos, emergem nesse momento histórico atual, a fim de questionar e pressionar o Estado em relação a esses megaeventos que vem retirando as pessoas forçosamente e desrespeitosamente, de suas comunidades.

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa A ANCOP reúne movimentos sociais, organizações, representantes de comunidades, pesquisadores e outras entidades e pessoas críticas à forma como estão sendo feitas as transformações urbanas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Em dezembro de 2011, o grupo lançou o dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, que reúne dados e informações sobre impactos de obras e transformações urbanas realizadas para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Os Comitês Populares estão nas 12 cidades-sede da Copa: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (Portal Popular da Copa, 2013).

Nesse sentido, é importante destacarmos a dimensão coletiva pelos direitos de acesso ao bem comum, como à terra e à moradia, que necessitam emergir e se fortalecer para que possamos, através da cidadania ativa, ter acesso, de forma mais ampliada ao direito à cidade. Isso legitima o não cumprimento jurídico-legal que prevê inclusive, a função social da propriedade urbana.

Portanto, os movimentos por moradia, pela implantação ou pela melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade, são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos, relacionados ao direito à cidade e ao exercício de cidadania (SANTOS, 2008, p. 11).

E em se tratando do número de pessoas atingidas copiosamente pelos processos de remoções forçadas, registra-se os últimos números, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas, segundo dados do Portal Popular da Copa. Estes são dados aproximados, porque os governos se recusam a dar informações precisas.

Em todos os momentos desses processos de remoção e reassentamento verifica-se uma variada combinação de violações aos direitos humanos: direito à moradia, direito ao território e toda a identidade construída sobre ele (territorialidade), direito à saúde, à educação, à assistência social, e também, não menos importante, o direito à informação, que nesses processos é totalmente violado, onde as comunidades ficam sem saber para onde vão, e quando vão.

2.5. Intersetorialidade das políticas sociais: caminho à emancipação política?

*“Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber...
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer...”*

Zé Ramalho

A partir das reflexões que foram desenvolvidas no subitem anterior, entrecruzamos esses processos de remoção e reassentamento de comunidades, com a questão da intersectorialidade das políticas sociais, ao passo que esse entrecruzamento nos guiou para o desenvolvimento desse trabalho. Realizamos esse entrecruzamento, pois *a priori*, diante de um processo de tanta violação de direitos, entendíamos que a articulação das políticas sociais poderiam assegurar um mínimo de trabalho mais integral que contemplasse de forma ampliada para a realidade dessas comunidades. A questão é: somente assegurar uma moradia dita “melhor”, mais estruturada, garante a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, se as demais políticas sociais não estão envolvidas, implicadas e garantidas nesse processo?

Na articulação de suas origens com a forma com que as políticas sociais estão formatadas, entendemos o desafio em trabalharmos com os limites e as possibilidades que se colocam na operacionalização das políticas sociais. E apesar dos problemas sociais manifestarem-se setorialmente, sua solução dificilmente estará numa ação isolada, mas na interdependência das ações viabilizadas pelas políticas.

Através dessa retomada, acerca da questão social e das políticas sociais, entendendo as cicatrizes de suas origens, pautamos a intersectorialidade, como pressuposto para assegurar um nível de proteção social, para o enfrentamento da desigualdade social. Junto a isso, pressupõe o atendimento integral das necessidades dos sujeitos, que vivenciam cotidianamente as expressões da questão social. Assim, a intersectorialidade é

posta ao desafio de articular diferentes setores na resolução de problemas e se torna estratégica para a garantia dos direitos sociais.

Começemos por atacar as políticas sociais focalizadas na pobreza e a ideologia neoliberal que as sustenta voltando, também, os olhos inquiridores para os verdadeiros beneficiários da generosa assistência do Estado em meio à atual crise estrutural do capital: empresários e banqueiros que, ao menor sinal de prejuízo financeiro nos seus negócios, são prontamente socorridos com transferências de vultosas somas de dinheiro do povo, do qual a maioria é trabalhadora (PEREIRA, 2012a, p.4).

Trazemos a reflexão de Pereira (2012a), que subsidia a nossa leitura frente a essa focalização das políticas. Além de estar nas suas origens, a focalização das políticas sociais está pautada no contexto da sociabilidade capitalista no que diz respeito à ideologia neoliberal, que ao ditar que o Estado seja imperativo ao capital, manda na sua retirada no que diz respeito ao social e às políticas sociais. Ou seja, o Estado não é neutro e toma partido pela classe dominante.

[...] crítica ao recorte neoliberal que fragiliza as políticas públicas, ao quebrar a universalidade trocando-a pela focalização, e que submete os compromissos do Estado a uma agenda mínima aos deixar permanecer em sociedades como a brasileira um alto grau de desigualdade social (KOGA, 2011, p.29)

Essa reflexão se torna particularmente relevante no caso brasileiro, pois as marcas da desigualdade social cada vez mais agravadas pelos acirramentos produzidos pela tensão entre capital e trabalho produzem a necessidade mais latente de afirmação de direitos. Isto é, quanto mais crescente se torna a degradação da vida humana motivada pelo sistema capitalista (TONET, 2007), mais as lutas e reconhecimentos por direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais e civis se tornam absolutas necessidades.

Diante desse cenário, entendemos que a intersectorialidade das políticas sociais, manifesta-se como pressuposto teórico e prático, para o enfrentamento sistemático das expressões da questão social, na perspectiva da afirmação dos direitos humanos. Coloca-se como uma expressão de resistência e de fortalecimento de ações que viabilizem romper com o paradigma da fragmentação das políticas e serviços, dos saberes e dos direitos.

Assim, partindo da realidade concreta, permeada por inúmeros desafios que se manifestam no campo dos direitos sociais, torna-se emergente as práticas intersetoriais que devem atravessar e estar implícito em todas as políticas sociais. São necessárias ações totalizantes que possam ser pensadas e implementadas intersetorialmente. A totalidade do cotidiano vem à tona e exige da ação governamental ações igualmente totalizantes (KOGA, 2011), que se pautem enquanto políticas de Estado e não apenas programas de governo.

No entanto, a histórica fragmentação de saberes e práticas tanto no campo filosófico, tanto no campo da prática (JAPIASSU, 1996) limitam a intersetorialidade para ser dada como uma nova prática social. A fragmentação produzida pela racionalidade científica, predominante na maneira de pensar e organizar o mundo, ainda persiste. Isso tudo associa-se nas suas origens com a divisão social do trabalho, onde, cada trabalhador, passa a executar funções bem específicas, perdendo-se a noção de todas as etapas do processo de trabalho (MARX, 2010), quanto a noção de consciência de classe.

Fernandez e Mendes (2007), apontam que a intersetorialidade não deve se estabelecer apenas como um princípio, mas como uma prática concreta a ser estabelecida. Isso pressupõe a realização de um movimento de ruptura com uma cultura baseada na fragmentação e dos olhares particularizados. E só na medida que esse entendimento perpassar e ser assumido por todos os atores sociais envolvidos com o campos dos serviços e direitos, é que poderão ser inventadas e reinventadas ações mais universalizadas.

Mas ao problematizarmos a emergência de práticas intersetoriais, uma atenção merece ser dada para o cuidado com as armadilhas utópicas e analíticas, quando depositamos a resolução de todos os problemas inerentes ao acesso e afirmação dos direitos, à intersetorialidade, à integração, à transversalidade das políticas sociais. Isso pode obscurecer as cicatrizes, as causas, as origens da própria questão social e suas expressões, que funda-se na exploração do trabalho, decorrente do modo de produção capitalista.

Ora, diante do cenário atual, são apresentadas inúmeras formas de não acesso integral aos direitos, e em foco, dos direitos sociais. Isso resulta em violações dos direitos humanos, e convida às políticas sociais a reestruturarem a sua operacionalização. Apontamos para o enfrentamento da violação dos direitos, através dos processos de remoção e reassentamento, a

intersetorialidade, convidada à uma reflexão que nos faz Marx (2009), acerca da emancipação política e da emancipação humana.

Para tanto partimos dos sujeitos em “carne e osso”, do homem e da mulher, concreto e real, das condições materiais e históricas que se colocam para esse trabalho de afirmação de direitos e de construção de uma nova sociabilidade. “São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação” (MARX e ENGELS, 2009, p. 23).

A intersetorialidade é posta então como um “padrão” de proteção social, que assegure condições de satisfação do “estômago”, para que se possa construir condições objetivas para realização de mudanças, micro e macrossociais.

[...] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2009, p. 40).

Ou seja, para que os homens e mulheres possam um dia criar as condições materiais para a realização de um salto revolucionário e assim, buscar a emancipação humana, há que se ter condições de viver para fazer história.

Marx e Engels (2009, p. 10) escreveram que as premissas a que se deve partir para compreender a vida do ser humano “são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação”. Isso significa entender que a medida do acesso aos direitos humanos determina as experiências concretas dos sujeitos em sociedade. Reflexo, portanto, na vida cotidiana:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008a, p. 47)

Dessa forma, uma reflexão que transversaliza esse trabalho, confere à intersectorialidade como estofa para a emancipação política, materializada, a partir da vida concreta, no acesso aos bens e serviços essenciais e como etapa à emancipação humana. “*Toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral*” (MARX, 2009, p.71).

Utilizamos desta forma esta afirmação de Marx (2009) para fundamentar a ideia a qual nos propomos a fazer no sentido de considerar a intersectorialidade como caminho à emancipação política, uma vez que nossa práxis profissional trabalha nessa perspectiva, de produzir processos emancipatórios fazendo com que as pessoas tornem-se sujeitos de direitos e cidadãos na sua integralidade, mas ainda dentro da sociabilidade capitalista. Nosso trabalho intersectorial ainda caminha por dentro do sistema e não faz processos revolucionários, mesmo que tenha como horizonte a emancipação humana.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forças próprias* [forças próprias] como *forças sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p.72).

Nos ancoramos nas reflexões realizadas por Trindade (2011), acerca da contextualização e da decodificação que o autor faz sobre o debate que Marx trava sobre emancipação política e emancipação humana que é marca registrada no livro “Para questão judaica”. É importante dizer que nesta obra citada, datada de 1844, Marx faz um rebatimento sobre o que Bruno Bauer havia escrito sobre a emancipação dos judeus da Alemanha, que estava atrelado à situação da miséria alemã e da situação cívico-política dos judeus na Alemanha (NETTO, 2009). Aos judeus, por exemplo, era restrito o exercício de funções públicas em todo o país. Diante de um Estado cristão, Bauer não defendia que os judeus se convertessem ao cristianismo, mas que o Estado fosse laicizado. Dizia ainda que para isso, os judeus, assim como o Estado teriam que abrir mão de suas convicções religiosas, pois isso lhes alienava de uma certa forma.

“A solução proposta por Bauer [...] implica, antes, que ambos – cristãos e judeus – renunciem à sua religião em favor de um racionalismo ilustrado e idealista” (NETTO, 2009, p.23). Desta forma, para Bauer a emancipação religiosa seria um pré-requisito para a emancipação política. Marx no entanto “*desloca a problemática do campo religioso para o campo imediatamente político*” (NETTO, 2009, p.23).

Contextualizando o debate naquele momento histórico da Alemanha, sobre a qual Marx se dedicava a refletir, para ele a

Emancipação alemã dependeria inteiramente do florescimento de uma classe que tivesse *cadeias radicais*, caráter *universal*, que não reivindicasse uma reparação *particular* para si, mas o título *humano* (TRINDADE, 2011, p.73).

Ou seja, não seria algo que deveria ser apenas debatido em relação aos judeus, mas a todo o proletariado, que ainda precisava desabrochar, emergir das necessidades reais concretas. Trava-se portanto um debate acerca dessas categorias e das suas distintas conotações. Bauer e Marx possuem divergências quanto a elas.

A emancipação política – que Marx considera, sem qualquer dúvida, um avanço, um progresso, uma conquista da Revolução (burguesa) que destruiu o Antigo Regime – não é, pois, a emancipação *humana* [...] A emancipação humana, transcendendo largamente a emancipação política, constituirá o programa do *comunismo* – ordem societária que inaugura a verdadeira *história humana* ou, se se quiser, marca o fim da *pré-história humana* (NETTO, 2009, p.25).

“A emancipação política é, simultaneamente, a *dissolução* da velha sociedade sobre que repousa o sistema de Estado alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade civil” (MARX, 2009, p.68). A partir das reflexões de Bauer, Marx apresentou a discussão de que a emancipação política seria sim um avanço dentro da sociedade, mas significada pelo rompimento com o feudalismo diante das revoluções burguesas de que Inglaterra e França haviam percorrido.

Além disso, Marx refere que a emancipação política seria a emancipação dos homens pelo Estado e que a emancipação humana seria quando os homens retornassem a si como seres humanos e não como apenas cidadãos dentro dessa sociabilidade. Isso significa dizer também que a

emancipação humana é a superação da sociedade de classes, o que mais tarde Marx denominaria de comunismo.

A demanda da “emancipação humana” (expressão que logo Marx substituiria por “comunismo”), embora ainda não vinculada ao elemento dinâmico da luta de classes, já *embute* a necessidade de condensação do conceito de futura extinção do Estado – quando o homem “já não separa de si a força social sob a forma de força política” (TRINDADE, 2011, p. 82).

A emancipação política, desta forma, estaria ligada às revoluções burguesas que se sucederam na França e na Inglaterra, com o rompimento com o sistema feudal. Já a emancipação humana tem a ver com a emancipação universal comandada pelo proletariado, verdadeira classe revolucionária que poderia fazer a ruptura com o sistema capitalista, rumo a uma sociedade comunista. Desta maneira, o pensamento de Marx, expresso em sua obra “Para a questão judaica” designa o rompimento de um pensamento mais idealista e dá as verdadeiras bases para seu pensamento materialista histórico e dialético, fundado no ser social e na dialética do concreto (TRINDADE, 2011).

Quando realizamos essa espécie de comparação da intersectorialidade como emancipação política, é no sentido de corroborar para que as pessoas tenham o pleno e integral acesso aos direitos, mesmo que seja ainda dentro da sociedade capitalista, já que a superação deste sistema para outro, fundado no comunismo, é um longo processo histórico e revolucionário que nos cabe como tarefa. Provavelmente não veremos acontecer em vida tal processo de superação do capitalismo, portanto enquanto isso, faz-se necessário suprir as necessidades integrais dos seres humanos, na luta para que todos e todas tenham acesso aos bens, direitos e serviços essenciais. É nisto que consiste inclusive, *a priori*, o trabalho do assistente social, que discutimos no capítulo 4. É importante dizer ainda, que não refutamos de alguma forma a emancipação humana, pois este é o nosso horizonte e objetivo último, mas precisamos entender os limites de nosso trabalho.

Ao propor a ultrapassagem da mera emancipação política para uma “emancipação humana”, Marx não está a se posicionar de um modo abstrato e estático (metafísico), *contra* os direitos humanos, ou *contra* a emancipação política – ao menos não assim, simploriamente, como uma “interpretação” unilateral e deslocada do contexto gostaria de

sugerir. É efetivamente bem *mais* do que isso: Marx desvela a *insuficiência* da emancipação política e de tais direitos, por, necessariamente, *limitarem-se* às fronteiras dos interesses burgueses, ou melhor, por serem apropriados à *conservação* desses interesses na sociedade civil (os direitos humanos) e, por decorrência, no Estado (a emancipação política). A emancipação “humana”, mais do que mera negação, aponta para a *superação dialética*, tanto da sociedade civil, porque fundada no interesse privado e na desigualdade real, quanto do Estado, seu correlato político/público entronizador de uma igualdade meramente imaginária (TRINDADE, 2011, p.82).

Nos cabe então perguntar, a intersectorialidade como perspectiva também de trabalho do assistente social, não deveria efetivar de fato a emancipação humana e ultrapassar a emancipação política? Entendemos que seria muito pretensioso inferir que nosso trabalho teria essa dimensão, até mesmo porque esse é um movimento revolucionário de toda a classe trabalhadora. O que este debate nos convoca, é para tentar subsidiar o mínimo daquilo que é violado dentro dessa sociabilidade, sociabilidade capitalista que é inclusive, humanamente insustentável. Ou ainda, garantir e efetivar direitos, de forma intersectorial e integral, colando esse debate dentro dos processos de reassentamento, onde se verifica a violação total dos direitos humanos.

Dessa maneira, consideramos esse pressuposto como sinal de pequenas convulsões revolucionárias (MARX e ENGELS, 2009), de micro-rupturas que reafirmam as políticas sociais centradas nos sujeitos e viabilizadas sobretudo pelo Estado, na perspectiva da afirmação da cidadania do sujeito social.

A emancipação *política* é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política *no interior* da ordem mundial até aqui (MARX, 2009, p. 52).

Isso se deve ao fato de que a emancipação humana só se torna de fato real com a construção de uma nova sociabilidade, não mais pautada na exploração do trabalho e na sociedade de classes, na medida que os direitos civis, políticos e sociais (humanos) de todos os seres, universalmente, possam ser assegurados.

A intersectorialidade torna-se, assim, uma qualidade necessária ao processo de intervenção. Através das políticas sociais, os programas, os projetos, as equipes são desafiados ao diálogo, ao trabalho conjunto. Não

somente isso, mas no mesmo movimento, junto à intersectorialidade, tendo como perspectiva a construção da cidadania, em busca da emancipação política, “há de se fazer presente a participação dos membros da comunidade envolvida, enquanto sujeitos do processo” (KOGA, 2011, p. 242). Ou seja, falar em política social e direitos, viabilizados pelo fazer intersectorial, é também falar em participação popular, onde os sujeitos é que devem ser protagonistas de sua própria história. Isso possibilita até mesmo, a construção da consciência de classe (no caso, da classe trabalhadora), onde usuários e trabalhadores, consolidem movimentos em conjunto.

3. DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO: A CAMINHO DA TERRA PROMETIDA?

*“A gente tem que sair do sertão!
Mas só se sai do sertão
tomando conta dele a dentro...”*

Guimarães Rosa

No livro “O grande sertão veredas” de Guimarães Rosa, a frase a qual nos referimos acima, nos remete ao trabalho que nos propomos desenvolver. Para “sair do sertão” é necessário que se tome conta dele a dentro. Ou seja, para que no processo de nossa pesquisa, possamos ir além do aparente e assim, entrarmos na essência desse processo e posteriormente possamos socializar nossos dados e propor alternativas aos nós críticos que surgiram, é necessário mergulharmos na pesquisa de campo, “adentrarmos nesse caminho que nos leva à Vila Dique e ao seu processo de reassentamento até o novo território chamado de Porto Novo”. Isso significa dizer que estamos indo no cerne de toda a pesquisa, que é ir ao encontro do “homem e da mulher em carne e osso”, ou seja, à realidade desse processo de remoção e reassentamento e voltarmos ao concreto pensado.

Envolvidos pelas denominações dadas a estes territórios, que caracterizarão inclusive este capítulo, é interessante observar o que define cada um. Quando se fala em um Dique, este nos remete à ideia de um espaço que retém, que contem, que segura algo. Geralmente são também chamados “diques de contenção”. Quando se fala em um Porto (que inclusive dá nome à capital gaúcha), este nos faz pensar em lugar de chegada, mas também de despedida, como já anunciamos acima por meio da música “Encontros e despedidas”. É um lugar onde se chega, se fica, se faz história, mas também dá a tônica da partida.

Partimos então para a pesquisa de campo também fazendo alusão ao povo bíblico hebreu, que viveram nos anos de 1250 a.C. (BÍBLIA SAGRADA, 1990) e que sob a opressão e escravidão que viviam nas mãos do Faraó, se colocaram marchar sobre o deserto “a caminho da terra prometida”, guiados pela figura bíblica e histórica intitulada Moisés. Essa história antiga nos lança para a reflexão de dois processos que envolvem a comunidade da Vila Dique: a formação histórica dessa comunidade, onde se teve o processo de saída das

pessoas de seu território de origem – municípios do interior do Estado do RS e outras comunidades do município de Porto Alegre, que vieram para um Dique, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Outro processo: a remoção e o reassentamento da comunidade para o território de destino – o Porto Novo, localizado no extremo norte do município de Porto Alegre e muito distante do território da Vila Dique.

Ora, segundo Vial (2005), os primeiros movimentos da sociedade são caracterizados pelo “ato ou processo de mover-se”. Mover-se de um território para outro em busca de condições melhores para se viver. Estamos em constante movimento, porque a história e a vida são movimentos. Pudemos observar uma grande história de movimento, a partir do processo de ocupação do território brasileiro e com essa retrospectiva, chegamos ao município de Porto Alegre, mais propriamente no território da Vila Dique. Localizada na zona norte do município, às margens da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a Vila Dique tem a sua formação nos anos de 1960, quando famílias vindas do interior do estado do Rio Grande do Sul e de outras vilas de Porto Alegre, passaram a ocupar essa área. As famílias foram construindo suas residências e suas vidas, nessa área, dita de ocupação irregular ou ainda de preservação ambiental. Foi sob esta área que as famílias construíram sua identidade territorial, tomando este “Dique⁶” como chão da “acontecência” da vida cotidiana.

Como podemos observar, novamente encontramos o “ato ou processo de mover-se”, de uma população a caminho de um espaço de habitação, trabalho e produção de vida. Inclusive, este território foi constituído a partir de características de quem morava no interior, trazendo para o Dique práticas de criação de animais e de pequenos espaços agrícolas. Junto disso, no que diz respeito ao trabalho, a comunidade foi deparando-se com escassos campos de trabalho formal, numa combinação de adversas condições de vida: analfabetismo, insalubridade nas condições de habitação e poucos recursos e equipamentos sociais. Essa não é uma realidade homogênea no território do

⁶ Porção de terra que separa um terreno das águas correntes. O nome da Vila torna-se Dique, por se tratar de uma área de terra que protege a pista do Aeroporto das enchentes do Rio Gravataí.

Dique, mas representa uma grande parcela, já que uma das alternativas encontradas no que diz respeito ao trabalho, foi a reciclagem.

Diante desses elementos históricos, é importante dizer que desde sua origem, esta comunidade sempre esteve sob ameaça de remoção, pois por ser uma área de ocupação irregular e por estar na zona da pista do aeroporto, existia essa ameaça de que a vila teria que deixar de existir para dar espaço à ampliação do aeroporto. E esse fato que antes era uma ameaça, tornou-se uma realidade à comunidade.

O governo brasileiro, desde a definição de que o Brasil sediará, em 2014, o campeonato mundial de futebol, inicia diversas obras de reforma e modernização de espaços de utilidade pública, implicando na remoção e realocação de famílias. Os aeroportos também devem ser modernizados e ampliados, como o caso do Aeroporto Internacional Salgado Filho que também sofrerá alterações, dentre elas, a ampliação de sua pista, que só é possível acontecer no seu sentido norte, que implica na remoção da Vila Dique. A comunidade então passa a viver um processo de transferência de residências e recursos comunitários e sociais, desde o ano de 2009.

É importante destacar, que escrever sobre algo que está em processo, é um grande desafio, visto que há um movimento constante de luta de contrários, de plena contradição, o que demonstra que a vida e a história não são processos estáticos. Exige portanto, uma reflexão que também está em movimento, hora “firmando bases” e hora necessitando ser “reassentado”, reelaborado. Desse modo, as análises a partir das falas dos sujeitos dos grupos focais, também está em movimento e emaranhada de diversos conteúdos e problemáticas que afetam a comunidade da Dique ao Porto Novo.

Neste capítulo que se segue, tecemos as análises realizadas a partir da realidade pesquisada: o processo de reassentamento da vila Dique. Como descrevemos acima, estamos diante dos dois grupos focais realizados⁷, um com os moradores da vila Dique, que não foram reassentados e outro com os moradores reassentados, do agora Porto Novo. Realizamos também uma espécie de costura com as entrevistas das assistentes sociais inseridas nas principais políticas sociais envolvidas com o processo de reassentamento. Para

⁷ A sistematização acerca dos participantes dos grupos focais pode ser encontrada nos Apêndices (H)

tanto, nos ancoramos nas discussões realizadas até então, quando, no capítulo 2, trabalhamos com as categorias explicativas da realidade, quais foram: território, política social, processos de reassentamento e intersectorialidade. As reflexões que são apresentadas, tornam-se assim, diálogos realizados entre os sujeitos da pesquisa, entre os autores e as autoras que nos iluminam sobre os temas abordados e entre a pesquisadora, que se propõem a partir disso, a elaborar pequenas sínteses provisórias.

Para a transcrição dos grupos focais com os moradores e das entrevistas com as assistentes sociais das políticas sociais, a fim de manter o sigilo e a identidade dos participantes, organizamos da seguinte maneira: a participação dos moradores foi caracterizada por meio de codinomes bíblicos que dizem respeito a figuras registradas no processo de saída do povo hebreu, que habitava a região do Egito, em busca da “terra prometida” e que buscavam romper com a opressão exercida pelos faraós, num contexto de modo de produção escravista. Não se quer, de nenhuma forma, retornar às origens da profissão do Serviço Social com a estreita ligação com a Igreja Católica, de cunho conservadora, ou ainda confundir a profissão com a religião. Mas como um livro histórico, se busca nessa história de êxodo, comparações aos processos também de êxodo que a comunidade da Vila Dique já vivenciou e vem vivenciando. Já a participação das assistentes sociais foram caracterizadas por codinomes de importantes líderes/gestoras na lista da história da humanidade.

3.1. Diálogos pelo caminho: Território

“Mas aconteceu que o pequeno príncipe, tendo andado muito tempo pelas areias, pelas rochas e pela neve, descobriu, enfim, uma estrada. E as estradas vão todas em direção aos homens”.

Antoine de Saint-Exupéry

O território se apresenta como uma categoria permeada de outros conceitos e que não necessariamente estará expressa pela própria palavra. Desta forma, essa categoria nos instiga a refletir acerca de outras subcategorias que emergiram a partir da pesquisa e que relacionam-se diretamente com o território.

E ao falar de território, revisitamos alguns conceitos que nos auxiliam nas falas expressas pelos moradores, pois estamos diante de uma categoria, defendida por alguns estudiosos, que diz respeito não somente ao território em si, mas ao território utilizado.

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem [e da mulher] (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p.19).

Essa reflexão dos autores é muito importante porque traz consigo muitos elementos que dialogam com que os moradores trazem.

Bom o Dique pra mim, a comunidade da vila Dique pra mim, é minha história, o Dique pra mim... eu formei minhas filhas (...) pra mim aqui é minha história minha vida. Vim com meu pai e minha mãe.. (Sefra)

Primeiro, falar do território do Dique, não é apenas falar de uma porção de terra que separa um terreno das águas correntes, mas do que foi feito desse espaço de terra e o que significa na vida dos sujeitos. No caso dessa fala, observamos que esse território foi onde se teceu a vida do sujeito em questão, escrevendo ou inscrevendo sua história de vida.

Segundo, não se restringe apenas, aos seres humanos, mas se estende aos outros seres vivos e preexistindo a existência do Estado, percebemos que “pertencer àquilo que nos pertence”, faz parte da existência ontológica e dialética dos seres vivos. O Estado vem para organizar as formas de viver e aí percebemos uma essência dialética, pois estamos diante de um pertencimento humano àquele espaço, mas também a um espaço que é construído socialmente e que neste caso, encontra-se diante de um sistema, que vai se refletir lá na realidade dos sujeitos daquele território. Ou seja, esse território está dentro de uma forma de organização, que restringe inclusive, o que os autores falam sobre a preocupação com o destino, a construção do futuro, pois os moradores da vila Dique, estando diante de um processo de reassentamento, tem esse direito violado, tendo que ser submetidos, ao destino que o Estado determina.

Dentro dessas reflexões, outro aspecto que emerge são as relações que se tecem no território, que inspiram relações construídas na história de vida das famílias da comunidade. Relações de vizinhança dão visibilidade inclusive, para ações que organizam as funções que o Estado deveria ocupar, mas que é assumido pelos moradores.

Aqui a comunidade toda é unida, todo mundo se dá, os vizinhos todos se cumprimentam de manhã, se levantam de manhã, vão pro serviço, cumprimentam o outro [...] aqui todo mundo se entende, todo mundo se dá, Aarão e eu somos vizinho de casa de porta, então a comunidade aqui é cem por cento [...] Esse Dique aqui né, esse Dique aqui, vamos deixar bem feito, porque não é o Dique que foi removido, lá é Porto Novo, o Dique aqui, a parte que não foi removida aqui, todo mundo se ajuda, corre por hospital, um levo o outro pro médico. Esse aqui (apontando para Aarão) é ambulâncioterapia da nossa vila Dique. (Sefra)

Dessa forma, “a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dados território” (KOGA, 2011, p.39). Dessa maneira, defrontamos com o território vivo, vivendo. Santos e Silveira (2012) falam que devemos considerar os fixos, que é o imóvel no território, e os fluxos, que é o que é móvel. Pois além da estrutura de determinado lugar e dos serviços que nele contem, nos deparamos com a organização social de seus atores, e de como as relações são estabelecidas. Na fala acima, percebemos o quanto impera as relações de vizinhança e os rearranjos feitos pela comunidade, quando o Estado não dá conta de suas funções. Impera portanto, relações de solidariedade, que se tecem nas dificuldades encontradas pelos sujeitos.

Outro elemento encontrado é a constituição desse território, trazido através do processo histórico vivido pelos sujeitos. Observamos na fala a seguir um pouco da história contada pelos moradores

Foi bom morar lá, gostei muito. Pra mim foi bom, porque eu ficava em frente à Avenida das Indústrias, tinha bastante movimento, não era lá na estrada de chão, e quando eu vim morar ali não existia estrada de chão com muitos moradores, mais era chiqueiro e mangueirão né e pra de lá da ponte, pro lado da floresta, ali já era mais movimentado (Levi)

Levi já se encontra no reassentamento do Porto Novo, assim como Débora, que se expressa na fala a seguir.

Quando a gente veio morar ali, era quase que uma fazenda, era com árvores, tinha a faixa, tinha criação de bichos, era porco, tinha vaca, cavalo, cabrito tudo o que tu podia imaginar tinha ali, e isso tudo foi se terminando e tomando conta pela reciclagem (Débora)

“Partir dos próprios espaços concretos de vivência pode significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e dos sujeitos construtores” (KOGA, 2011, p. 40). Sobre a questão da constituição do território, partimos da própria inserção concreta dos moradores que nos contam como foi a construção dessa comunidade nesse território. Observa-se elementos da vida do interior, do espaço rural, que é reproduzido neste contexto de realidade urbana, e resgatamos aquilo que abordamos anteriormente, quando as pessoas, em busca de melhores condições de vida, saíram das pequenas cidades do interior e até mesmo da zona rural, para constituir a vida na cidade grande, trazendo consigo seus costumes. Esses costumes, foram dando lugar aos poucos, às novas formas de organização e até mesmo de trabalho, exercidas na vida urbana. Nos ancoramos na reflexão que traz o autor

Entre malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de *ruralidade* “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”[...] A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados (LEFEBVRE, 2001, p.19).

A grande quantidade de pessoas que foram migrando para o Dique, e as famílias que a partir de então foram surgindo e crescendo, fizeram com que a comunidade se organizasse para emergir uma história de luta por serviços que dessem conta das necessidades da comunidade

Eu cresci ali, vendo a comunidade em si crescer, buscando os recursos que a gente precisava pra sobreviver, e na época, surgiu o primeiro líder, que era o P.P., que de uma forma bastante assim, digamos assim, esperta, ele foi nos ajudando a construir a comunidade, ele buscava doações de madeira, sobra de obra... depois ele conseguiu uns kit com a prefeitura mas era de material, era de alvenaria pra alguns moradores mais necessitados. Era na verdade o começo. O Dique eram quatro casas, quatro barracões, eu lembro perfeitamente das pessoas que eram né, e como tudo isso foi sendo construído. Foram sonhos que foram construídos ali... famílias e ah... isso tudo foi muito bom até certo momento da nossa vida, que onde muitas coisas começaram a se tornar muito ruim. Com poucos moradores existia um controle, depois como a comunidade foi

crescendo, foi aumentando, aí veio ah... a inserção da droga, veio falta de digamos assim, de cuidado dos órgãos públicos com a gente. (Débora)

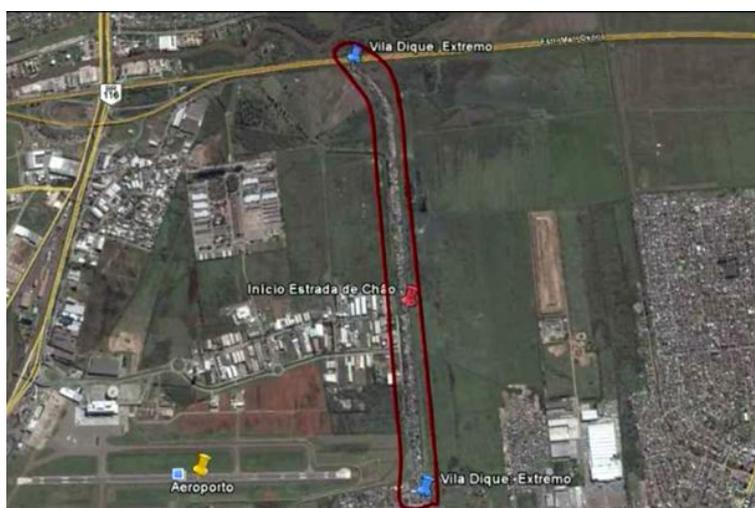
Podemos observar que a comunidade foi protagonista dessa luta por direitos. E ao longo da história, e do crescimento da comunidade, percebe-se que muitas dificuldades e problemas que são inerentes à lógica de acumulação burguesa, foram se materializando na comunidade. Isso reafirma que o território reproduz a lógica que impera socialmente. Expressões da questão social, denotam as dificuldades expressadas pela comunidade: uso nocivo de álcool e outras drogas, tráfico, moradias precárias, problemas relacionados ao saneamento ambiental e planejamento urbano, com episódios de enchentes e alagamentos.

Nós começamos a buscar apoio pra conseguir a primeira, a primeira equipe médica que atendia a comunidade numa casinha que era de uma moradora lá, a Julieta, era caindo os pedaços, mas a gente tinha bom atendimento também. Depois disso foi conquistado o posto grande né, antes disso a gente era atendido lá na escola Aurélio Reis, mas faltava o básico, era a educação das próprias famílias! Porque muito tempo depois veio o trabalho da reciclagem que foi o que piorou muito a nossa comunidade, trouxe recurso financeiro mas piorou muito porque o pessoal começou a matar os valos que tinha, começou a soltar nos pátios a terra.. o pátio com lixo, então muita coisa começou a mudar de bom pra ruim. Então a nossa qualidade de vida... Trouxe depois disso a primeira enchente. A gente perdeu tudo! Nós fomos removidos dali pra uma igreja lá no morro Santana, perdemos tudo, tivemos que começar tudo de novo. Então isso tudo foram coisas que foram marcando e deixando um rastro de revolta na verdade né, depois começaram as mortes também por causa do tráfico então o...o tempo bom mesmo foi no tempo da minha juventude, da adolescência digamos... de adulto já perdeu toda aquela coisa que tinha de um vizinho ir na casa do outro se cumprimentar, se falar... foi aparecendo muita picuinha, muita coisa ruim começou a acontecer, então pra mim teve uma época boa mas teve outra muita ruim também. (Débora)

A realidade desta comunidade é permeada por inúmeras contradições, pois apesar do Dique ser o chão da história da constituição dessa comunidade, onde as pessoas conseguiram se organizar para terem acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social, trabalho e até mesmo, água e luz, é também o cenário de muitas dificuldades e de problemas socioeconômicos, com um grande predomínio de famílias em situação de extrema pobreza. Ou seja, trata-se de uma área de ocupação irregular, portanto as pessoas foram chegando no território e se apropriando dele das mais variadas formas.

Muitas casas estavam/estão em condições insalubres de habitação, muito próximas inclusive, do chamado valo, um córrego que perpassa toda a comunidade e que tornou-se depósito de lixo. Há também grandes dificuldades de saneamento básico, onde as pessoas não tem acesso a uma rede regular. Outra questão é o acesso (ou não) ao mercado formal de trabalho. Muitas pessoas da comunidade, em decorrência disso, passaram a trabalhar com a reciclagem e atualmente há um predomínio grande dessa atividade na comunidade. Não obstante, o tráfico de drogas também move a economia de algumas famílias.

Podemos observar nas fotos abaixo como estava organizado o território:



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.

Na parte inferior da foto podemos localizar o início da Avenida Dique, que chegando no início da estrada de chão, sofre uma bifurcação, sendo que, seguindo à esquerda encontrará a Avenida das Indústrias, que ao longo de sua extensão até o Aeroporto é permeada por grandes industrias. Seguindo a Avenida Dique até a parte superior da foto, sua continuidade caracteriza-se pela Estrada de Chão, onde sua extensão vai até a Free Way, Km 83, que liga Porto Alegre ao litoral.



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.

Na foto acima temos a visão de dentro de um avião, onde podemos observar a caracterização daquilo que dá nome à comunidade: o Dique. Percebemos que é uma porção de terra que está entre dois córregos/valos. Do lado direito da foto, depois do córrego temos uma Fazenda e do lado esquerdo o Aeroporto.

É importante destacar que existem discursos de quem não conhece a vila Dique que vai muito no sentido de que esta apresenta uma realidade homogênea, onde as pessoas possuem iguais condições de vida, “casebres insalubres”, situação de extrema pobreza, de que a vila seria um local muito violento e que todas as pessoas trabalham com a reciclagem. No entanto, ao longo do trabalho, através da Residência e a inserção na Unidade de Saúde, podemos conhecer melhor a realidade desta comunidade, de forma empírica, e também a partir da pesquisa com os moradores, e percebemos que existem realidades peculiares e distintas entre as subdivisões existentes no território.



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.

Quando existiam os becos, podia-se perceber que as pessoas estavam muito próximas da pista do Aeroporto e quando os aviões pousavam por esse sentido, havia uma proximidade muito grande das aeronaves com as casas das famílias. Nessa região haviam também muitas casas em condições insalubres e que estavam muito próximas dos córregos.



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.

Na região do asfalto, as casas estavam bem próximas da via de circulação, com espaço muito restrito para os pedestres circularem, haja vista que a Avenida Dique é um caminho alternativo para o acesso ao Aeroporto, à região das indústrias e à saída para o município de Canoas e da grande região metropolitana. Nesta parte do território existia o Galpão de Reciclagem, a Escola Infantil Galpãozinho, o Clube de Mães Margarida Alves, Igrejas, Comércios, Associação de moradores e o Posto de Saúde. Existiam muitas casas de alvenaria e de grande metragem.



Fonte: Vídeo perfil 2009 – Residência Integrada em Saúde – USST/GHC.

Na estrada de chão predomina um rearranjo bem ruralizado, com a criação de animais e de uma grande área de trabalho com a reciclagem. Muitas

famílias possuem cavalos e carroças para justamente trabalharem com a reciclagem. Existem casas com grandes pátios e hortas, e com a criação de pequenos animais (patos, galinhas, porcos, cabritos).

Como o galpão de reciclagem abarcava um número não muito grande de pessoas, muitas famílias realizam a separação do lixo trazido, em suas casas, em seu pátio, o que também gera a proliferação de insetos e roedores, que por vezes também ocupam a casa dessas pessoas.

É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações (KOGA, 2011, p.56).

E esta é uma realidade tão heterogênea, que os moradores possuem divergências entre si no que diz respeito aos projetos coletivos, que apareceu inclusive, nos grupos focais. Muitos relatam a identificação que possuem com o território e com o modo de vida que adotaram a partir desta vivência. Outros referem, se sentirem parte dessa história, mas desejarem estar em um outro espaço mais organizado e urbanizado.

O Dique pra mim é aqui, como está aqui, apesar dos valos, do lixo, que todo mundo fala, mas não tem a violência que lá tem, aqui não tem... Todo mundo se dá, a vizinhança ajuda o outro, é isso aí, o Dique é minha história, aqui é minha história, aqui tive minha raízes, tive meus filhos. (Sefra)

Assim como essa fala acima exposta, temos uma próxima, que fala desse movimento encontrado na comunidade que expressa a transformação da realidade e da inserção de problemas que afetam a vida das pessoas na contemporaneidade.

Eu morava em outro bairro que não tinha nada a ver com aquilo ali né, pra mim era estranho chegar ali e ver uma menina com treze anos com bebê nos braços, sendo que lá onde eu morava uma menina de doze anos ainda brincava de boneca [...] visão de favela que é a primeira visão que eu tive, quando eu cheguei lá... nunca me roubaram nada lá no Dique né, e tinha uma época em que ãhn tu deixava calça de brin lá no arame, na frente da casa sem cerca, sem nada, anoitecia, amanhecia e ficava quantas noites tu deixasse. Mas pro final, agora como a E. estava falando, por causa do tráfico, de outras coisas, tu não podia deixar nada, não podia deixar um carro lá na frente que estavam abrindo o carro, roubando som, roubando isso,

roubando aquilo e pra mim foi bem tranquilo gostei bastante de morar lá fiz bastante amigos lá... (Jetro)

Diante desta realidade, além da luta da comunidade pelos serviços essenciais, havia também um desejo de que a mesma fosse urbanizada e que as pessoas tivessem uma melhor estrutura e condição de vida.

Sim era nosso sonho, era o que a gente queria, que eles asfaltassem urbanizassem e botassem água, esgoto, tudo decente pra gente, a luz também poderiam colocar luz porque muitas vezes a gente fica sem luz né, porque a luz é muito fraca pra nós aqui. (Aarão)

No entanto, isso foi algo que não pode materializar-se pois desde a sua gênese, havia uma posição política do poder público que a comunidade teria que deixar essa área, pois além de ser uma ocupação irregular, as pessoas teriam que dar lugar para a ampliação da pista do Aeroporto. Dessa forma, a comunidade esteve diante de uma realidade em que muitos anos se falava de sua remoção e portanto, não houve nenhuma proposta de legalização e urbanização.

Pra mim a gente teve muito muitos anos, como o Aarão falou, sair hoje, sair amanhã e fomos muito usados politicamente né, ah porque vou apoiar, vou ajudar a vila Dique sair... nunca teve um momento político que eu pudesse perceber assim que alguém dissesse assim “não, eu vou entrar com um ação de legalização da Dique, vou asfaltar, vou arrumar entendeu, ninguém fez isso (Débora)

Bem, essa fala demonstra uma percepção crítica em relação à realidade da comunidade. Ela contraria os discursos criados pelos gestores ou pelos interesses do capital de que “eles não sabem o que é bom pra eles”. E de acordo com isso, podemos dizer que um povo que tem a “história na mão” (Geraldo Vandré) tem condições de projetar e saber o que é melhor para si. Neste sentido, abordaremos na próxima temática o processo de remoção e reassentamento da Vila Dique.

3.2. Processos de remoção e reassentamento: o que há pelo caminho?

*“Mais, um dia nós nem pode se alebrá
 Veio os homi c'as ferramentas
 O dono mandô derrubá
 Peguemo todas nossas coisas
 E fumos pro meio da rua
 Aprecia a demolição
 Que tristeza que nós sentia
 Cada táuba que caía duía no coração
 Mato Grosso quis gritá
 Mas em cima eu falei:
 Os homis tá cá razão
 Nós arranja outro lugar
 Só se conformemo quando o Joca falou:
 "Deus dá o frio conforme o cobertor"
 E hoje nós pega a páia nas grama do jardim
 E prá esquecê nós cantemos assim:
 Saudosa maloca, maloca querida,
 Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas”.*

Adoniran Barbosa

Neste item, problematizamos uma série de sub-categorias que se relacionam ao grande eixo desses processos, onde trazemos novamente, de forma breve, o resgate histórico desses movimentos, algumas experiências atuais que tem ocorrido no país, o grave quadro de violação de direitos – trabalho, casa, direito à informação, repressão do Estado, desmonte dos serviços -, adentrando de forma mais aprofundada no processo da Vila Dique.

Como já foi explicitado, a Vila Dique sofre com ameaças de remoção desde sua gênese. Mas com a decisão de que o Brasil será sede da copa do mundo de 2014 e a necessidade da ampliação da pista do aeroporto, fez com que a as ameaças fossem materializadas.

A destruição ou expulsão dos cortiços do centro da cidade também foi motivo de ação sanitária de caráter policial em São Paulo no final do século XIX [...] Dessa forma, em nome da higiene, firmava-se uma “política urbana” de expulsão e desalojamento de pessoas (KOGA, 2011, p.48).

Ora, a autora localiza tais processos no século XIX e já no século XXI, estamos frente a processos semelhantes, vestidos de uma nova roupagem e em decorrência de justificativas diversas.

A remoção da vila Dique se deu a partir do momento que a prefeitura botou que ia se ampliada as obras do aeroporto. O aeroporto teria que ser aumentado, as obras tem que aumentar a pista e aí na questão surgiu a remoção da vila Dique. (Sefra)

É importante dizer que esses processos de remoção e reassentamento são históricos e fazem parte da realidade brasileira, bem como de outros países. E não são apenas de algumas décadas atrás, mas principalmente acontecem em função dos chamados megaeventos e das obras viárias.

Por que eles tão querendo tirar o pessoal daqui? Porque essa área vale muito milhões, essa área aqui pros grandes empresários que tão vindo pra Porto Alegre, então essa área vale muito! Essa área aqui, depois que botaram a arena do Grêmio ali, isso aqui vale muito porque foi usado a mesma coisa que fizeram com nós, fizeram com o pessoal da Areia, tiraram o pessoal da Areia, quem não saiu hoje eles tem que indenizar e cada terreno vale duzentos mil, o terreno mais barato ali na Areia cento e cinquenta mil... por isso que eles fizeram questão de tirar o Dique daqui, não foi por causa do aeroporto foi por causa da, porque eles querem isso aqui pra construir empresas que nem tipo Coca-Cola que é uma mega super empresa e assim por diante. Eles querem remover o pessoal daqui por causa disso não é por causa do aeroporto, eles usaram o aeroporto, mas não tem nada ver com o aeroporto! (Sefra)

“Especulação imobiliária, a industrialização desordenada e a realização de grandes eventos, entre outras iniciativas levadas à frente à custa da saúde e, muitas vezes, da vida de quem estiver no caminho” (MOROSINI, 2013, p.8). Tal experiência da vila Dique trazida pela fala da moradora acima, nos leva à experiência da comunidade do Coque no Recife (MOROSINI, 2013) que passa por um processo semelhante ao da Dique, pois localiza-se em uma área privilegiada na cidade, sendo vítima do próprio interesse imobiliário.

Só que essa questão foi usada mentirosamente porque o aeroporto vai ser construído em Nova Santa Rita, porque o solo daqui foi constatado que é fraco, é valo, é água, é sanga, era fazenda e a água que escorre toda dos morros ali vem embocar aqui embaixo. Então o solo não é firme pra fazer construção do aeroporto, aí a prefeitura justificou e a gente tinha que ser removido por causa disso, só que daí vai ficar todo esse terreno aqui pra cima que foram esse pessoal removido, vai ficar tudo vazio mas a questão daí é que vem empresários que tem o dinheiro e “papapapapa” que querem essa área aqui pra construir empresas, não é o aeroporto, eles usaram o aeroporto só por subterfúgio pra remover o pessoal, porque o aeroporto não vai ser construído aqui, vai ser construído em Nova Santa Rita... (Sefra)

Os moradores que participaram no grupo focal, afirmaram que a principal justificativa para a remoção e o reassentamento seria a ampliação da pista do Aeroporto. No entanto, as informações sobre a possibilidade da pista não ser ampliada naquele território são imprecisas⁸, e sem data prévia marcada, o que leva os moradores a questionarem se essa justificativa não foi apenas uma “fachada” acerca do real motivo, a que tiveram que se submeter. Os moradores identificam um aspecto primordial no processo de expansão do capital: a questão da especulação imobiliária, o interesse do empresariado naquele território e a própria estratégia de limpeza urbana e higienização social.

É a justificativa maior que a gente sabe né, porque o aeroporto queria ampliar a pista pra receber aviões cargueiros que não conseguiam baixar aqui, depois veio, “ah é por causa da copa” fica muito feio essa favela na ponta da pista onde o avião passa baixinho e todo mundo vai ver que aqui tem uma favela, então queriam mascarar ou esconder o que realmente existia ali, tanto é que aquele pessoal da estrada de chão não aparece quando o avião passa ali, então pra eles pro DEMHAB, seja lá pro governo, tanto faz, tirar eles de lá ou não... E tem bastante pessoas que moram lá que diz “tanto faz, eu saí ou eu fica, aqui eu não pago luz, não pago água, não pago nada, que que eu vou fazer lá? Onde eu vou ter que pagar tudo isso e morar num terreninho pequeno. (Jetro)

Documentos que orientam projetos e ações de remoção e reassentamento, como o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), elaborado pela Caixa Econômica Federal, apontam alguns pressupostos que norteiam tais ações. Esse documento orienta algumas medidas para minimizar o impacto social causado. Dentre elas estão (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2009, p. 38):

O remanejamento e/ou reassentamento/relocação deve ser realizado quando as famílias estiverem enquadradas nos seguintes casos: expostas a riscos de incêndio, inundação, desabamento,

⁸ No endereço eletrônico da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), há um registro que divulga a obra relacionada à fase da modernização e ampliação do terminal de passageiros 1, que teve início em setembro de 2013 e tem previsão de finalização no ano de 2016. Disponível em: <http://obras.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-porto-alegre-salgado-filho/obras/1o-fase-da-modernizacao-e-ampliacao-do-terminal-de-passageiros-1.aspx> Acesso em dez de 2013.

Já a ampliação dos 920 metros da pista terá edital para licitação no ano de 2014, segundo informações da Infraero, o que descarta a possibilidade de ser uma obra finalizada para o evento da Copa do Mundo de 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/estamosobras/category/aeroporto-salgado-filho/> Acesso em dez de 2013.

deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística do bairro, para implantação de infra-estrutura e/ou sistema viário. O local de reassentamento deve, preferencialmente, ser próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e amizade já estabelecidos; A área receptora deve ser servida de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários que atendam a demanda da comunidade ou estes itens devem estar previstos no projeto; As condições de habitabilidade da nova solução oferecidas às famílias a serem reassentadas/removidas devem ser equivalentes ou superiores à situação inicial;

Desta forma, este documento orienta que devem ser buscadas todas as alternativas que minimizem a necessidade de reassentamento ou realocação de famílias. Só deverão ser remanejadas famílias que estão expostas a riscos, e para áreas próximas de onde viviam, destinando-se a locais dotados de infraestrutura e condições de habitabilidade.

Reduzida a terra à simples condição de mercadoria, as ações privadas, administrativas ou judiciais que pretendem garantir o seu melhor destino, ficam reféns do seu valor de troca, acabando por neutralizar todos os valores de uso que ela comporta, transformando um direito “terrenal” em um direito puramente mercantil (ALFONSIN, 2013, p. 41)

As reflexões de Alfonsin (2013) nos auxiliam na compreensão desse processo, uma vez que o próprio documento da Caixa Econômica Federal, parece não ter sido seguido integralmente. Estamos diante de um território que tem um grande valor de troca, o que não é diferente da lógica que impera sobre as cidades. Assim, podemos afirmar que prevaleceu prioritariamente este valor de troca que o determinado território apresenta em detrimento das necessidades das famílias e das condições que o documento acima apresenta.

E esta não é uma realidade isolada, pois segundo o relatório *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*, preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, há entre 150 mil e 170 mil pessoas em risco de remoção. No Rio de Janeiro, que abrigará a Olimpíada em 2016, os impactos são ainda maiores. Oito mil pessoas de 12 comunidades foram removidas, há cerca de 22 mil pessoas, em 24 comunidades, em risco, e cinco comunidade já sumiram do mapa.

Dentre os inúmeros casos relatados pelos Comitês Populares da Copa destas cidades, emerge um padrão claro e de abrangência nacional. As ações governamentais são, em sua maioria, comandadas pelo poder público municipal com o apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais, tendo como objetivo específico a retirada de moradias utilizadas de maneira mansa e pacífica, ininterruptamente, sem oposição do proprietário e por prazo superior a cinco anos (premissas para a usucapião urbana). Como objetivo mais geral, limpar o terreno para grandes projetos imobiliários com fins comerciais. (Portal Popular da Copa, 2013)

Para dar mais concretude ao que estamos falando, adentramos nos passos do processo de remoção e reassentamento da Vila Dique, a partir do que foi trazido pela vivência dos moradores e pelo o que os profissionais assistentes sociais identificaram nesse processo.

No momento que houve movimentação da comunidade, no sentido de querer essa remoção pelo fator de risco muito grande que a gente tinha ali, não ter saneamento, não ter uma água uma luz, uma coisa que fosse boa pra comunidade, eu cansei de tomar banho quatro hora da manhã porque durante o dia não tinha água na minha casa entendeu, então no momento que a comunidade se mobilizou, esses mesmos políticos se interessaram e se importaram porque ia trazer benefícios pra cidade entendeu, gastaria-se muito, mas também vai e vai ter o retorno em dobro, então houve interesse político mesmo pela história de “vou ampliar o aeroporto, isso aqui tá muito feio”, mas também teve a força da comunidade dessa vez e por isso, isso aconteceu... (Débora)

Essa fala explicita uma série de considerações que dizem respeito ao movimento da comunidade e que merece ser trabalhada. Primeiro, existia uma divisão grande na comunidade entre ser reassentada e ficar no território do Dique. Isso quer dizer que a comunidade há muito tempo já solicitava a urbanização da mesma, mas como sempre existia a promessa, junto de uma ameaça de que comunidade teria que ser removida em função do Aeroporto, esse fato de projeto de urbanização nunca se concretizou. A partir disso, uma parte da comunidade, principalmente a que vivia nos Becos, iniciou um processo, via associação de moradores, de querer sim serem reassentados. E aí, iniciou-se o processo de negociação com o poder público.

A gente trabalhava na época, eu lembro assim, que era muito bom os encontros, era o posto de saúde, associação de amigos e moradores, representante da igreja católica, evangélica, representante das escolas, então de cada lugarzinho importante pra comunidade tinha um representante ali que ajudava a construir essa remoção e depois essa outra associação, ela entrou de uma maneira assim que foi arrasando todo mundo entendeu, botando defeito em tudo. Nós estávamos em negociação na época da remoção que era de não

pagar as casas, era pra pagar água e luz, as casas eram pra ser maior, acabou sendo diminuído, a forma de construção não era essa, era pra ser pré-montada onde vinham as placas de concreto sendo encaixado [...] chegou num ponto em que o governo ahn...a prefeitura, DEMHAB, viu que existia uma lacuna no meio daquela aliança que eles podiam entrar e fazer o que bem entendiam, por causa dessa, dessa outra equipe. Porque chegou num momento que essa outra equipe de associação ahn, tipo se tivesse uma reunião hoje montada pra uma etapa de remoção, ia toda a nossa equipe e ia lá discutia e firmava uma coisa, quando nós saíamos dali, às vezes nem bem tinha saído, olhava pra outra sala, essa outra associação tava lá discutindo outro tipo de forma. (Débora)

Com essa fala percebemos que a partir do momento que foi determinado pelo poder público (prefeitura) a remoção e o reassentamento da vila Dique, a comunidade, que já tinha a sua associação de moradores, iniciou o processo de negociação, juntamente com os outros atores da comunidade (Posto de Saúde, Escola, Igrejas, Clube de mães). Nem todas as pessoas da comunidade se envolveram nesse processo, principalmente aquelas que não queriam a remoção e também por um certo descrédito que esse processo poderia ocorrer.

Como fica explicitado, percebe-se esses diferentes interesses da comunidade, uma lacuna que se formou, resultando numa certa fragilização da organização da comunidade, permeada por diversos interesses, inclusive individuais e não descartado, de cooptação de lideranças. Ou seja, estamos diante de fissuras provocadas por esse modelo de sociedade que coloca a luta da classe trabalhadora em contradição a ela mesma, fragmentando as lutas.

O fato de o território ser teatro de especializações alienadas, de uma superposição de contextos entre agentes de diferente força e de ser também não apenas o teatro de divisões de trabalho superpostas mas de uma guerra global entre empresas e lugares permite sugerir que o território é também objeto de desarticulações (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p.301).

Nesse momento histórico observamos que o poder público (prefeitura) se utilizou da fragilidade das organizações da comunidade para incidir em ações que desrespeitaram o momento e os movimentos da mesma. A prefeitura também fazia o papel de desarticulação e de realizar o processo de negociação com as duas associações existentes da comunidade

Todos que na época faziam parte dessa aliança de trabalho também tiveram esse tempo pra perceber isso, que esse racha, essa coisa de quem pode mais chora menos, essa que é a verdade, foi o que causou todo esse transtorno, todo esse problema que, que causou dentro da comunidade que sinceramente teve reunião que a gente foi dentro da comunidade pra discutir o assunto da creche, assunto do posto, porque a gente costumava trabalhar dando força um pro outro, e essa nova equipe aí da associação ela, digamos assim, ela mutilou essa aliança, essa força. O que que aconteceu? A gente perdendo força, a prefeitura foi fazendo o que queria e não o que a gente pediu entendeu? (Débora)

Nesta fala, identifica-se também marcas de processos de alienação que engendram a vida das pessoas na contemporaneidade, que não permite que possamos perceber a totalidade dos processos. Por exemplo, a percepção dos moradores sobre o processo, colocando como a causa de todos os problemas no “racha da comunidade”. Este foi um fator muito determinante, mas identificamos uma realidade permeada por múltiplas determinações. Além disso é importante destacar que estamos diante de um recorte de realidade de uma comunidade específica, mas que reflete uma realidade que é macrossocial. Ou seja, essa fragilização que houve na comunidade e que pode ser representada por “um Dique” entre eles, está relacionado a algo muito maior que é a própria fragilização e desarticulação dos movimentos da classe trabalhadora. Ora, essa pulverização de lutas e interesses, leva a classe dominante a se aproveitar dessa fragilização e dominar de forma imperativa. Podemos comparar então à existência de “um Dique” entre eles, mas não só entre a comunidade, mas entre a histórica contradição entre processos sociais de alienação e participação.

Olha gente, eu vou dizer pra vocês assim óh...eu tive um início bastante pesado, bastante difícil aqui, pelo fato de ser líder e pelo fato de que a nossa comunidade até certo...até um certo ponto a gente tava trabalhando pra essa remoção com a comunidade, com um aliança de mulheres e homens que se uniram num só objetivo e até um certo ponto tava indo tudo bem, tudo tranquilo, depois formaram uma nova equipe. Nós estávamos numa fase muito boa de negociação, a gente tava conseguindo formar bastante coisa boa, algumas pessoas começaram a dispersar e entraram outras, tudo aquilo que a gente tinha conseguido construir de negociação pra que o reassentamento fosse bom essa equipe ela entrou do contra. (Débora)

Ao mesmo tempo percebe-se uma contradição, porque apesar de algumas falas que apresentam um caráter de alienação, as pessoas da

comunidade percebem o movimento do poder público e os processos de manipulação empregados sob a mesma. Essa característica pode ser observada na entrevista com a trabalhadora que se segue

Mesmo assim eles tentaram se fazer presentes, se fazer serem ouvidos, mas eu acho que essa escuta não houve. Quando eles conseguiram se organizar pra manifestar seus anseios, a resposta que eles tiveram “ah, agora já está feita a estrutura não tem mais como mudar...” eu também me lembro de assembleias cheias, as pessoas falando, argumentando, apresentando artigos do estatuto da criança e do adolescente, do direito da criança, do acesso à escola que iam ficar sem. Então eu lembro de presenciar parte, pelo menos da comunidade se organizando pra tentar se fazer ser ouvida... (Margarida Alves)

Na fala da trabalhadora, são colocados pontos em relação a essa organização da comunidade, na tentativa de se fazerem ouvidos pelo poder público, onde as pessoas da comunidade realizaram uma tentativa de questionar as ações de tal processo.

Nesse sentido, na próxima fala, observamos um discurso do morador que traduz o discurso de gestores no trâmite ocorrido entre a prefeitura, representada pelo DEMHAB, e a comunidade.

Não sei de nada, só sei que antes deles remover a vila quem enganou a vila foi o T., ele veio de má fé aqui pro povo. O T. era presidente do DEMHAB [...] ele chegou com um projeto assim, quatro casinhas, não mostrou espaço físico pra cá, nem espaço físico pra cá “-aqui vai morar Mariasinha, Zezinho, Uguinho e Luizinho”. O povo, “- não, não” nós não queremos! Ele dobrou aquele projeto, saiu daqui. Dentro de uns vinte dias de novo ele voltou “-aqui óh agora vai morar Mariasinha em cima, Mariasinha embaixo, Zézinho em cima e Zézinho embaixo” todo mundo bateu palma, mas não viram o tamanho, o espaço físico da casa. E o presidente da vila na época, é quase um engenheiro, o cara entende tudo de obra, aí na época que tava aí não falou nada pro povo, ficou em silêncio, calou ali junto com o povo, o povo aceitou aquilo ali. Ele ficou quieto em vez de dizer “óh essas casas não dá pra uma família de quatro pessoas morar”. Presidente ficou quieto, um cara conhecendo tudo ficou quietinho... não sei porque mas ele ficou quietinho em vez de ajudar, morando dentro da comunidade, ele ficou quietinho...eu não entendo nada, se tu me dizer tanto é tanto, pra mim é, eu não entendo nada de obra, meu negócio é material reciclado, se tu disser é um metro pra cá, metro pra lá é tanto, eu tô mentindo entendeu? O T. chegou e pa pa pa pa pa daí o povo “ãããh” (vibrou)... Eles enganaram o povo bem direitinho, como eu tô falando, ele dobrou a planta foi embora depois só tirou a escada do meio diminuiu a casa “aqui vai morar a Mariasinha em cima e Mariasinha embaixo” o povo “ééé”, e o presidente na época sabia de tudo e não fez nada entendeu como é que é, foi má fé... (Aarão)

Essa fala é muito significativa pois representa como que para o morador ficou representado os trâmites que foram realizados. Ora, percebe-se que a comunidade não estava muito instrumentalizada para conseguir argumentar contra tal projeto e a partir disso, o poder público se utilizou dessa situação para dar prosseguimento ao projeto. Além disso o morador percebeu uma certa omissão das lideranças da comunidade que faziam parte da associação de moradores e um processo que remete à própria cooptação das lideranças por parte do poder público, para que tais projetos sejam aceitos pelas comunidades sem serem passíveis de muitos questionamentos, participação e controle social.

Um exemplo que esse dado da pesquisa nos remete é o da comunidade de Alagados, na Bahia, que inclusive recebeu o título da música dos Paralamas do Sucesso⁹. Com os moradores apartados do processo de construção das novas moradias na área, o resultado ficou muito aquém do desejado.

Passando por Alagados, é possível perceber casas muito pequenas de dois andares, pintadas com cores fortes – que remetem ao Pelourinho, na capital baiana-, nas quais vivem apertadas famílias numerosas que tiveram que se adaptar a um novo modo de vida (MOROSINI, 2013, p.14).

Essa questão é possível de ser percebida na fala dos moradores, quando a planta da casa não foi construída junto com a comunidade, que agora enfrenta o problema do tamanho.

Chama-se atenção assim, para um espaço que não garante qualidade na vida das pessoas, mas que acaba oprimindo, pois não considera a realidade das mesmas, na medida que existem famílias que possuem um número grande de integrantes. Ou seja, as casas são homogêneas para a realidade de uma comunidade que é tão heterogênea. “As instituições e as práticas de seus técnicos, em geral, mantêm uma leitura hegemônica sobre a família, onde

⁹ Alagados – Composição Hebert Viana - Todo dia o sol da manhã vem e lhes desafiar/Traz do sonho pro mundo/ Quem já não o queria/ Palafitas, trapiches, farrapos/ Filhos da mesma agonia/ E a cidade que tem braços abertos/Num cartão postal/ Com os punhos fechados na vida real/ Lhe nega oportunidades/Mostra a face dura do mal/ Alagados, Trenchtown, Favela da Maré/ A esperança não vem do mar/ Nem das antenas de TV/A arte de viver da fé/ Só não se sabe fé em quê.

predomina concepções estereotipadas” (VARGAS, VICCARI, BELLINI, 2010, p. 31).

Nossa reflexão remete então, que a casa projetada segue um padrão familiar homogeneizado, que desconsidera as singularidades das famílias. Dessa forma, as pessoas é que devem se adequar à estrutura física e não a estrutura servir às pessoas, haja vista que a unidade habitacional possui sala, cozinha, banheiro e na parte superior, dois quartos. Nos arranjos familiares mais numerosos, as pessoas na vila Dique, passavam a adequar as suas casas para as necessidades das famílias com a ampliação das mesmas. Mas da maneira que as unidades habitacionais estão dispostas no Porto Novo, essa ampliação dificilmente será possível de ser realizada.

As respostas a partir de políticas públicas, de ações do Estado capitalista, não tardariam a vir sob a forma de ações (e de regulações) de ordenamento urbano, fundadas na repressão, em políticas regulatórias quanto à circulação no território da classe trabalhadora e dos pobres, no higienismo e no planejamento territorial pautado na segregação – assegurando as condições necessárias (e possíveis) ao funcionamento de relações entre capital e trabalho (PEREIRA, 2012b, p.379).

“As diversas instituições reproduziram e reproduzem fortemente esse processo social da igualização” (FERNANDES, 2012, p.25), que se traduz na citação acima, quando percebemos as políticas sociais, como ações do Estado capitalista, que reproduzem este processo de igualização, higienismo e até mesmo repressão sobre a classe trabalhadora. Isso nos remete ao projeto desenvolvido no reassentamento, uma vez que todas as famílias, independente de suas singularidades e diversidades, fizeram parte de um mesmo projeto de casa. Ao passo que desconsiderar a diversidade da condição humana é estar diante da reprodução de uma cultura da normalidade (FERNANDES, 2012).

Nos processos sociais desenvolve-se a oposição entre a característica inerente à nossa espécie, ou seja, a diversidade da nossa condição, e a necessidade de padronização de comportamentos para ser aceito no convívio social. A partir dessa contraposição, criam-se as interdições sociais, barreiras arquitetônicas e de preconceito que impedem as pessoas de fazer parte das instâncias sociais (FERNANDES, 2012, p.44).

E quando poderíamos pensar que todas as casas pudessem ser acessíveis para contemplar toda a diversidade, onde estaríamos falando de

acessibilidade universal, este é um dado que não vemos materializado. Isso quer dizer que onde deveria se estabelecer um processo mais homogêneo na construção, isso nos parece que nem sequer foi pensado. Aqui estamos diante de mais uma violação de direitos, que é a própria limitação de ir e vir, pois as pessoas com deficiência, encontram barreiras para acessar as casas dos vizinhos e circular pelo território.

É importante destacar também mais uma forma de segregação nesse processo, pois as 20 casas acessíveis, como está descrito no Projeto Técnico Social, ficaram de certa forma apartadas da comunidade, ou seja, foram casas que foram construídas juntas, e onde os vínculos de vizinhança que antes se mantinha no território da Dique, agora foram rompidos.

Então, por isso nós também temos que nos preocupar com o tamanho, com a acessibilidade. Outro problema aqui é que, por exemplo, tu tem muitos idosos, tem cadeirantes aqui que eles tem acesso na própria casa, mas chega na calçada não tem rampa, que é uma coisa que não condiz com a realidade. Então, aqui nas calçadas do lado de fora não tem rampa pra eles se movimentarem, eles tem que ficar na casa. Tem 20 casas acessíveis, até aqui. 20 casas acessíveis projetadas... só que na calçada não tem. Então quer dizer, é um absurdo, né. (Cora Carolina)

Se faz assim, importante ter presente que o acesso à habitação por exemplo, parece ser uma obrigação que o Estado desempenha, apenas para dar condições da classe trabalhadora conseguir se reproduzir, não importando as reais necessidades das pessoas.

É por meio da política social que o Estado busca administrar as expressões da *questão social*, de modo a atender demandas de várias ordens, inclusive dos trabalhadores, para assegurar condições necessárias ao desenvolvimento monopolista do capital (RAICHELIS, 2013, p.613).

Verifica-se também a desmobilização da comunidade e enfraquecimento da organização e as disputas de interesses dentro da comunidade. Associado a isso, a própria questão da possibilidade de se ter uma casa de alvenaria para quem habitava em condições insalubres e precárias.

Eu oh, eu vou dizer pra vocês, era pouca o povo não ia muito, o povo não ajudou muito a associação e deixou “a Deus dará” né, nós fizemos várias reuniões, aí ia pouca gente, ia pouca gente, até aqui embaixo fazer uma reunião pra trancar o pé, poucos vão vir... (Aarão)

Outro questionamento que se coloca é, por que se percebe uma certa omissão da comunidade?

Eu acho que a princípio quando a gente, a gente já sabia que tinha que sair de lá desde quando eu fui pra lá eles já diziam “oh não compra aqui que amanhã tu vai ter que sair” né, e isso se levou mais um monte de tempo. (Jetro)

O processo de remoção e reassentamento está na própria gênese da comunidade, as pessoas sempre foram ameaçadas sobre isso, sempre houveram boatos de que a vila teria que ser removida para dar lugar à pista do aeroporto, mas isso de fato há muitos anos nunca tinha se concretizado.

Dado o início do processo de remoção e reassentamento, ameaças das forças de repressão do Estado, do próprio exército, foram sentidas pela comunidade caso não houvesse a aceitação do processo de remoção. As pessoas também foram ameaçadas a irem para uma casa de passagem e com bastante esforço, conseguiram fazer um movimento de resistência para que isso não acontecesse.

Ali no beco onde eu morava com a Fua., a diretoria da vila na época falo se nós calcasse o pé pra sair ia se ver o exército derrubando as casas, ia ser tudo na marra, todo mundo ia pra casa de passagem, um monte de lá de cima foi embora com medo disso, iam ser despejados das casas e sem ganhar nada e ainda ir pra casa de passagem até arrumar um lugar pra eles. Um monte foi embora pro causa disso aí entendeu? (Aarão)

Koga (2011), descreve um processo semelhante a esse citado pelo morador acima, quando relata a experiência do episódio do cortiço “Cabeça de porco”, onde os moradores por meio de movimentos de resistência, se recusaram a deixar suas casas e só fizeram diante da repressão policial. “Tais reações, porém, não foram suficientes para impedir que o despejo fosse realizado, ainda que adiado por três dias” (KOGA, 2011, p.50).

Segundo dados do Portal Popular da Copa (2013), verifica-se que algumas lideranças políticas emitem questionamentos acerca do porquê que os moradores recusam-se serem alocados em casas construídas pelo poder público. “Ora, a homogeneidade das construções, o espaço planejado e sem criatividade das casas e a ruptura das relações sociais com o território estão na origem da resistência dos moradores” (Portal Popular da Copa, 2013).

Sobre a questão de como se dá o processo, segundo o Portal Popular da Copa (2013), o mecanismo é o mesmo: inicialmente, há produção sistemática de desinformação, por meio de notícias truncadas ou falsas, somadas à propaganda enganosa e boatos, seguindo-se a pressão política e psicológica e, como ato final, a retirada dos serviços públicos e a remoção imposta.

Não se acreditava muito na mudança da Vila Dique porque eu era pequena, eu já ouvia essa história, já ouvia minha vó dizendo e daí todo mundo dizia “não capaz” que olha há quantos anos tão dizendo isso, o pessoal foi desacreditando, ficou desenganado, que quando foi mesmo daí ninguém... ninguém acreditou! Tanto que uns ficaram pra trás, outros foram, foi tudo atrapalhado! (Noa)

Sobre a questão do processo de transferência das pessoas para o território de destino, descreve-se como “uma salsicha no meio do pão, no meio dos outros”. A fala a seguir representa o grave quadro de violação de direitos que o processo de remoção e reassentamento estão desencadeando: a questão do trabalho, do pagamento da casa, da gestão que não se preocupou com a vida das pessoas e o seu acesso aos direitos básicos e fundamentais, e a questão da violência no novo território.

Essa remoção aí pra mim nem era pra existir sabia, que eu dependo do Dique pra sobreviver, eu trabalho com reciclagem né, se eu sair daqui que que eu vou fazer lá? Eu tenho oito filhos pra dar comida aqui e mais três na outra vila lá, como é que eu vou sobreviver lá, pagando água, casa, luz, e aí? O governo não pensou em nada disso né, ele só tirou, vou te dar uma casa boa... pra ti ver que eles fizeram uma gestação assim “à moda bicho” que não botaram colégio, não botaram posto de saúde, não botaram creche, nem nada! (Aarão)

Sobre o processo, um dos moradores comparam a uma “gestação à moda bicho” como uma alusão a esse processo que representa uma crítica à gestão e à condução do mesmo. Destaca-se que os recursos sociais não foram pensados nas diversas etapas.

Os recursos sociais pudessem enfim, garantir o acesso, tanto de quem ainda está lá, e de quem não está. Não tem uma explicação que justifique também que boa parte das famílias ainda estejam lá sabe. Que quando eu entendo, que quando foi feita a licitação por exemplo, deve ter sido feito uma licitação pra remover todas as famílias, então que tipo de gestão de organização desse processo, dessa dimensão foi feita? Que isso tipo falhou no meio sabe, na verdade falhou no início, no meio e no fim. Porque também os recursos sociais não foram pensados de maneira a garantir a

permanência, o acesso das famílias que já estavam indo e das que ficaram nas diferentes etapas da remoção... (Margarida Alves)

A fala acima explicita a situação que a comunidade vem enfrentando e que é percebida pelos profissionais que atendem tal comunidade. Podemos extrair duas ideias principais que aparecem em todas as nossas discussões: o fato dos moradores não possuírem acesso aos equipamentos sociais (que materializam os direitos sociais) durante o processo de reassentamento; e o fato de grande parte da comunidade ainda estar no território da Vila Dique, num processo de negligência do Estado e sem acesso às informações da execução (ou não) das obras. Algumas explicações quanto a esse processo e a gestão do mesmo podem ser observadas na fala da trabalhadora a seguir:

A prefeitura recebeu esse terreno, já era loteado, era do setor privado e já estava aprovado pela prefeitura os devidos lotes. Para não refazer tudo e agilizar o processo, foi utilizado do jeito que estava, por isso que os equipamentos sociais ficaram aqui. Só que então veio de uma forma verticalizada, porque não foi, quer dizer, quando a gente recebeu a ideia, a concepção do projeto já estava dada. Nós não conseguimos discutir em cima, nem nós e nem a população. Então quer dizer, é uma semi, uma pseudoparticipação, então isso é um problema. E segundo o que eu estou vendo no Paraná e em Santa Catarina a coisa se repete porque, e lá em Brasília a coisa meio que se repete. Então existe uma pseudoparticipação. (Cora Carolina)

O território de destino já estava comprado pela prefeitura, era do setor privado e foi apenas reaproveitado, desconsiderando inclusive as necessidades da comunidade e o que o documento, acima citado, elaborado pela Caixa Econômica Federal apresenta. Além disso, traduz o quanto não pode se dar a participação da comunidade nesse processo. Em outras realidades a situação se repete.

Então isso é de três instâncias. Tinha o Governo Federal, só que a área ali, a responsabilidade era do Estado, e o Município. Então por que que tinha que sair as famílias? Pra fazer a ampliação do aeroporto, porque a pista corta justamente pela metade a vila. Só que como dizem os entendidos, tudo o que envolve o aeroporto eles chamam de raio de perigo eminente, que pode cair um avião e tal. Então não basta estar só a pista liberada, não dá pra liberar só 10 metros, não pode. Não pode ficar pessoas no entorno de um raio de (não sei quanto agora), mas é um raio de perigo, por isso tem que sair todo mundo, tanto é que a Vila Dique tem alguns empresários e prédios vizinhos que teriam que sair, só que agora a ideia mudou, parece que vai lá pro interior de Canoas, de Santa Rita. Talvez nem saia, mas eu não tenho certeza porque nem a Dilma sabe isso eu acho, então ainda está um pouco nebuloso isso. Então ainda faltam

ser reassentadas 540 com mais 20 acessíveis dá 560. Aí menos 6, porque 6 casas acessíveis já foram entregues [...], eles estão no meio de dois diques, é uma área altamente alagadiça. E um dos fatores que é que o Estado e o Governo Federal estão recuando, porque aqui eles tem que fazer uma base muito cara pra fazer a ampliação do aeroporto. Eles fizeram uma sondagem e é um solo ruim pra fazer esse tipo de coisa. Não é só nós que erramos, todo mundo erra. E além disso, quando chove muito, inunda tudo, então seria o caso de reassentamento, só que o primeiro fator foi a ampliação do aeroporto, aí as famílias.. o atendimento das famílias veio de arrasto. (Cora Carolina)

Apesar de ser longa a fala citada pela trabalhadora de uma das políticas sociais envolvidas com o processo de remoção e reassentamento, ela traduz muitas questões chave desse processo. Primeiro, a questão de ter três instâncias envolvidas, que resulta numa ação de certa forma burocrática, pois há muitos interesses envolvidos e até mesmo, existem linhas políticas diferentes em cada uma dessas instâncias. Segundo, não é somente a comunidade que deve sair desse local, dado o risco de perigo eminente. Ora, àquela área próxima ao aeroporto é rodeada de muitas indústrias, então, se a comunidade que localiza-se neste raio tem que deixar a área, as indústrias também deveriam ser removidas, mas isso é um dado que nem é discutido. Dessa forma, verifica-se que neste momento existe esse discurso de que o aeroporto não será ampliado devido ao terreno altamente alagadiço. Tal situação apresenta-se no mínimo questionável e materializa as interrogações feitas pelos moradores, quando citadas acima.

A própria trabalhadora identifica que o atendimento das famílias veio “de arrasto”, ou seja, primeiro imperou os interesses econômicos e depois a vida das pessoas. Outro fato que percebemos, é a questão da comunidade ser transferida para um local que fica no meio de outras comunidades com focos graves de violência do tráfico, que nos remete novamente a um território que fica “no meio”. O Dique, era/é uma porção de terra que ficava no meio de um terreno alagadiço, para proteger a pista do aeroporto das enchentes do rio Gravataí, e no Porto Novo, o que temos de novo? Será que não apresenta-se novamente “o velho com novas roupagens”, como nos fala Bertolt Brecht, quando abriu as palavras do capítulo 2? O Dique, que antes caracterizava-se como um território do “entre”, do “meio”, agora parece nos remeter ao Dique da bala cruzada, da linha de tiro.

Que nem eu digo acho que removeram nós porque acharam que tem muita gente em Porto Alegre. Vamos botar a Vila Dique pra diminuir o pessoal, vão fazer de salsicha no meio de dois pães esmagando assim, entendeu? E os malandros vem pra lá e pra cá atirando e vão matando, e os velhos acostumados com a liberdade aqui de caminhar... quantos velhos já morreram? (Aarão)

Conforme a fala descrita acima, a perda do território e de relações sociais são problemas que se evidenciam nesse processo e que segundo Paulo Sobrosa (MOROSINI, 2013), a desterritorialização e anomia são fontes de sofrimento agudo e de manifestam por vários tipos de doença. Essa é uma característica que pode ser observada na fala do morador, extraída do grupo focal, quando fala que:

Eles removeram o pessoal da Dique pra lá e sabe, vamos falar aí o português... tem a guerra de gangs, tem a guerra de facção, vamos fala bem a verdade, tem a guerra de facção, eles botaram uma vila que não tinha guerra que era uma vila pacata no meio de cinco vilas, botaram uma comunidade no meio de cinco vilas; eles tão matando, eu, como mais que ninguém, porque meu filho morreu lá, eu perdi meu filho lá. Vários idosos já levaram tiro lá que nem sabiam de onde vinha então é o que tá acontecendo lá, essa remoção pra mim não serviu de nada, pra mim mais do que ninguém (Sefra)

É importante destacar que em todo o país, se vive uma problemática muito grave em relação à violência e ao extermínio de jovens, que tem um recorte social específico: negro, jovem, da periferia. Estima-se que no Brasil morre por dia em torno de 50 jovens, que giram e torno desse recorte social que descrevemos acima. Uma Campanha Nacional contra o Extermínio de Jovens foi lançada no Brasil no ano de 2008, organizada pelas Pastorais da Juventude do Brasil, que assumiram a luta em defesa da juventude, como medida prioritária e urgente. O objetivo é construir uma cultura de paz, em defesa da vida da juventude, denunciando as estruturas sociais que geram violência e morte. Segundo dados da Casa da Juventude (2013), a iniciativa baseia-se em três eixos. O primeiro diz respeito à Formação Política e trabalho de base, com ações de conscientização da juventude quanto aos debates de segurança pública e direitos humanos. O segundo foca nas ações de mobilização da sociedade e divulgação da campanha e o terceiro ponto diz respeito ao monitoramento e denúncia quanto à violação dos direitos humanos exercido pela mídia. A ideia é produzir estudos e realizar seminários de

reflexão sobre as temáticas que envolvem a questão da violência contra os jovens.

Além, do grave fator da violência, que atinge principalmente os jovens, identificamos o adoecimento das pessoas em relação a esse processo, no que diz respeito à saúde mental, que é explicitado na fala a seguir

Causa um transtorno grande, um transtorno psicológico pra gente, inclusive até quem se mudou pra lá, pessoas que adoeceram por causa desse transtorno emocional psicológico que causa nas pessoas por não aceitar essas coisas que ele empurram à guela abaixo pra nós. (Tersa)

Os depoimentos denunciam que estamos diante de uma problemática que vem atingindo a vida das pessoas cotidianamente e que inclusive geram questões relacionadas ao adoecimento. Diante disso, há outro nó crítico que gera muita preocupação aos moradores: quando a comunidade foi cadastrada para o recebimento das casas no reassentamento, as famílias possuíam crianças e adolescentes. No decorrer do processo, que já dura alguns anos, essas pessoas cresceram e constituíram novas famílias e a casa de destino das famílias já não comporta mais um núcleo familiar que se expandiu. A isso se dá o nome de adensamento, quando algumas famílias tiveram essa expansão prevista e tiveram mais de um cadastro para receber mais de uma casa. No entanto esse processo não foi algo linear com toda a comunidade.

Quantas famílias dentro da vila Dique foram formadas nessa parte que não foi removida? Porque quando eles fizeram a contagem do pessoal tinha mil e oitocentas famílias, mas eles não contaram que dentro dessa família, de cada dez famílias, três eram adolescentes na época, isso há sete, oito anos atrás, esses adolescentes já estão casados, já formaram outra família e eles não contaram isso...Eles vão ser colocados num abrigo, numa casa de passagem e são pessoas da comunidade, são crianças da comunidade, adolescentes da comunidade, casais novos que se formaram na comunidade. (Sefra)

Na próxima fala da trabalhadora, identificamos a constatação, de que diante desta situação, não teria casa pra todas as pessoas da comunidade.

Nós teríamos que reassentar, isso é outro problema, na origem falta reassentar pelas nossas contas, trezentas famílias na vila Dique só, porque as outras vagas são pra outras comunidades, só que lá já tem seiscentas e tantas, que é o dobro de pessoas, porque teve um adensamento. E o que que a gente vai fazer com esse adensamento, não tem casa pra todo mundo... (Cora Carolina)

Estamos diante, dessa forma, de um certo planejamento ultrapassado e autoritário, com uma grande morosidade. E o que acaba acontecendo é que a comunidade é que acaba sendo penalizada com essa falta de organização do processo. Além disso, na fala acima fica evidenciado que teriam que ser reassentadas da comunidade do Dique, cerca de 300 famílias e que as outras casas construídas no novo território seriam pra pessoas de outras comunidades. Só que é sabido que este número não corresponde à realidade e que existem muito mais famílias que hoje habitam o território do Dique, devido ao longo processo do reassentamento.

Tem direito mas o DEMHAB não vai dar nova casa...eles deixaram bem claro esses dias atrás aqui, o pessoal do DEMHAB e os Direitos Humanos...a presidente lá a H. deixou bem claro para os moradores que não vai haver casa pra eles, pros filho que já tiveram, que já casaram e tem filho menor. Que vai ser uma casa pra família só. E como é que vai ficar isso? Onde é que nós vamos botar os nossos filhos? (Tersa)

A fala acima demonstra uma grande preocupação da comunidade, principalmente àquelas que estão no território do Dique. No dia 18 de abril de 2013 a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre foi até à Vila Dique com o objetivo de verificar a situação das famílias e encaminhar o reassentamento de cerca de 100 famílias que residem no local e não possuem cadastro em programas habitacionais¹⁰. Mas apesar da visita, até então nenhuma medida ou informação mais precisa foram informados às famílias.

Teria que ter começado em dois mil e oito, teve três licitações vazias porque as outras empresas viram que o preço estava muito baixo, aí a quarta tentativa, e isso demorou um ano, porque tu tem que esperar as empresas se manifestarem, mais ou menos cada processo licitatório demora três meses, cada processo, então tu vê demorou um ano... (Cora Carolina)

A fala da trabalhadora ajuda no entendimento acerca dessa morosidade do processo. A baixa lucratividade das construtoras faz com que não haja empresas inscritas no processo de licitação e isso gera uma lacuna acerca do

¹⁰ Reportagem realizada pelo Jornal eletrônico Sul 21 – “Câmara Municipal de Porto Alegre fiscaliza reassentamento na antiga Vila Dique”. Data 18 de abril de 2013, disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/2013/04/camara-de-porto-alegre-fiscaliza-reassentamento-na-antiga-vila-dique/por-ramiro-furquimsul21-83>

processo e uma conseqüente ausência de informações sobre os próximos passos.

A terra, a moradia são também propriedades privadas, e estão em disputa, produzindo, desta forma, muitos entraves (desafios) para serem afirmadas como direito e o Estado ao promover um processo de reassentamento desse porte, tomando partido pelo capital, ainda transforma esse direito à habitação, como um favor, reproduzindo as origens da política social no início do século XX, quando a mesma possuía um caráter muito nítido de concessão de direitos por parte da classe burguesa à classe trabalhadora. Isso condiz ao processo de acumulação capitalista, a que nos deparamos, onde impera a sacralização da propriedade privada, a centralidade do território na dinâmica de acumulação (HARVEY, 2005).

A gente não tem informação nenhuma de remoção, a gente tá totalmente no escuro, a gente tá caminhando no escuro e em cima de ovos porque a gente não sabe se vai ser removido tal ano. Não sabe tal dia que vai se removido a gente não tá sabendo de nada, a gente não tem informação às claras nada, eles não dão informação nenhuma pra nós de quando vamos ser removidos, eles não falam nada gente, não tá sabendo de nada, tá sabendo de alguma coisa de quando gente vai se removido? (Sefra)

Com a fala transcrita acima, destacamos ainda, a violação ao direito à informação e a impossibilidade da comunidade decidir sobre seu próprio destino. Esse processo de expulsão de pessoas de seus territórios, “sem que lhes seja assegurado interferir na definição do próprio destino, resulta de um modelo no qual o interesse econômico vem se sobrepondo ao do bem comum para pautar a vida nas cidades” (MOROSINI, 2013, p.8)

Cada um diz uma coisa, a última vez teve uma paciente que disse “ah sabia que nós não vamos sair mais de lá?” Como assim? Ela disse, “ah eles vão urbanizar pra nós, nós vamos ficar lá e eles vão botar parte da Nazaré aqui”. Tá foi uma conversa que ela falou, depois as gurias aí tiveram numa reunião, e disseram “não, agora vão construir, em agosto começa, porque as máquinas estão aí, mas estão aí limpando a rua, essa aí não é a construtora que vai fazer...” Aí ela me disse “não, ganhou uma construtora de Curitiba que vai estar iniciando as obras agora em agosto e tem um ano e meio pra entregar as quinhentas e poucas casas que faltam”. Eu duvido [...] Aí vieram aqui “bah, já começaram as obras!” Vai ter reunião no outro dia! [...] A gente foi lá perguntar para o engenheiro que estava ali, ele disse “não, eu não tenho nada a ver com obra nenhuma, eu só vim aqui pra limpar esse matagal e essas ruas aí. Se vão construir também não sei” diz ele. (Jetro)

Essa fala representa mais uma vez a violação ao direito à informação. Como no início do processo, mais uma vez as pessoas estão diante de algo que não lhes assegura pensar e decidir sobre sua vida. Percebe-se que há muitas informações desconhecidas, por parte dos gestores, dos trabalhadores e dos moradores, e inclusive, de quem supostamente estaria no canteiro de obras do Porto Novo. A fala da trabalhadora que se segue traduz também essa incerteza quanto aos próximos passos do processo

Nem nós pra te dizer bem a verdade. Tá previsto sim a construção da quadra E, mas não tem previsão. A empresa pediu afastamento, encerramento contratual porque ela alegou que tem problema de dinheiro, que o preço era muito baixo. Porque foi feita a entrega em partes, em subquadras. Não tava mais rentável pra empresa. (Cora Carolina)

A fala da trabalhadora acima, explicita essa falta de informações sobre o processo e o quanto o que impera é o lucro das empresas. Além disso, aqui estamos diante de uma outra categoria que merece ser destacada, que é a questão do controle social. Com bem explicita a reportagem da revista RADIS (MOROSINI, 2013), em todo o Brasil, as remoções realizadas em nome de grandes eventos estão acontecendo com pouco ou nenhum debate público prévio. Segundo o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012), esse é um fato observado em todos os processos de remoção e reassentamento.

Outrossim, estamos diante de uma reprodução da história que está na gênese da formação da comunidade: a incerteza se a comunidade será removida ou não, a incerteza do futuro.

Eu acho assim também que indo parte da vila pra lá e parte que ficou aqui nós estamos vivendo aquela mesma situação de cinco anos atrás, aquela situação: se a gente dá uma reforma na casa ou não, porque agora a gente não tem nenhuma perspectiva de sair e nem de ficar; como era antes, porque daí vem o pessoal do DEMHAB e a gente pergunta, eles enrolam, dizem “a gente vai decidir isso ainda, vai entrar a empresa pra licitação” e não deixam a gente fazer nenhuma pecinha a mais, não deixam a gente fazer nada, mas a casa da gente, a gente tem que tá reformando e arrumando... (Tersa)

Isso faz com que as pessoas também não possam implementar melhores condições nas moradias que habitam, o que resulta na repressão de quem constrói casa no Dique e que está com seu futuro totalmente incerto

Até inclusive teve uma semana que o pessoal do DEMHAB veio aqui, que o pessoal tava construindo casinhas. Eles vieram aqui com a polícia, com a brigada militar e despejaram o pessoal de dentro de casa. A J. foi uma que eles vieram com a brigada militar pra despejar de dentro de casa, a outra que era uma senhora que fez uma casa ali adiante também foram com a brigada pra despejar ela de dentro de casa com os filhos. Botaram tudo pra rua... (Sefra)

Segundo o relatório da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2013), o verdadeiro legado que esses eventos deixarão será a destruição de comunidades e bairros populares, aprofundamento das desigualdades urbanas, degradação ambiental, misérias para muitos e benefícios para poucos. Fala-se ainda de uma “cidade de exceção”, que dá “garantias governamentais a uma copa privada” (MOROSINI, 2013, p.9).

Cidade de exceção que é refletida no documento Dossiê sobre megaeventos da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012) nos trazem que nesses acordos assinados, principalmente no que diz respeito à Lei Geral da Copa, faz com que tenhamos a cidade de exceção, quando for o período do evento. A lei fere inclusive, preceitos da Constituição Federal, isso quer dizer, traz rebatimentos no acesso aos direitos sociais. Exemplos como: a restrição do direito à greve a partir de três meses antes do início da Copa do Mundo; a instauração de novos crimes, como o tipo penal de “terrorismo”, além de inúmeras formas de isenção fiscal assumidas pelos municípios (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

São doze as cidades-sede da Copa do Mundo: Manaus, Cuiabá, Fortaleza, natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Estima-se a remoção em massa atinge cerca de 170.000 pessoas para a realização de grandes projetos urbanos para os jogos. Comunidades localizadas em regiões antes relegadas pelo mercado, que ao longo do tempo tiveram enorme valorizações, passaram a ser objetos da cobiça de agentes imobiliários. Agora, em nome dos megaeventos, se veem ameaçadas pela remoção (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

Esses processos que estão relacionados aos megaeventos, reapresentam antigos processos exercidos contra as comunidades, no sentido de implantar uma certa higienização social. A pesquisadora e arquiteta Circe Monteiro, coordenadora do Laboratório de Investigações da Cidade (Lattice) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) morou um ano na comunidade do Coque para realizar sua pesquisa de mestrado, na década de 70, e ressalta que os padrões urbanísticos e comunitários oferecidos não atendem à forma de vida dessas populações e de seus hábitos de moradia (MOROSINI, 2013). A pesquisadora afirma que

Os projetos para os pobres são de grande pobreza conceitual e de espaço, refere que a grande consequência da remoção é a desestruturação da vida social e da estrutura psicológica das populações forçadas a ir para lugares ainda mais densos. (MOROSINI, 2013, p.11).

Algumas questões a seguir representam uma espécie de consequências do processo de remoção e reassentamento.

Primeiro, mega reassentamentos, mega loteamentos. [...] Então é isso: grandes empreendimentos são ingerenciáveis. A gente já tem experiência e até o próprio BIRD, que é um banco internacional recomenda que seja até no máximo 500 unidades. É uma recomendação do Banco que viram que funciona melhor. (Cora Carolina)

Nesta fala percebemos que o tamanho do reassentamento é um dos fatores que leva à ingerência do mesmo. E além desse processo que está ocorrendo com a vila Dique e que é um número grande de famílias, outras experiências também estão ocorrendo em Porto Alegre, e também possuem grandes dimensões.

Os mais marcantes é Dique, Nazaré e Tronco, [...] A Nazaré também em função do aeroporto que fica próximo àquele raio que te falei, e na vila Tronco que é a ampliação da avenida tronco pra zona sul. Esses são fortes né, depois tem os “pingadinhos” do sócio ambiental, mas assim não é um número de famílias para agora né, pros mega eventos. (Cora Carolina)

Aqui estamos diante de outros processos de remoção e reassentamento que vem ocorrendo no município e que são semelhantes ao que vem vivendo a comunidade da vila Dique. Além disso, segundo o Dossiê da Articulação dos

Comitês Populares da Copa do Mundo (2012), estamos diante de 21 casos registrados de remoções realizadas ou em andamento. Em Curitiba, ampliação do aeroporto e reforma do estádio; Belo Horizonte, ampliação do anel viário; Fortaleza, obras da via expressa; Rio de Janeiro, obras viárias principalmente; Recife, ampliação do terminal rodoviário; Manaus, obras viárias para BRT (*Bus Rapid Transit*); e em Porto Alegre, obras viárias, reforma do estádio e ampliação do aeroporto.

Percepção assim é de um processo, que foi muito, na minha opinião, de que me vem a mente agora é a palavra injustiça, sabe, achei que não foi justo, acho que foi muito rápido. Um processo que ao mesmo tempo demorou anos e anos pra acontecer, muitos anos vivendo a promessa de que isso ia acontecer, promessa que se fortalecia a cada campanha política por exemplo, e que depois se enfraquecia e mas, que continuava ali. Ao mesmo tempo que enquanto promessa foi por tanto tempo, enquanto operacionalização foi muito rápido entendeu, muito atravessado, acho que a ponto talvez, até pelo tempo que demorou, de talvez muitas pessoas até nem perceberem a rapidez com que tudo poderia acontecer, e talvez não tenham se instrumentalizado suficiente pra poder ter uma participação mais decisiva. Mas mesmo assim as pessoas tentaram sabe, acho que mesmo atravessado elas tentaram, mas também talvez não fosse interesse mesmo de quem tava organizando. (Margarida Alves)

As palavras da trabalhadora, nos sugere a palavra injustiça, como foi explicitado, que de certa forma, faz um apanhado geral dos elementos trabalhados neste item.

Segundo Orlando dos Santos Júnior do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, quando apresenta uma entrevista para a revista MOROSINI, afirma que

os eventos vão legitimar as intervenções urbanas que parecem caminhar no sentido de criar novas condições de acumulação e reprodução do capital e um padrão de urbanização que se assemelha ao modelo neoliberal de cidade, adaptado às condições do capital (MOROSINI, 2013, p.10).

Essa nova (nem tão nova assim) racionalidade que é capitaneada pelas grandes corporações, integra o movimento histórico de renovação do capital na sua dinâmica interna de crescimento (PEREIRA, 2012b). Isso pode ser também transposto ao próprio debate no que tange aos processos de reassentamento,

sendo verdadeiras estratégias de renovação do capital na sua dinâmica de crescimento.

Neste sentido, é importante destacar mais uma vez a categoria contradição no que tange a esse debate relacionado aos megaeventos e aos processos de remoção e reassentamento. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são eventos históricos e que fazem parte dessa história mundial relacionada aos esportes. Tais acontecimentos mexem com as pessoas, existe um envolvimento porque faz parte de nossa cultura. Mas apesar de tudo isso, percebemos que o capitalismo invade até mesmo nossos espaços e momentos de lazer e produz processos de alienação, pois faz com que as pessoas fiquem de certa forma “anestesiadas” e desconhecedoras da verdadeira realidade. Oculta essa face do grave quadro de violação de direitos.

Ao mesmo tempo, outro discurso aparece, no sentido de que as pessoas precisam de outro local para viver, mas não percebem tudo o que está em jogo – a identidade territorial, o sonho pela urbanização. Dificilmente as pessoas tem o desejo de morar numa situação precária e degradante, mas as pessoas precisam ser escutadas para que elas possam construir e decidir junto o que é melhor para elas.

3.3. Buscando subsídios no caminho: Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Reassentamento da Vila Dique e Relatório Final

“[...] deveria ser um novo desafio maior de intelectuais e de pesquisadores deste fim de século e de milênio: reinventar um conhecimento que tenha feições de beleza; reconstruir uma ciência que tenha sabor de vida e cheiro de gente...”

Paulo Freire

Diante do panorama que foi problematizado pelos atores do processo de reassentamento, moradores e trabalhadores, consideramos necessário algumas reflexões a partir da análise do PTTS e do Relatório Final do Reassentamento da Vila Dique, pois são os documentos oficiais encontrados diante desse processo e que estavam previstos em nossa análise quando traçamos os objetivos deste trabalho.

O PTTS do reassentamento da Vila Dique apresenta como objetivo “Desenvolver de forma participativa e co-responsável o projeto de remanejamento das famílias da Vila Dique e demais famílias beneficiárias para o novo local de moradia, instaurando novos processos de gestão individual e coletiva, com vistas à autonomia e melhoria da qualidade de vida desta população” (PTTS, 2010).

O empreendimento chama-se “Vila Dique/Aeroporto” e o projeto encontra-se localizado dentro do Contrato Nº 218.814-40/07 do Programa de Aceleração do Crescimento¹¹ como modalidade de Projeto Piloto de Investimento. Tem registrado como início de execução das obras a data de 30/12/2008 e como início de execução do PTTS em 05/01/2009. Prazo de execução das obras de 36 meses e como o prazo de execução do PTTS 40 meses. Previa 1.476 famílias beneficiárias, e na análise presente e data do Relatório final do PTTS, identificamos que foram reassentadas 922 famílias. Destas 1.476 unidades habitacionais, correspondentes a esse mesmo número de famílias, identificamos que 20 são casas adaptadas para cadeirantes, ou seja, são casas térreas, sem a presença de escada. Também observamos que 554 unidades habitacionais restantes, 1 Escola Infantil (para 120 crianças); 1 Escola de Ensino Fundamental (para 1000 alunos) não foram entregues e nem finalizada a praça de lazer. Reiteramos que 554 unidades habitacionais significa 554 famílias que não foram alojadas e que se encontram no território do Dique, bem como 1120 crianças e adolescentes que tiveram dificuldades em ter acesso à educação.

A fonte de recursos para a execução do PTTS é oriunda do Ministério das Cidades - Caixa Econômica Federal e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e tem como valor R\$ 1.622.467, 95.

O PTTS apresenta o objetivo geral (acima citado) e objetivos específicos que se desdobram em 4 eixos de atuação do Projeto: Mobilização e Organização Comunitária (MOC); Educação Sanitária e Ambiental (ESA); Geração de Trabalho e Renda (GTR) e Gestão e Acompanhamento. Nesta versão pública acessada através de nossa pesquisa e disponibilizada pelo DEMHAB, estamos diante de uma versão alterada, de outubro de 2010. Com a

¹¹ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo Governo Federal. Política econômica para acelerar o crescimento econômico brasileiro.

leitura e análise deste material disponibilizado, identificamos fragilidades quanto à fundamentação ou a consistência teórica, ou seja, não são identificados autores que embasam a elaboração e o planejamento do PTTS. A única citação teórica em todo o texto é de Bachelard (1978), em que o autor refere “[...] a imagem da casa é como a topografia de nosso ser íntimo” (BACHELARD, 1978, p.31 apud PTTS, 2010). No desdobramento do PTTS não identificamos mais nenhuma referência teórica, no que diz respeito a cada eixo do projeto, que foi acima mencionado nem tampouco qual concepção que ampara e endossa categorias como participação, co-responsabilidade, gestão individual, gestão coletiva, as quais constam no objetivo geral.

a) Eixo Mobilização e Organização Comunitária (MOC): segundo o PTTS “as ações propostas objetivam a mobilização, participação, discussão e socialização de informações junto aos beneficiários, não somente junto aos seus titulares dos imóveis, mas também buscando o envolvimento de todo o grupo familiar, incluindo adolescentes e crianças”. As ações que compõem esse eixo consistem em visitas domiciliares, visitas às obras com comissões e com grupo de famílias, cursos de capacitação de lideranças, organização de comissões de representantes, assessoramento a grupos existentes e a formação de novos grupos.

O texto apresenta posteriormente o objetivo de cada ação e quantifica uma série de atividades para cada uma das ações propostas. No entanto, o que nos chama atenção está relacionado com o próprio conceito de mobilização e organização comunitária e de como o relatório final apresenta esses dados. No relatório há uma grande quantificação das atividades, do total de participantes e da média de participação por atividade. Um exemplo: reunião com as comissões representativas, onde foram realizadas 24 reuniões, com a participação de 586 pessoas, sendo uma média de 24 pessoas por reunião. E assim, os dados se seguem, de acordo com cada atividade. São dados quantitativos com fragilidades no que confere à descrição e à avaliação das atividades desenvolvidas, limitando nossa análise. Destacamos que na atividade intitulada “visitas domiciliares” apresenta-se que essa atividade possibilitou conhecer a realidade específica de cada família, bem como o mapeamento da mesma e dos animais domésticos, além dos problemas de saúde dos componentes das famílias.

Ora, a atividade acima destacada está relacionada ao eixo “mobilização e organização comunitária”, porém se configura como uma ação individualizada com as famílias, relacionado ao cadastramento por exemplo. A concepção de mobilização e organização comunitária e o conceito de movimentos coletivos emergem em nossa análise, e remetem a encontros e momentos coletivos de moradores, incentivo e fomento às ações de organização e articulação comunitária que poderiam se materializar em associações ou coletivos organizados, ao incentivo à participação em espaços de controle social e participação popular.

A mobilização popular pode ocorrer contra a má qualidade dos serviços públicos, que afeta todos, porém, de forma mais cruel os pobres (a maioria da população) que moram nas periferias distantes, no mais das vezes, mas que também podem morar precariamente nas áreas centrais – em cortiços, ou em ocupações de prédios abandonados (SANTOS, 2008, p.13)

Nesta reflexão, a autora nos faz refletir que a questão da mobilização e organização comunitária seria uma forma da comunidade reivindicar pelos seus direitos, ou exercer uma participação mais ativa no processo. Mas como podemos observar, pela lacuna no aprofundamento do que diz respeito a esse eixo, o mesmo relaciona-se a processos mais individuais.

Porém, destaca-se o processo de reassentamento propriamente dito, onde foram realizadas 4 reuniões preparatórias com grupos de famílias que seguem: apresentação do projeto (arquitetônico, urbanístico e social); apresentação do contrato a ser assinado junto ao DEMHAB, expressando direitos e deveres dos beneficiários; a distribuição das unidades e o reconhecimento da vizinhança e por último, visita ocorrida na obra para conhecer o novo espaço de moradia. Ainda que haja a participação da comunidade, questionamos em que medida essa participação tem espaço para se expressar frente a um projeto e contrato já elaborados. Qual o limite e a possibilidade dessa participação.

A descrição da atividade acima é de fundamental importância para a organização da família que fará o processo da mudança, no entanto, a indagação também inclui as famílias que ainda não foram reassentadas e que

possivelmente não experimentarão esse processo de reuniões preparatórias, uma vez que o prazo do PTTS já encerrou.

b) Eixo Educação Sanitária e Ambiental: no PTTS faz referência de que “este eixo é imprescindível, haja vista as implicações decorrentes da não preservação do ambiente, tanto individual, quanto coletivamente. Por esta razão pretende-se desenvolver atividades junto às famílias beneficiárias, tanto antes, quanto após o remanejamento, objetivando a sensibilização em relação aos cuidados com o futuro empreendimento”. As atividades que dão materialidade ao eixo são visitas domiciliares; visitas aos integrantes da unidade de triagem; visitas pós-ocupação; informações sobre posse responsável dos animais; visitas às unidades comerciais; cartilhas; oficinas e grupos; grupos de teatro; curso de agentes multiplicadores.

De acordo com o relatório final do PTTS, no que diz respeito a esse item, há um destaque importante a ser feito com relação ao trabalho com as crianças e adolescentes, em ações coletivas através de oficinas e grupos de teatro, que de forma atrativa e criativa, proporcionaram a sensibilização desses sujeitos para com o cuidado com o meio ambiente. Outra ação que foi desenvolvida com adultos foi do plantio de árvores frutíferas e flores ornamentais ao longo da avenida do reassentamento, motivado por oficinas e palestras anteriores, o que também o estimulou o cultivo individual nos quintais das casas. Destaca-se também ações referentes aos cuidados para com os animais e ações de vermifugação, em parceria com a Secretaria Municipal de Defesa dos Animais (SEDA) de Porto Alegre. Também a ocorrência do curso de multiplicadores de educação sanitária e ambiental que foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Neste eixo as atividades destacadas parecem ter causado um impacto muito positivo na comunidade, mas também de uma concepção de educação sanitária e ambiental que ampara a proposta, entendendo que este é um conceito abrangente e que exigiria da equipe técnica a eleição de prioridades a serem trabalhadas.

c) Eixo Geração de Trabalho e Renda (GTR): no PTTS apresenta-se a seguinte descrição: “após análise das características socioeconômicas da população beneficiária será fundamental a discussão das prerrogativas de inserção no mundo do trabalho e das mudanças no sistema produtivo, sob pena de

comprometer a sustentabilidade do futuro empreendimento. Portanto, é imprescindível propor novas alternativas de subsistência, através de cursos e oficinas de capacitação profissional, tanto antes, quanto após o remanejamento das famílias, com vistas ao desenvolvimento de novas habilidades laborativas, que contribuam para a inclusão dos moradores no mercado de trabalho, bem como na responsabilidade em relação às taxas com a nova unidade habitacional”.

Para o desenvolvimento de tal eixo foram previstas diversas ações, assessoramento à unidade de triagem (galpão de reciclagem que já foi mencionado neste trabalho); constituição de parcerias para cursos e trabalho; cursos de capacitação; oficinas de arte-educação.

O Relatório final do PTTS apresenta as ações localizadas neste eixo que consistiram na constituição de parcerias, no assessoramento aos triadores do galpão de reciclagem, as oficinas de arte-educação, a organização de artesanatos e feiras e os cursos de capacitação profissional (cabelereiro-manicure-pedicure, cozinheiro, eletricista, informática e padaria). No entanto, o relatório faz apenas uma menção quantitativa sobre, por exemplo, a constituição de parcerias, mas não descreve quem e como essas parcerias se constituíram, o que impede uma análise mais aprofundada, o que nos leva à insuficiência do Relatório Final como instrumento de avaliação.

Destaca no entanto, que as oficinas de arte-educação impulsionaram os participantes a confeccionar produtos em casa e a comercializar “porta a porta” ou eventos e feiras e destaca que uma moradora deixou da atividade de catadora de materiais recicláveis para investir no artesanato e por último, que os cursos de capacitação permitiram que alguns moradores ingressassem no mercado de trabalho. O Relatório Final é ilustrado por reportagens que foram noticiadas no endereço eletrônico da prefeitura de Porto Alegre que versam sobre a conclusão dos cursos oferecidos e a opinião dos moradores.

Apesar do investimento nos cursos de capacitação, analisamos que estas foram ações pontuais a partir do PTTS e que não se constituem em ações permanentes para os moradores e que de certa forma, seria uma pretensão exagerada considerar que tais cursos e/ou oficinas pudessem gerar a inclusão de todos os moradores no mercado formal de trabalho. Também é um destaque o investimento para as ações de oficinas que despertam para

habilidades e dotes manuais e artesanais, mas que ainda são incipientes se considerarmos as possibilidades concretas do acesso da comunidade ao mercado de trabalho de forma mais abrangente.

Destacamos que esse eixo preconiza que as alternativas de subsistência são as condições básicas que o Estado tem que oferecer para que a classe trabalhadora possa se reproduzir, na medida em que reproduz e mantém a sociabilidade capitalista. “*As contradições urbanas*, produzidas pelo caráter de classe do Estado que financia a reprodução do capital em detrimento da garantia da reprodução da força de trabalho” (SANTOS, 2008, p.25). Podemos inferir então que de uma certa forma as pessoas que foram reassentadas precisam ter uma renda para que esta possa garantir o pagamento da taxa da unidade habitacional e se reproduzirem dentro do padrão de sociabilidade capitalista.

Outro destaque que nos chama atenção é a notícia de “sucesso” de uma moradora que deixou da atividade de catadora para trabalhar com artesanato. Identificamos uma certa desqualificação desta atividade nos termos descritos, como se esse trabalho não tivesse uma importância e uma função social que tem a ver inclusive, com as características do território constituído e das alternativas que os moradores encontraram para sua subsistência.

d) Eixo Gestão e Acompanhamento: consta no PTTS que “estabeleceram-se ações específicas em relação ao acompanhamento e administração do projeto com vistas a definir prioridades e competências dos envolvidos. Assim, far-se-á ações de coordenação e monitoramento do projeto...” Para isso, foram estabelecidas as seguintes ações: formação e reuniões da equipe intersecretarias; reuniões com equipe multidisciplinar do DEMHAB; contratação de equipe técnica; planejamento de ações e sistematização dos dados coletados; elaboração de material didático-informativo; relatórios mensais de avaliação; material comprobatório e relatório final. O que consta no relatório final é a execução de duas atividades: reuniões intersecretarias (36 reuniões) e reunião com os profissionais contratados (176 reuniões). Não há dado qualitativo sobre o resultado dessas ações no relatório final sobre o conteúdo das reuniões, perfil dos participantes e conclusões.

Dessa maneira, observamos que para um processo de reassentamento desse porte, a insuficiência de informações e análises tanto do projeto como do Relatório impõe mais adensamento seja nas concepções como nas análises.

3.4. Intersetorialidade e acesso aos direitos sociais: diálogos necessários

“A vida é uma ciranda com muitos começos”.

Rubem Alves

A partir da discussão das categorias acima trabalhadas, adentramos em alguns pressupostos refletidos que emergiram com os estudos realizados, onde evidenciamos a intersectorialidade como um processo ao efetivo acesso aos direitos de forma integral e ampliada. No entanto, tal pressuposto que poderia sim ser uma via de acesso aos direitos, encontra muitos entraves pelo caminho, já que em sua gênese estamos diante de um processo de remoção e reassentamento que viola os direitos das pessoas.

Com a remoção de famílias da referida Vila, compreende-se de forma muito mais concreta, que todo processo de reassentamento gera impactos sociais e culturais. No entanto, instalado tal processo de remoção e reassentamento, coloca-se como premissa a articulação de diferentes políticas sociais para que se garantam condições mínimas de vida nesse processo, em que boa parte da população, encontra-se em situações sociais precárias.

Na medida em que as famílias foram sendo reassentadas, o acesso aos direitos sociais à população encontrou muitos entraves, já que os serviços de atendimento ou equipamentos sociais não foram sendo construídos.

Esse processo já estava acontecendo quando eu cheguei aqui, e as famílias que foram sempre se mostraram não muito felizes no espaço. A rede que faltou, porque foram sem escola, sem o serviço do SASE (Serviço de Atendimento Socioeducativo), várias, educação infantil... já tinha naquela região o estrangulamento e aí foram mais de que mil e poucas famílias né, numa região que não comportava, então acho que esse processo ele, ele, ele não foi um processo, acho que ele foi bem planejado mas a execução dele falhou... (Dorothy Stang)

A trabalhadora da política social também explicita o descontentamento da comunidade segundo a sua percepção, pois o território de destino das pessoas, apresenta um déficit muito grande da rede socioassistencial, no que

tange ao Posto de Saúde, Escola e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

De forma contraditória, para algumas famílias reassentadas as condições da moradia, enquanto espaço físico e material, apresentou melhorias, haja vistas que o território de origem apresentava falta de condições de saneamento básico, além de constantes alagamentos, das chuvas e do córrego (valo) que passa muito próximo às casas.

No entanto, o território de destino não sendo o espaço onde os serviços pudessem ser oferecidos, materializa a desresponsabilização do Estado na preservação da vida, radicalizando o desmonte das políticas sociais e dos serviços a elas atinentes (IAMAMOTO, 2008). O mesmo acontece com a população que encontra-se no território da Vila Dique, que por questões administrativas, burocráticas, políticas e econômicas, deparam-se com a permanência na Vila, na medida em que os próprios serviços também vão sendo removidos desse território. “Quem fica e quem vai”, portanto, acaba sofrendo com as consequências desse processo. Além disso, a questão da identificação e do pertencimento da comunidade àquele território pareceu ser desconsiderado pelo poder público, bem como a construção da escolha do novo território para onde a comunidade seria reassentada.

O acesso ou, o não acesso aos direitos se dá em todo o processo de remoção e reassentamento da comunidade, mas é importante destacar dois momentos: o primeiro é quando aconteceram as primeiras retiradas das famílias do Dique para serem reassentadas no novo território. Essas famílias foram para as casas que já estavam prontas, no entanto a estrutura para os equipamentos sociais que viabilizam direitos sociais, não estavam prontas. Desta forma, quem foi reassentado ficou sem acesso aos equipamentos no seu novo território. E o segundo momento é o atual, quando o que se tem é a permanência das famílias no Dique, especificamente na estrada de chão, que tem uma extensão de aproximadamente 2,5 Km até a Free Way, onde estão localizadas praticamente a metade da comunidade (cerca de 700 famílias). O que acontece é que os equipamentos – Posto de Saúde, Escola Infantil – já estão localizados no novo território e desta forma quem permanece no Dique está sem acesso aos direitos.

Esse não acesso aos direitos podem ser identificados na fala que se segue da moradora que se encontra ainda no território do Dique:

É pra saúde eu acho assim pra nós o posto lá, tendo posto só lá nos atendendo, pra gente ir cedo de madrugada tirar ficha não dá, não tem condições, a gente é assaltado, é roubado, lá nós temo que ir cedo pra consegui pegar ficha porque como tem muitos moradores então o posto tá sempre lotado né, e não é pra nós, que ficamos aqui pra ir madrugada tirar ficha... não está fácil, então a questão de marcação de consulta pra nós lá está um pouco difícil, mas o posto está nos atendendo. Também a dificuldade das pessoas de ter passagem pra ir né, muitos não tem a passagem, a gente tem que depender de dois ônibus porque o ônibus que passa aqui larga muito longe, tem que atravessar toda uma vila a pé pra chegar no posto e é muito ruim. Mas mesmo assim a gente quer ficar aqui... (Tersa)

Nesta fala a moradora explicita a situação real que os moradores vivenciam estando ainda no território do Dique. O Posto de Saúde foi um serviço que já foi removido, apesar de ter sido muito tempo depois que as famílias já estavam no reassentamento, mas como a comunidade está dividida, agora quem sofre com a falta de não acesso à saúde, é a comunidade que permanece.

É péssimo não tem ônibus que chegue até o posto, não tem, não tem ônibus que passe na frente do posto, só se pegar dois ônibus. As vezes o pessoal, a gente sabe que pessoal trabalha de dia às vezes pra comer de noite, não tem passagem pra se locomover até lá. É o que acontece, fica doente, cai de cama “valoterapia” leva pro hospital conceição direto, porque a gente não tem atendimento no posto que teria que ter, aqui dentro na vila no caso na vila Dique nessa parte aqui né, e tá assim acesso à saúde, é isso aí acesso à saúde? A gente não tem, não temos. (Sefra)

Os moradores queixam-se que para acessarem o posto precisam pegar dois ônibus porque a distância é muito grande. E uma comunidade que possui pessoas que se encontram em situação de pobreza, muitas vezes extrema, não possui recurso para chegar até o Posto.

É até inclusive assim, quando o nosso posto saiu daqui, que o nosso posto é do Hospital Conceição, aí ficou atendendo um posto da prefeitura, tava atendendo muito bem até então os moradores estavam contentes, estavam fazendo seus fichários ali direitinho, mas do nada, assim de um dia pro outro, sem avisar a população o posto levantou a mudança e foi embora e nós ficamos sem saber o motivo, se o motivo é porque pediram pra sair em função da rua que vão ampliar a rua Severo Dullios ou se é porque não queriam mesmo nos atender (Tersa)

Não obstante, é importante destacarmos que o acesso à saúde, por exemplo, é um acúmulo de muitos entraves. A Prefeitura organizou a inserção de uma Equipe de Saúde da Família, mas com a previsão no projeto de que uma avenida seria construída nessa extensão territorial onde encontrava-se o antigo posto de saúde da comunidade (Unidade de Saúde Santíssima Trindade do Grupo Hospitalar Conceição), a estrutura do Posto foi destruída e essa equipe foi retirada. No entanto nenhuma obra começou e já faz alguns meses que a estrutura foi destruída.

Quando a comunidade foi dividida e até hoje está dividida, o posto ficou tentando atender os dois territórios o que se apresentou num determinado momento como um esgotamento da equipe, dos trabalhadores. Então a gente tentou dar conta disso enquanto pode mesmo sem um respaldo maior gerencial até do que seria mais adequado naquele momento, tanto que atender dois territórios tão distantes e distintos... então acho que a gente levou enquanto pode assim pelo respeito e o vínculo com a comunidade... (Margarida Alves)

Na fala da trabalhadora acima fica explicitado que o Posto, por um longo período, cerca de 3 anos, realizou um trabalho no sentido de atender os dois territórios. Mas assim que a estrutura do posto ficou pronta no reassentamento, a equipe realizou o processo de mudança. Estando no novo território, ficou muito difícil para a equipe conseguir dar conta do atendimento das pessoas que ficaram no Dique. E por decisão gerencial, já que o Posto está ligada à instância federal, a Equipe ficou determinada a atender somente as pessoas reassentadas. Isso quer dizer, deixou de ir até o território do Dique, mas continuou a atender as pessoas de lá que conseguiam chegar até o Posto.

Apesar da tentativa e do esforço da equipe de Unidade de Saúde atender os dois territórios, essas formas de conduzir as políticas sociais no processo de reassentamento, principalmente no que se refere agora à política de saúde, rompe com a lógica do cuidado e não permite a continuidade das ações, já que o trabalho da política na atenção básica pressupõe o trabalho com a prevenção e a promoção da saúde, pautado na lógica do território, das ações programáticas e no cuidado longitudinal das pessoas (BRASIL, 2011).

Outro serviço que possui muitas questões a serem problematizadas diz respeito à política de educação. Essas questões serão evidenciadas nas próximas palavras dos moradores que se seguem:

Nós temos a escola que é, escola de turno integral, é fraca não tem professores, inclusive está faltando professores, meus filhos estão sem aula, não estão tendo aula porque não tem professores e a gente não tem acesso à educação melhor e não temos creche. Quer dizer que é só no reassentamento que tem criança? Aqui não tem criança? Porque assim, eles vão fechar a rua que dava acesso à escola Aurélio Reis [...] Eles vão fechar a rua aqui, as crianças não vão ter acesso pra ir pra escola. As outras escolas ficam longe quatro quilômetros, uma quatro quilômetros, outra seis quilômetros [...] Vai ser removida lá pro Porto Novo a escola Migrantes, e as crianças que estudam na Migrantes vão pra onde? Que escola? A prefeitura não vai dar uma Kombi escolar pra levar? Um microônibus pra levar essas crianças pra escola? Por que como é que eu vou levar uma criança de seis, sete anos pra ir pra escola estadual pega um ônibus, vai fazer dez quilômetros pra ir pra escola sozinha? Eu acho que essa questão da educação, falam tanto em educação hoje no Brasil mas não dão perspectiva dessas crianças nenhuma estudar, tanto que tem jovens com quatorze, quinze anos desistindo de estudar, por que vai pra escola como? (Sefra)

Nesse sentido, a temática relacionada à educação apresenta importantes entraves: a Escola que está próxima à comunidade e que foi fruto de conquista da mesma, está sofrendo com a falta de professores, ocorrendo um processo de “enturmação”. Essa é uma preocupação grande que foi identificada no grupo focal com os moradores que ainda permanecem no território do Dique. Os mesmos também problematizam a questão de como ficará o acesso à escola, quando as ruas serão fechadas e não encontram situação para tal problemática.

Quando a gente veio pra cá, nem bem tu estava arrumando as coisas, a secretaria de educação estava na porta da tua casa, já com escola determinada pros teus filhos, tudo aqui ao redor, então tem em torno de oito a nove escolas bem pertinho da comunidade que bah olha, tinha que ver a correria que era da secretaria da educação com relação a isso que era “olha, teu filho vai estudar aqui, teu filho vai estudar ali, tal horário tu tem que ir lá fazer a matrícula” tudo direitinho, então no começo, tudo era muito bom, hoje em dia a gente nem vê a secretaria da educação aqui, conforme foram se abandonando os verdadeiros sentidos do reassentamento, o foco mesmo que era educação, saúde e outras coisas básicas pra se viver bem, conforme essa nova liderança foi abandonando e esquecendo, isso foi o que deu pra perceber. (Débora)

A moradora acima refere, em relação ao acesso à educação no novo território, no Porto Novo, que no início do processo havia um acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, que estava de forma mais presente, mas depois de instaurado tal processo, atualmente identifica-se a invisibilidade desta secretaria no acompanhamento das famílias reassentadas.

A escola não está pronta ainda, só vai estar pronta – tudo indica – no final de 2014. Então eles tiveram que ser realocados nas escolas próximas ao loteamento, eles perderam os vínculos com os colegas porque um foi para uma escola que tinha vaga e outro pra outra, então arreventou com a sala de aula toda. Isso foi também um problemão, na minha opinião. Eu acredito assim que a educação na minha percepção, todas as crianças foram atendidas na rede escolar com esse detalhe que numa sala de aula nem todos os alunos foram numa mesma época, numa mesma escola, elas foram fragmentadas, foi um pra aqui outra pra lá, mas todas elas foram atendidas na rede do ensino fundamental o que ficou fora foi o atendimento de crianças na creche, mas tanto antes não tinha atendimento suficiente como agora não tem a creche, ainda não está totalmente concluída. (Cora Carolina)

A fala da trabalhadora acima informa que apesar das crianças e dos adolescentes em idade escolar serem atendidos e realocados em diferentes escolas, também passaram pelo processo de rompimento de vínculos com os colegas de sala de aula. Essa questão não é tão simples de ser observada, já que tal situação no período em que esses sujeitos estão em formação, parece nos remete também a uma certa violação de direitos. Em relação à política de educação, nossa intenção era também estar entrevistando uma profissional assistente social desta política, mas a Secretaria Municipal de Educação nos informou que não havia assistente social envolvida mais diretamente com processos de reassentamento, principalmente em relação à vila Dique. Não sabemos se tendo um profissional do Serviço Social nesta política, a situação da comunidade no que diz respeito às escolas poderia ser diferente, mas observamos também que há uma grave lacuna, no que diz respeito a essa temática.

A gente acabou perdendo a creche, o posto de saúde, que agora o atendimento às pessoas, ou vão ou pedem dinheiro emprestado, ou pedem passagem lá no posto, ou até não vão mesmo vacinar os filhos e nem consultar, como a gente vê, eu vejo sempre isso acontecer... Acho eu, a gente já falou né, as questões de saúde, de segurança, de acessibilidade né... o que a gente precisa acho que é o que uma comunidade precisa, saúde, política de acessibilidade, segurança. Acho que é tudo que uma, que uma associação, uma sociedade precisa e uma comunidade precisa é o que a gente tá precisando. (Sefra)

Nesta fala verifica-se a identificação da comunidade do processo de perda, de desmonte dos serviços que foram historicamente conquistados. A

partir de identificação desses entraves, no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, recorreremos à reflexão

As aquisições humanas, quer dentro de um país, quer entre vários países, são condicionadas pela sociedade de mercado. O social subjaz à economia. Foi essa perversa conquista da globalização que exclui grandes parcelas da população mundial de condições básicas para sobreviver, viver e acessar os bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana (KOGA, 2011, p.19).

Ora, a comunidade da vila Dique, que de forma organizada conquistou direitos, ou ainda “aquisições humanas”, teve essa conquista arrasada pela expansão do capital. De fato o social subjaz à economia na medida em que posiciona os seres humanos de forma secundária aos interesses do capital. No subtítulo acima lembramos que uma das trabalhadoras das políticas sociais, refletia que a prioridade foi poder realizar todo o projeto de ampliação da pista do aeroporto e o que o atendimento das famílias veio “de arrasto”.

Cada vez que eu converso com as pessoas "por que a prefeitura não veio?" E a senhora? O que que vocês estão fazendo? Fechem a rua! Batam panela! É isso, tem que pressionar, eles querem que nós vamos pressionar o nosso chefe? Pressionem, a gente já fez reunião, a gente já explicou tudo, eu fiz uma matriz dos problemas escritos do que que precisava, eu mandei pro diretor mandei pros órgãos da prefeitura. Eu soube que tem um pessoal da vila dique do local de origem que tinha acessado a secretaria de direitos humanos pra poder agilizar algumas coisas. Eles foram fazer algumas visitas e ligaram pra nós pra ver o que que a gente vê, o que que a gente poderia fazer, "minha filha, nós somos como vocês, meia dúzia de gato pingado" não é assim que funciona, ou é um trabalho consistente que as diversas políticas possam trabalhar juntas ou que que a política de habitação vai chegar lá dizer, que "tu vai ser atendido", "quando?", "não sei", é brincadeira né, não existe articulação, essa é a palavra, articulação com as políticas aqui de Porto Alegre é muito truncada e é a base de muito esforço... esse que é o problema... é difícil dizer, mas é verdade... (Cora Carolina)

Nesse processo, na fala acima, a trabalhadora devolve o questionamento feitos pelas pessoas da comunidade, para pressionarem o poder público, já que diante da relativa autonomia que os trabalhadores possuem dentro da política social, podem sofrer algum tipo de rechaço ou retaliação. No entanto, é questionável esse abandono das pessoas no Dique, depositando ainda sobre os moradores a tarefa de terem que se manifestar. Não que isso não seja necessário, porque essa situação precisa de visibilidade, mas ao mesmo tempo é sabido o quanto os próprios movimentos sociais tem

sofrido um processo de criminalização. Então para quem já está com os direitos violados, realizar esse movimento, nos remete a algo penoso, já que em nossa elaboração temos nos amparado nas escritas de Marx e Engels (2009, p.40) “o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas”.

Dessa forma, o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar (KOGA, 2011, p.33).

A autora dialoga com que o Marx e Engels (2009) nos auxiliam nesta reflexão, porque diz respeito ao homem e a mulher concretos, como havíamos refletimos mais acima, quando falávamos do método que subsidia nosso trabalho. Ora, estamos falando de condições concretas de vida que partem também de lugares concretos e das condições históricas para isso se materializar.

Outro problema aqui é que a praça e os equipamentos estão listados aqui no canto. Então, dessa quadra aqui, pra uma criança chegar até aqui, é quase um quilômetro de distância, 950 metros, é de um extremo a outro. O que seria o ideal? Que todos os equipamentos comunitários: a praça, o posto de saúde, a creche, a escola, etc.. estivessem no miolo. Que facilitasse o acesso. (Cora Carolina)

Nesta fala a profissional quer demonstrar a distância que existe entre os equipamentos sociais e as casas das pessoas. Como o loteamento faz parte de uma área que a prefeitura comprou do setor privado e já estava minimamente delineada, uma outra configuração desse território não foi problematizada. Isso vai de encontro ao que foi acima transcrito no que diz respeito à participação – controle social – da comunidade nesses processos, que fica restrito dentro de algumas possibilidades.

No cenário brasileiro, a concepção de controle democrático das políticas sociais foi assegurado constitucionalmente em 1988, em contraposição aos anos de regime ditatorial. E um avanço muito grande foi conquistado no campo da saúde, inclusive contando com legislação específica para tal, onde institui os conselhos e as conferências com a participação paritária de gestores, trabalhadores e usuários. No entanto, até esse processo de avanço democrático foi sublimado pelo processo do reassentamento.

O posto de saúde foi concluído no ano passado e as famílias que foram ficaram praticamente dois anos sem posto de saúde. Então o que seria o ideal? Isso a gente já apontou pra direção geral, já apontou até pra prefeitura. Qual a primeira coisa que se faz? Os equipamentos sociais, pra depois transferir as pessoas, não o contrário. (Cora Carolina)

Esse fato acima trazido, provocou e provoca um série de violação de direitos, pois os equipamentos sociais foram removidos depois que parte das pessoas da comunidade foram reassentadas. Da mesma forma, agora que parte da comunidade já está no reassentamento, os equipamentos sociais também estão. No entanto, quem ficou desassistido agora são as pessoas que habitam toda a extensão da estrada de chão e que não contam mais com os equipamentos sociais em seu território.

A Dique, aquelas pessoas, elas estão desassistidas, ali o estado tá inoperante, então o acesso é muito difícil. Se eles não vem a pé, aí vem de carroça, e tem que carregar as crianças na carroça, tem que carregar com todo aquele perigo, vir a pé dia de chuva que é um barro lá da freeway até a ponta, ou pedir carona pro ônibus, né, pedir carona...Muito complicado porque o CRAS, ele está localizado num lugar distante, porque assim, agora como a Dique ficou só no fundão, eles só tem acesso, a um ônibus e para chegar aqui eles precisam do transporte que não é gratuito. (Dorothy Stang)

Essa fala problematiza o acesso ao transporte e o próprio acesso à política de assistência social. As pessoas que não possuem recurso para passagem de ônibus, ou pedem carona, ou utilizam o seu meio de transporte que muitas vezes é a sua carroça.

Aqui, na realidade a gente só tem um CREAS que atende região norte e noroeste e que fica distante daqui, então tem famílias que seriam de média complexidade, só que eu acompanho pelo distanciamento do ao serviço, porque o CREAS é muito longe, fica na vila Elizabete, a população teria que tomar dois ônibus. Para nós já é distante, então imagina pra população... e o CREAS tem muitas demandas, então a gente quase não referencia [...] a gente nunca vai trabalhar a prevenção enquanto a gente trabalhar com situações de violação de direitos, e a gente não tem como... eu vou referenciar pra minha colega, mas a minha colega está assoberbada, como é que eu vou fazer esse referenciamento mesmo tendo consciência que não é de básica? (Dorothy Stang)

A fala da profissional, reforça o que foi abordado anteriormente, chamando ainda atenção para o fato da política de Assistência Social estar encontrando muitos entraves na sua implementação no município. Além dos

serviços desta política estarem distantes da comunidade, se percebe uma questão importante na operacionalização do trabalho. Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social foi implantado em 2005, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), sendo este um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais e que divide-se em Proteção Social Básica: destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Proteção Social Especial: destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. A Proteção Social Básica é operacionalizada pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e a Proteção Social Especial (de média e alta complexidade) é operacionalizada pelos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) (BRASIL, 2005).

Eu acho que é muito voltado, na pessoa... eu particularmente eu tenho envolvimento com aquelas pessoas, tanto é que eu levo em todas as reuniões, eu levo a minha preocupação, mas daí eu sozinha... então não é o serviço em si, não é a política, e sim a pessoa então tá personalizado em quem se preocupa... E eu sempre levo isso mas parece que minha fala é inócua, não chega até quem deve chegar daí eu me sinto como se eu não tivesse fazendo nada, porque tem famílias lá que estão em situação de miserabilidade. (Dorothy Stang)

Na fala acima descrita, ainda em relação ao trabalho do CRAS que atende a comunidade da Vila Dique, a trabalhadora traz uma reflexão que coloca o trabalho desenvolvido ainda muito centrado no profissional que executa a política. Nos remete a um trabalho solitário, exaustivo, repetitivo, pouco gratificante que pode vir a não produzir benefícios nem para o usuário e nem para o trabalhador. Também reflete a fragilidade do protagonismo coletivo dos trabalhadores.

Na Dique continua aquelas famílias, porque assim, não termina as famílias, tem família chegando, porque esta questão de habitação é coisa muito séria no Brasil e as famílias estão aí, tão vendo que tem espaço tão indo, continua uma guerra do tráfico ali, continuam matando, continuam na miséria tem pessoas que não recebem o bolsa, tem perfil do bolsa mas não recebe, e a gente não tem o que fazer, não tem como mexer, porque não é da nossa... Pois eu não

entendo com é que o governo faz, a gente não entende como é que o governo faz essa seleção, porque tem famílias que tem o perfil e não recebem, por isso que até deu esses tempos uma reportagem, as famílias invisíveis, famílias que tã dentro dos critérios para estar recebendo esse programa de transferência de renda e não recebem. (Dorothy Stang)

Outra questão importante trazida pela trabalhadora é as famílias que estão na invisibilidade, que nos remete a um duplo processo de violação de direitos: além do desmonte dos serviços, existem essas famílias que não conseguem acessar por exemplo, benefícios básicos como Bolsa Família, apesar de estarem identificadas nas condicionalidades do programa.

Muitos comerciantes, isso também é uma outra coisa importante que o Serviço Social tem que estar atento, a comunidade, a maioria das comunidades pobres ainda continuam, costumam ainda utilizar a caderneta de trinta dias pra pagar, nos comerciosinhos de esquina, então que que aconteceu, parte dos comerciantes que tu conhecia que tu ia lá e comprava teu pão foram transferidos, e alguns ficaram lá mas são muito poucos no espaço de origem, então tu arreventa também com a questão econômica deles, porque eles não tem mais condições de comprar na cadernetinha, eles bom, eles ficam perdidos. (Cora Carolina)

Dentre as questões trazidas quanto ao acesso das pessoas aos direitos e aos serviços, a fala está relacionada ao acesso ao crédito, no sentido das articulações que são próprias dos territórios, no que se refere aos rearranjos implementados nos mesmos, como por exemplo essas economias de pequenos comércios, que movimentam a própria economia do território e que de certa forma garantem o acesso das pessoas ao consumo de subsistência.

Uma outra coisa é questão da praça que não está concluída. As crianças brincam na rua, ainda faltam equipamentos. Por exemplo, é uma crítica que a gente faz há muitos anos, do lado tem aquele baita do sambódromo, que é ocioso, que não serve pra nada, só pros dias do carnaval. Lá no Rio de Janeiro, São Paulo, não é assim. Tem escolas, ele é muito mais utilizado durante todo o ano, tem salas de aula tem tudo que é coisa. Então foi entregue lá pra união dos carnavalescos, associação dos carnavalescos, e fica por isso, então é um baita de um empreendimento ocioso. Por que não utilizar todo esse espaço pra fazer alguma coisa? Então as crianças não tem muito acesso ao lazer, ao esporte, que isso também é saúde. (Cora Carolina)

Aqui nos é apresentado os próprios espaços de lazer, praça, e até mesmo o sambódromo que fica muito próximo da comunidade. Seria até mesmo uma alternativa a ser pensada pelo poder público, gestores e

trabalhadores, juntamente com as demandas da comunidade. Isso quer dizer, poder escutar e saber se existe interesse em ocupar tal espaço.

A prefeitura né, que não está fazendo o papel dela, então acho que a prefeitura está deixando muito a desejar nós aqui. A princípio que a gente sabe é que a associação é uma associação, até a gente tem dois órgãos aqui, tem o clube de mães e a associação, então a associação cuida mais dessa parte assim da remoção de vila essas outras coisas assim, ah a presidente e a diretoria toda quase se mudaram já pro Porto Novo. Não sei, gente está um pouco abandonado aqui, então eu não sei, eles quase nem tem chamado a gente pra reunião né, a gente gostaria que o presidente viesse pra gente tentar fazer uma reunião pra ver como é que fica nossa situação, botar uma pressão né, ou ficamos ou saímos né, porque assim não dá pra ficar porque a gente fica sempre nessa ansiedade, aí não sei o que a gente vai fazer, vão sair, vão ficar né, então a gente tem que agilizar, e a gente não tem reuniões, a não ser que a gente, os moradores daqui façam nova organização e façam uma outra associação aqui. (Tersa)

Bom eu tenho uma pergunta pra fazer: cadê a associação? Quem é o presidente? Acho que o presidente se mudou pra São Paulo, Rio de Janeiro, pro Hawai, algum lugar, porque onde que foi o presidente? Ele ganhou algum bônus do DEMHAB? Deve ter ganhado algum bônus do DEMHAB, por que cadê o presidente gente? (Sefra)

Não tem nada, pelo que eu sei a associação, que é a associação que seu D. era presidente terminou o mandato em dezembro, não houve nova eleição, não tem representante a comunidade. (Jetro)

Nas falas acima destes três moradores o discurso apresentado traz duas questões importantes: a falta de posicionamento da prefeitura aos moradores em relação às obras do reassentamento, que lhes nega o direito à informação e sobre a decisão quanto ao seu futuro; e a questão da relação com a associação de moradores, onde a maioria da diretoria da última gestão já estão reassentados no Porto Novo. Desta forma, as pessoas que ainda estão no território do Dique, questionam-se sobre a ausência da associação nesse momento em que se faz necessário uma articulação e organização da comunidade. Surge assim a ideia de que essas pessoas que não foram reassentadas, possam estar se articulando, já que no Porto Novo a associação que existia não realizou nova eleição, onde não se tem representantes da comunidade.

O processo de participação social aqui em “compasso de espera”, pois exige “múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para

influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou dos serviços básicos para a área social” (VALLA, 1998, p.9).

Agora é de urgente, é isso aí que dê atenção pra nós, que olhe pra nós aqui na vila Dique que aqui tem crianças, tem idosos, tem gente que trabalha, tem gente que recicla então a gente é uma comunidade a gente como pessoa, precisamos disso tudo, de segurança, saúde, de acessibilidade né, o olhar dos nossos políticos, de pessoal de maior poder aquisitivo olhar pra nós aqui, da nossa prefeitura, acho que é disso que a gente está precisando. (Sefra)

Na fala acima a moradora faz um apelo para que a comunidade seja olhada por todos os setores. Se faz necessário assim, dar visibilidade a todo o processo de violação de direitos que a comunidade vem enfrentando. Isso mais uma vez evidencia a ausência de uma gestão pública competente, baseada na intersectorialidade das políticas sociais. Segundo o pesquisador Paulo Sabroza, do Departamento de Endemias, Samuel Pessoa da ENSP/Fiocruz, “a ausência nesse processo de uma gestão pública competente e responsável exclui parte da população e leva a tensão, fragmentação, desigualdade, conflitos sociais violentos e mal-estar” (MOROSINI, 2013, p.8).

Seria legal ou uma ideia ou uma fantasia ou um sonho talvez urbanização da vila Dique... (Noa)

Mas tem bastante terreno aqui atrás que pode ser urbanizado, aqui atrás da CEASA tem terreno sobrando que pode ser urbanizado, que pertence à prefeitura. (Sefra)

Até inclusive né, se a gente conseguisse assim, eu estava pensando assim, da gente poder se organizar e eu não sei como é que tá a situação, parece que não vai haver mais a ampliação do aeroporto, eu gostaria de ficar aqui, eu acho assim que a maioria dos moradores gostariam de ficar aqui... Então o que a gente queria mesmo, que sempre quis, e nós da rua de chão continuamos querendo, é ficar aqui poder se organizar melhor essa comunidade, mas ainda não sei se vale a pena porque já tiraram tudo o que a gente tinha, tiraram o posto, tiraram a creche né, a prefeitura tiroo, então a gente ficou muito precário aqui mas mesmo assim a gente pretende ficar aqui... (Tersa)

São transcritas acima essas três falas dos moradores que ainda encontram-se no Dique, pois o desejo de urbanização para quem ficou, é algo bem presente nos discursos que apareceram no grupo focal. Dessa forma, o território diz respeito não somente “aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que

aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas etc” (KOGA, 2011, p.40).

No entanto, são muitos entraves que se colocam para realizar o que a comunidade realmente acredita que seja melhor para ela, já que neste momento também há uma incerteza do que realmente será realizado e que toma conta de todo esse processo. A existência de uma política urbana que não prioriza a organização dos territórios já existentes que contem toda uma história de uma comunidade, mas que prioriza um certo “êxodo urbano”, de expulsão dos pobres das cidades para áreas cada vez mais distantes dos grandes centros, sinaliza que estamos diante de uma política de expansão do capital e de um Estado que não toma partido pela classe trabalhadora. Quanto isso, o professor da pós-graduação em Geografia da UFPE, Jan Bitoun refere que apesar das resistências localizadas, saiu da pauta a ideia de gerar melhorias em áreas de favelas. “Predomina a construção de novos empreendimentos imobiliários em programas federais destinados aos pobres ou grandes empreendimentos destinados às classes médias e alta”. (MOROSINI, 2013, p.11).

Mas como sinais de resistência e que inspiram pequenos exemplos de “convulsões revolucionárias” recorremos à experiência do projeto de urbanização da comunidade da Ilha de Deus, localizada na zona sul do Recife que contou com a participação da comunidade. O novo cenário está sendo desenhado a partir do projeto de reurbanização cujas regras foram construídas e pactuadas entre o poder público e os moradores: as novas moradias e os equipamentos sociais. O morador dessa comunidade e integrante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, Edson Fly refere que o empoderamento da comunidade foi o motor para a conquista do direito ao território. “Acredito que pigmentação da pele ou etnia não são fio condutor, e sim a condição do ser humano. Hoje ninguém quer receber cesta básica e ser chamado de miserável” (MOROSINI, 2013, p.12).

Outro exemplo que trazemos é o da comunidade de Brasília Teimosa que poderia ser trabalhada com o moradores do Dique e do agora Porto Novo:

Um morador de Brasília Teimosa que está no local há 54 anos e que já viveu todas as ameaças de remoção aponta que o diferencial desta comunidade é a politização, por mais diferenças e divergências que a

comunidade tenha, ressaltando ainda que há enorme pressão psicológica para que os moradores deixem a área, sobretudo das grandes construtoras que apontam a necessidade de intervenção do poder público para que reorganize e disponibilize aquele local para a cidade com hotéis, marinas e equipamentos que incentivem o turismo (MOROSINI, 2013, p.12).

Esse exemplo acima nos remete tanto a reorganização da comunidade que se faz necessário implementar, quanto ao desejo da comunidade em urbanizar o território do Dique.

Se faz necessário buscar na história alternativas para transformar o presente. Ora, na constituição da história da comunidade houveram lideranças que fizeram o papel de articulação para que a comunidade pudesse acessar direitos necessários para a sobrevivência naquele território. E agora, será que não se faz necessário mais uma vez a articulação de lideranças? A constituição de uma associação de moradores, até mesmo no território que está no Dique ainda?

Será indispensável descrever longamente, ao lado da condição dos jovens e da juventude, dos estudantes e dos intelectuais, dos exércitos de trabalhadores com ou sem colarinho e gravata, dos interioranos, dos colonizados e semicolonizados de toda a espécie, de todos aqueles que sofrem a ação de uma cotidianidade bem ordenada, será necessário mostrar aqui a miséria irrisória e sem nada de trágico do habitante, dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais, nos centros de decomposição das cidades velhas e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades? Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das “satisfações” que dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela (LEFEBVRE, 2001, p.118).

Esses escritos de Lefebvre nos convocam para um processo coletivo de desalienação e de um olhar crítico para todo o processo que a comunidade vem vivenciando e não somente a comunidade da Vila Dique, mas de outras comunidades que sofrem esse mesmo processo, e por que não, esse olhar para a situação de exploração de toda a classe trabalhadora.

Pereira (2012b) afirma que existem impossibilidades em se assegurar o direito à moradia em sua integralidade, na articulação com os outros direitos,

compreendendo a moradia não apenas como um espaço físico. A autora diz que há uma transformação do acesso à unidade habitacional em forma apenas de resposta do Estado capitalista para a garantia da reprodução da força de trabalho. Podemos transpor esse debate para os outros direitos, onde eles são minimamente garantidos, ainda de forma precarizada e fragilizada, como está sendo o caso desse processo de reassentamento, apenas para a classe trabalhadora poder se manter para a reprodução do sistema capitalista.

Isso evidencia as condições dadas pelo Estado para que a classe trabalhadora tenha realmente apenas meios de reprodução para poder manter a lógica da sociabilidade capitalista. A mudança de uma comunidade de um território, sem que este possa ser o *locus* de oferta de serviços, não possibilita o acesso integral da população aos direitos, mesmo que o território de origem apresente vulnerabilidades e demonstra a presente racionalidade burguesa de organização do território a partir da industrialização, pois a moradia também acaba integrando a cesta de condições necessárias à reprodução da força de trabalho (PEREIRA, 2012b).

Desta forma, problematizamos o processo de reassentamento em sua gênese, em seu sentido ontológico: desde que foi iniciado tal processo, por si só ele já é contraditório e vem carregado de violação de direitos da comunidade. A intersetorialidade como uma premissa para se garantir um nível mínimo de proteção social, de um mínimo de garantia de direitos. No entanto, ainda podemos perceber na pesquisa de campo, que na prática um nível muito pequeno de ações intersetoriais foram tecidas. Se uma comunidade não está muito bem fortalecida e unida (sem processos políticos fragmentados) é muito difícil resistir e enfrentar tais processos de remoção e reassentamento.

Com a existência de ações intersetoriais permanentes, sistemáticas e concretas, talvez a comunidade não ficasse tão a mercê e vulnerável diante dos problemas de um reassentamento deste tamanho. Mas talvez mesmo com ações sólidas intersetoriais, esse processo de remoção e reassentamento não deixaria de ser perverso tal como ele é, não só aqui na comunidade em estudo, mas em tantas outras experiências que vem ocorrendo pelo Brasil nesse momento histórico, e assim como tantos outros que já ocorreram.

Mas ao trazermos a possibilidade da intersetorialidade, no início do embrião desta pesquisa, tecíamos reflexões que iam ao encontro dessa

expectativa: um processo de reassentamento que contivesse ações intersetoriais poderiam garantir condições de acesso aos direitos de uma comunidade. Porém, na medida que fomos aprofundando o processo de pesquisa, de estudos e de reflexões, ancoradas no processo histórico e percebendo a totalidade das ações e da contradição presente, amadurecemos nossa reflexão e nossa percepção, voltando para o concreto pensado e analisando que um conjunto de ações intersetoriais ainda são muito ínfimas, diante de um processo tão perverso como um reassentamento.

Ao construir tais objetivos de pesquisa, supomos também um processo de remoção e reassentamento que não apenas contemplasse uma nova moradia às pessoas da comunidade. Até porque utilizamos uma compreensão ampliada de moradia que não significa apenas uma casa, mas uma estrutura adequada para se promover e obter qualidade de vida, considerado o acesso a todos os serviços básicos. No entanto, percebeu-se através do estudo que além do interesse econômico, de expansão do capital, em detrimento de reais benefícios a uma comunidade, que a questão de simplesmente uma nova casa ser materializada, suprimiu todos os outros direitos, sendo que até mesmo este possui um custo.

Ou seja, estamos diante das condições básicas pra se viver dignamente, o que se expressa a partir do concreto. Assim sendo, observamos que um processo de acompanhamento das famílias subsidiado por práticas intersetoriais requer encontro, estar próximo das pessoas, estar no território. Pressupõe também uma gestão compartilhada, com foco no usuário pelas políticas sociais e um Estado a favor da classe trabalhadora.

Neste sentido, a partir da experiência concreta de um processo de remoção e reassentamento, faz-se necessário políticas sociais que escutem, analisem as necessidades das pessoas a partir do seu território. A intersetorialidade implica também isso, pensar, propor executar as políticas sociais e as ações coletivas a partir do território e do conhecimento profundo da realidade. Dessa forma, é considerar também a possibilidade de outras alternativas para além de um processo de reassentamento. Isso quer dizer que as próprias pessoas da comunidade poderiam sugerir outro território, ou a urbanização, ou até mesmo, um processo mais digno, sem violação de direitos (se é que isso seja possível). Mas quer dizer que a escuta das pessoas e o

conhecimento profundo do território poderiam incidir em ações mais justas e de produção de vida das pessoas.

Ou seja, comumente as políticas públicas tendem a uma normalidade ou a uma descrição de um tipo ideal que não é de fato real. Nessa perspectiva, as características locais são homogeneizadas e não ganham diferenciação na efetivação das políticas públicas. A vida da população se dá em condições concretas, espacializadas, peculiares, nas quais o território e suas condições são determinantes (KOGA, 2011, p.20).

E se tratando de um processo de remoção e reassentamento, acreditamos que para uma experiência desse porte, uma questão primordial é esse processo de escuta, de análise da realidade vivida das pessoas a partir de um território. Isso quer dizer, pensar junto com os sujeitos a elaboração e a implementação das políticas sociais. Ora, algo que não é construído junto e que vem de forma verticalizada, dificilmente obtém algum sucesso mais concreto.

É importante dizer, que a luta contra a ocorrência por parte das políticas sociais em relação a esse processo seria muito ínfimo diante de todos os interesses que estão em jogo. São interesses de grandes corporações que se colocam na vida das pessoas. Mas mesmo assim, comungamos da análise feita por Koga (2011) quando sugere a categoria *território* para se pensar no planejamento e implementação das políticas. “Aqui, o território é considerado como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas” (KOGA, 2011, p.20).

3.5 . Porto Novo: chegada ou partida

*"Nenhum país é tão pequeno como o nosso.
Nele só existem dois lugares: a cidade e a Ilha.
A separá-los, apenas um rio.
Aqueles águas, porém,
afastam mais que a sua própria distância.
Entre um e outro lado reside um infinito".*

Mia Couto

Aqui chegamos às reflexões que dizem respeito ao novo território, estabelecido como o lugar de destino às pessoas moradoras da vila Dique.

Iniciamos trazendo a importância da escolha do nome dado ao território do reassentamento, que desta vez, foi escolhido pela comunidade através de eleição. Havia um certo desejo desse novo lugar, ser de fato algo novo, o que nos leva a identificar um desejo da comunidade construir uma nova identidade. Mas a história acompanha essa comunidade e o novo traz consigo todo o processo histórico da mesma. Traz inclusive os costumes, a cultura da comunidade, como também antigos problemas, como no caso um deles, a violência do tráfico que já era presente no Dique, mas que agora no Porto Novo tem se mostrado mais perversa. Estamos diante de um Dique e de um Porto.

O Porto Novo localiza-se distante do centro, diferente da localização do território da vila Dique. Fica localizado no bairro Rubem Berta, extremo norte do município de Porto Alegre, próximo ao Sambódromo, local, onde no Carnaval é utilizado para os desfiles das escolas de samba da capital.

Eu acho que tem ônibus fácil para todos os lugares, porque passa aqui na frente, a gente tem duas ou três linhas que nos leva para o centro, claro que não vai levar vinte minutos que nem levava da antiga comunidade até o centro, aqui a gente leva uma hora. Esses dias eu fui num curso, eu levei uma hora e meia para chegar daqui no centro de ônibus. Mas linha de ônibus tem bastante, só que o tempo é outro... É mais longe do centro e mais demorado, o trânsito está cada vez pior então quer dizer, complica muito... (Jetro)

Apesar dessa distância maior do centro, os moradores identificam a existência de transporte público, evidenciando que o tempo para se chegar no centro é outro. A fala da moradora abaixo, que já se encontra no Porto Novo também descreve um pouco no novo lugar.

Pra mim é bom, a gente morar aqui sim, só que não foi muito legal foi de ter que pagar, mas está muito bom, a casa é melhor, só é menor né... eu tinha oitenta e dois metros quadrados de casa, com o atelier junto, porque era junto e aqui eu estou com trinta e seis... (Levi)

Ela identifica que é bom morar no novo território, mas apresenta dois fatores: o custo financeiro para os moradores, pois a casa construída possui uma taxa mensal e a questão do tamanho da casa.

Esses dados encontrados nos remetem a um exemplo de uma comunidade que vivencia tentativas de ser removida, que é Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para incentivar os

moradores a saírem do território, iniciou campanha sobre o Condomínio Parque Carioca, que tem quatro prédios com 900 apartamentos de 43 e 60 metros quadrados, mas a moradora e integrante da associação de moradores, pescadores e amigos da Vila Autódromo – AMPAVA, afirma que “essa não é uma troca justa”. Existem casas na comunidade que chegam a ter 200 metros quadrados de área construída, além de redes familiares e econômicas sustentáveis, explica a moradora. “Eu, por exemplo, tenho meu pomar e minha horta, outros vizinhos têm oficina. Ateliê de artesanato ou oferecem refeições”. (MOROSINI, 2013, p.18)

Quando eu vim pra cá, foi um momento bastante complicado, porque eu cheguei aqui, os moradores estavam completamente fora de si por questão de... “bah, mas eu tinha a minha casa e hoje eu tenho que pagar por uma casa de novo que eu já tinha comprado, que eu já tinha batalhado que tu fez, que não sei o que. (Débora)

A fala acima está relacionada com o fato da moradora, que hoje já está no Porto Novo, ter participado do processo de negociação com a prefeitura, quando houve a participação na associação de moradores. Por ser uma referência na comunidade, a mesma acabou tendo que enfrentar as críticas por parte de algumas pessoas, que manifestam um certo descontentamento com o reassentamento.

Eu compro dos carroceiros, dos carrinheiros e o DEMHAB diz que não, não existe comércio de material reciclado, é galpão de reciclagem. Não vai ganhar, porque já tem lá, é isso que DEMHAB fala pra mim... A minha expectativa é comprar uns kilos de droga pra largar os guris na esquina aí matando, bem, é isso que eu tenho que fazer, vão tirar o meu pão da minha boca! Qual é a lei aí do DEMHAB, que não poderia ninguém sair daqui e trabalhar com reciclagem lá? (Aarão)

A fala acima citada revela uma outra categoria chave importante para análise e que emergiu dos grupos focais e das entrevistas, que é a categoria trabalho. No Dique grande parte da população construiu seu meio de subsistência advindo da reciclagem e quando o morador afirma que “vão tirar o pão da minha boca!”, revela mais uma vez a grave violação aos direitos, e nesse caso ao trabalho, que na sociedade capitalista, é a única forma que a classe trabalhadora possui de obter sua subsistência. A fala é dramática e anuncia o que vem acontecendo no Porto Novo em relação às “novas

alternativas” de trabalho encontradas pelos moradores, principalmente pelos jovens, o trabalho para o tráfico de drogas.

Sem dúvida, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. Muitas delas são mais fortemente relacionadas com o próprio território e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada área, o que permite certa horizontalização da atividade. O papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas. As grandes empresas, por isso mesmo, apenas mantêm relações verticais com tais lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p.291)

Com o processo de reassentamento, existe a proibição dos moradores trabalharem com esse tipo de trabalho em suas casas. A prefeitura alega que para a realização desse trabalho existe o galpão de reciclagem. No entanto esse galpão não dá conta de empregar todas as pessoas que trabalham com isso.

Tal questão relacionada ao trabalho nos remete à realidade da comunidade de Brasília Teimosa, na zona sul do Recife. É uma comunidade que assim como a Dique, desde sua origem conta com ameaças de expulsão e que vem resistindo a esse processo. Uma moradora fala que “aqui a gente tira a nossa sobrevivência”. Ela é catadora de mariscos. (MOROSINI, 2013, p.12). Isso assemelha-se aos moradores da comunidade do Dique, quando para eles a questão é o trabalho com a reciclagem. Isso pode ser verificado na fala do morador

Lá não, eles vão ter que vir pra cá, pra Assis Brasil, tem uma loja que dão pra eles, tem um prédio, então eles vão ter que vir aqui... Agora imaginou vim de lá do Porto Seco aqui nas indústrias? Carroça não pode, ah e ele vem de carrinho e carroça não pode ter lá. Não fizeram nada pra nós, não fizeram nenhuma proposta de carroça, nem nada pra nós, não querem carroça lá entendeu, não querem reciclador lá por causa de rato, de barata, não sei do que, entendeu? E tem gente trabalhando lá ainda, meio escondido às vezes, e eles vão lá aporrinhar eles. (Aarão)

Na transcrição acima o morador refere-se às pessoas que mantêm o trabalho da reciclagem por meio de carrinhos e carroças. El fala sobre a longa distância do Porto Seco até os locais em que os recicladores obtém os materiais. Além disso traz um dado de que esta atividade não pode ser

exercida no novo território. Soma-se a isso a lei de proibição das carroças no município de Porto Alegre. Sendo assim, o Estado também não oferece oportunidade de outra atividade remunerada e o processo de reassentamento não considera o meio de vida, as vocações que surgiram no território do Dique e que acompanham a população.

A questão de trabalho e renda ainda está muito aquém, muitas pessoas estavam trabalhando com reciclagem tiveram que se reorganizar, cavalos não podiam ir, não puderam levar, muitos venderam ou trocaram, depois fizeram alguma coisa, foram levando, deixaram na casa de um amigo por enquanto pra depois pegar de volta, mais ou menos isso que aconteceu. Isso foi uma crítica com relação ao pessoal que nos vê trabalhando "ah tu tem que dizer lá que eles não podem ter cavalo aqui, que eles não podem dentro da cidade, não podem ter cavalo". Eles vão comer o que? O que vou dizer pra um senhor que tem cinco, seis filhos "não quero que o senhor deixe seu cavalo aqui..." eu estou fora, porque é o ganha pão, aí vai deixar as crianças sem comida o que é pior. Mas *a priori* eu não poderia, na vila Dique tem gente que tem porcos, galinhas e tem um cidadão que tem vinte cavalos. Que que a gente vai fazer com isso? Eu não sei, porque assim, um dos problemas das definições é que assim, isso é geral na prefeitura, eles vão deixando, levando com a barriga, vai vai no limite, toma-se uma decisão no limite, quando as coisas estão assim, já passou, já extrapolou. Não tem um planejamento anterior, mesmo nas reuniões entre as secretarias, entre os setores que a gente discute sobre isso, e agora o que que a gente faz com as pessoas que tem cavalo, pois é... vamos pensar... é importante... vamos pensar... (Cora Carolina)

Essa fala, acima transcrita, vai ao encontro aos que os moradores trazem como legítima preocupação que gira em torno da subsistência das famílias, e não apresenta perspectivas quanto à problemática. Também observamos os mecanismos utilizados pelos trabalhadores e gestores que acabam não incidindo em mudanças na realidade pois não atingem as políticas e não superam as contradições, mas sim mascaram a realidade que segue da mesma forma.

Inclusive o pessoal que trabalha com reciclagem e foi removido pra lá, e se eles voltaram a reciclar lá, juntar papelzinho no pátio, jornalzinho no pátio, papelãozinho no pátio, pet no pátio, o DEMHAB, o pessoal da prefeitura vai lá e ainda dá multa, multa esse pessoal que no caso era o que ele sempre trabalhava, era o sustento da família. Eles fazem o pessoal remover e ainda são multados. E aí esse pessoal que trabalhava com reciclagem, que trabalhava com plástico sobrevivia disso vai pra lá vai viver do que agora? Por que está dando alto índice de mortalidade lá? Por causa da droga, porque a gurizada foi vender droga, a gurizada está vendendo, está trabalhando com a droga e um mata o outro né, é bem assim, a gurizada aqui trabalhava

aqui antes, a gurizada de dezessete, dezoito anos que trabalha com reciclagem, hoje estão trabalhando lá e estão se matando, estão se matando literalmente por causa da droga, porque antes eles trabalhavam e agora eles fazem o que lá? Fazem nada. (Sefra)

A fala acima, retoma, em seus versos finais a questão da violência e o extermínio de jovens, pois muitos acabam se envolvendo com o tráfico de drogas, e encontrando nesse tipo de economia, um meio de subsistência. Mas coloca-se como reflexão também mais uma vez, um duplo processo de penalização da classe trabalhadora, representada neste recorte de população da vila Dique que trabalha com a questão da reciclagem. Duplo processo, porque além de anteriormente essas pessoas não acessarem o mercado formal de trabalho, haja vista que na sociedade capitalista contamos com um exército de mão-de-obra reserva, elas também estão tendo a sua forma de subsistência ameaçada.

Quando penso em problema social, penso na deteriorização das condições de vida, não só na deteriorização material, mas também na deteriorização moral que a acompanha. Não pode haver cidadão, não pode haver civilização, numa sociedade que tem uma massa tão grande de gente sem nenhuma oportunidade de se inserir na única via que nela há para gerar e sustentar a cidadania, que é o mercado de trabalho (MARTINS, p.76, 2003).

Ou seja, isso incide diretamente na cidadania dessas pessoas, que na sociedade capitalista o reconhecimento da cidadania está atrelada ao trabalho. Diante da reflexão acerca da categoria trabalho, uma consideração importante é o quanto esse processo atinge as pessoas enquanto classe trabalhadora. Já que atinge os moradores e às suas alternativas de trabalho existentes; os trabalhadores das políticas sociais que ficam diante de um processo exaustivo e subjugados às demandas do empregador; e até mesmo dos trabalhadores dessas grandes obras, que tem uma relação de trabalho precarizada, já que consiste em vínculos de terceirização e ainda por cima, na restrição do próprio direito à greve, que a partir da Lei Geral da Copa, será implementada a partir de três meses antes do início da Copa do Mundo (ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

Bom eu como trabalho num armazém né, continuaria trabalhando nesse ramo lá, mas assim ó, tenho muito medo é de ir pra lá porque inclusive estão roubando, estão assaltando, meu cunhado já foi assaltado, os meus vizinhos aqui da frente, que agora tem um bar, já foram assaltados em plena luz do dia. E eu tenho muito medo de

trabalhar com o comercio lá, porque aqui eu nunca fui assaltada, graças a Deus, inclusive nenhum dos outros bares aqui foram assaltados e lá continua assalto todo dia, a gente fica sabendo, quando não é assalto é morte dos filhos dos nossos moradores que eram daqui da Dique, que foram pra lá, então é muito ruim (Tersa)

Aqui destaca-se um outro tipo de trabalho que é com o comércio, que consiste nos mercados que existem na comunidade. A moradora expressou o medo que tem de trabalhar nesse ramo no Porto Novo em função da violência do local.

Os colegas que trabalham lá pra estrada de chão, no verão tu vinha que nem um croquete enrolado em poeira, tu suava a poeira grudava né, e no inverno era puro barro, então pra quem ficou na estrada de chão, eu acredito que foi uma gama menor de pessoas de moradores, mas foi uma situação precária né e hoje voltando lá assim depois que eu estou aqui, um ano e dez meses que eu estou aqui, voltando lá eu não conheço mais aquele território, as pessoas não são mais as mesmas, as casas não são mais as mesmas, a gente entra e sente medo porque a qualquer momento sai uma pessoa do meio das casas que tu nunca viu, que tu não conhece como conheciam, quando a gente estava lá né. E o trabalho também, aqui é melhor porque a gente trabalha numa área que ela é toda pavimentada, tem calçada pra gente caminhar, não é na beira da rua que um caminhão pode te pegar, um carro pode te pegar, é bem mais tranquilo aqui. (Jetro)

Inerente a tudo isso, está novamente a categoria contradição, pois a realidade não se assemelha para todos os moradores. A fala acima refere que o Porto Novo apresenta melhores condições de trabalho, em função de ser um local limpo e pavimentado. No território do Dique, as pessoas sofriam com a questão da poeira e do barro. É importante dizer que a situação de saúde relacionada à asma melhorou bastante no novo território em decorrência das casas serem menos insalubres.

Morar aqui é bom pra mim, não teve muita diferença, só o custo de vida pra mim aqui que piorou, porque lá eu não pagava aluguel, não pagava água...só pagava luz, e aqui eu tenho que pagar a prestação da casa, água, luz, então isso já sai um pouquinho a mais do meu salário que é um salário mínimo... (Levi)

Outra moradora aponta que não teve muito diferença morar no Dique ou no Porto Novo, o que para ela é um destaque, é a questão do pagamento da casa.

É pra vida toda, é um taxa, que tu paga tipo teu telefone, tipo a luz, é uma taxa da tua casa que gira em torno de trinta reais por aí,

conforme depende da tua renda em torno de vinte, trinta, quarenta, uma taxa mensal que a ideia desde o início da aprovação do Estatuto da Cidade em dois mil e um era uma taxa que iria dar giro pra construção de novas casas, só que isso não é visto dessa maneira...(Cora Carolina)

A fala acima da trabalhadora, explica no que consiste tal taxa e afirma que é para a vida toda, mas que tem a função social de construir novas casas.

Um ou dois moradores passava e dizia “poxa E., estou feliz, porque hoje eu estou morando numa casa decente, não estou no meio do barro e nem corro o risco de alagamento na minha casa”. Digamos que de quase cinco mil pessoas, uma ou duas hoje em dia faz isso (Débora)

Há uma percepção de uma moradora que relata que poucas são as pessoas que manifestam contentamento de estar em novas casas no reassentamento.

Eu sinto assim, que os traficantes estão querendo ao redor é marcar território e se introduzir dentro da nossa comunidade, então porque que muitas vezes acontece é de tipo essas mortes elas vem a acontecer ou na entrada da nossa comunidade ou ao redor, mas porque, tipo assim, tipo eles querem fazer aquela coisa assim de meter terror, de meter medo, entendeu, só que acaba respingando na nossa comunidade, “ah o pessoal da Dique matou”. Só que a cada passinho que tu dá tu percebe dentro da comunidade pessoas diferentes e movimentação que tu sabe que é tráfico entendeu, então tem bastante coisinha aí que, eu acho que a própria comunidade deveria de se ligar e de repente até mesmo denunciar, porque pelo que eu percebi é seguro a denúncia anônima entendeu, denunciar mesmo, limpar mesmo a comunidade, porque se cria uma vida nova, que é uma coisa nova, lutar por aquilo, entendeu... Aqui na frente da minha casa eu não vejo esses problemas, mas se eu visse, eu teria coragem de fazer “olha tem tráfico aqui do lado, aqui perto, quero que vocês façam alguma coisa”. (Débora)

Identifica-se também um processo embrionário de constituição de identidade com esse novo, com o Porto Novo. Esse território é diferente na sua disposição geográfica. Está agora no meio de outras comunidades, não se tem o Dique como anteriormente, onde as famílias eram distribuídas ao longo da avenida Dique. No Dique as pessoas se conheciam. Nesse processo há também outro fator que é a demarcação de território por parte dos traficantes.

E gente boa que mora lá que trabalha sete hora, está com tudo fechado, portão também, não pode sair pra rua, tem medo de sair pra rua, tem gente que fica trancado dentro de casa com medo de sair pra rua, de uma bala pegar, dos caras assaltar, tem um monte, tu vai lá sete horas não encontra gente na rua, tem que “bee bee”

(campanha) e aí “não, entra...entra que tá perigoso”, principalmente entre a Victória e a aquela zona de cima ali a Páscoa... (Aarão)

Evidencia-se o sentimento de insegurança.

Nenhum trabalho. O reflorestamento a gente conseguiu aqui através do posto, seiscentas mudas que vai estar sendo feitas ainda no decorrer deste ano. Então eles vão reflorestar porque a gente ficou em cima, mas se nós não tivéssemos em cima também, não iam. A conclusão da praça ali, já demoliram os barracos da antiga construtora, ficou ali só da SMOV, sei lá eu quem, que órgão é, não veio terminar a praça. (Jetro)

Como ações de espaços de lazer no novo território, temos uma ação de reflorestamento do novo território, que foi conquistado através da articulação da comunidade, o que evidencia a importância dada à questão ambiental, num território onde só se percebe a cor cinza do concreto. Ao mesmo tempo é percebido mais uma vez um descaso pelo poder público no que tange ao espaço público de lazer da comunidade, que desde o início do processo de reassentamento ainda não foi concluída.

Nesse sentido, é importante destacar a própria concepção de moradia para os executores do processo de remoção e reassentamento. Quer dizer, a habitação, a moradia, é apenas uma casa com paredes, chão e teto ou é toda a infra-estrutura necessária para se viver dignamente?

“Casa não se resume apenas a uma unidade”, refere o morador do Alagados (MOROSINI, 2013, p.14). Todos os elementos também expressam que a casa não se resume a uma estrutura física, mas diz respeito aquilo que é essencial à vida dos sujeitos.

Assim como o tijolo pode servir para a construção de uma casa, ele também pode servir de arma para ferir uma pessoa. Com a função social da propriedade privada urbana e das cidades, ocorre o mesmo. Poderá ela habilitar todos os necessitados de casa deste país para defender sua dignidade própria e seus direitos humanos fundamentais à cidade e à moradia. De modo semelhante, porém, ela pode servir de escudo aos titulares do domínio privado, se a instrumentação de sua aplicação permanecer relegada, como acima se denunciou, ao mundo dos conceitos, à promessa, programa, mera carta de intenção, sem afetar de maneira bem concreta o gozo e o exercício do direito de propriedade (ALFONSIN, 2013, p.80).

Aqui Alfonsin, nos dá bases para algumas reflexões que finalizam esse capítulo, que diz respeito primeiro, à violação do direito de propriedade da

comunidade que estava sob o Dique e que não teve condições de negociar a sua permanência e urbanização do local, ou ainda, poder incidir de forma ativa na construção do projeto do reassentamento. Outra reflexão que nos conduz é a questão desse direito de propriedade não ser efetivo às famílias, uma vez que existe uma taxa de pagamento e condições que ainda são precárias para atender toda a comunidade, no sentido coletivo, a partir dos equipamentos sociais, viabilizados através das políticas sociais. Sendo assim, há uma tarefa histórica imposta que consiste mais uma vez na organização e mobilização comunitária para que se alcance a real efetivação dos direitos.

4. SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÃO E EMANCIPAÇÃO PELO CAMINHO

“Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente”.

(IAMAMOTO, 2008, p.161).

Inúmeros desafios permeiam a realidade cotidiana do trabalho do assistente social, dentre eles, o que expomos acima, seja a temática dos processos de reassentamento e de violação de direitos; o trabalho a partir do território da população usuária; a intersetorialidade das políticas sociais; o acompanhamento e fomento de ações coletivas de participação popular e controle social. No entanto, esses desafios são permeados por processos de avanços e de retrocessos, ou o que podemos chamar, de contradições e emancipações, que vão se materializar por meio das políticas sociais. Para tanto, não é possível fazermos uma análise linear quando tratamos de nossos processos de trabalho inseridos nas políticas sociais. É necessário sim, realizarmos uma leitura de realidade que forneça subsídios ao nosso trabalho, conciliando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa.

Frente às reflexões postas a partir do território, das políticas sociais e o do próprio acesso aos direitos sociais, consideramos necessário localizar essa temática dentro do contexto atual e dos desafios e contradições para o Serviço Social. Estamos diante de um momento histórico onde são alavancados debates que desconsideram a macroestrutura econômica-política-social nos atuais modos de vida e de cultura em que estão submetidos e inseridos os sujeitos. Identificamos também, inúmeros discursos que simplificam os problemas da vida moderna, e onde sobretudo, os próprios sujeitos são culpados por estarem localizados em determinada classe social, como, se por exemplo, a situação de ser pobre, decorresse de sua falta de vontade ou de iniciativas na vida. Além disso, há um certo sentimento de mal-estar, de desesperança, de guerra, de medo e de insegurança, que assombra as ruas e as casas dessa civilização.

Entendemos que a leitura de realidade deve ser realizada de uma forma totalizadora, articulando processos microssociais com processos macrossociais, subsidiados na história e nas contradições que lhe acercam. Destacamos isso como fundamental para o Serviço Social, em todas as dimensões do exercício profissional, no nível da execução da política social, no nível de planejamento, implementação e gestão; no nível acadêmico, no âmbito da docência, da pesquisa e da extensão; no nível de articulação com os outros segmentos da classe trabalhadora; e no nível de articulação e mobilização social.

Para isso, retomamos o pensamento descrito por Harvey (1993), quando discute a ideia de pós-modernidade, como um momento do próprio sistema e meio de produção da sociedade contemporânea, ou seja, do capitalismo, onde sua raiz permanece a mesma: exploração do trabalho assalariado para produção de mais-valia. Demonstra-se desta maneira que as relações de produção, determinadas neste contexto histórico, por esse sistema, determinam a produção social da existência dos homens e das mulheres. Essa produção social está fundada numa desigualdade: há aqueles que detêm os meios de produção, ou seja, o capital, buscando-se o lucro como resultado e a acumulação de riquezas; e há aqueles que possuem apenas a força de trabalho para ser vendida como forma de garantir sua produção e reprodução, ao receber uma determinada remuneração para que esta atenda pelo menos a manutenção de sua reprodução.

Com isso, nos ancoramos e partilhamos das ideias de Yamamoto (2008), que reafirma a não existência de uma nova questão social, mas expressões que se apresentam num contexto de acirramento do capital, do capital mundializado/globalizado. Compreende-se desta forma, que as implicações geradas por tal contexto histórico, resultam em transformações que se manifestam de diferentes formas, sobretudo em mudanças culturais, determinadas, não isoladamente, mas pelo modo em que as mercadorias passam a ser produzidas.

Aqui citamos desde o fordismo, do taylorismo, até a atual acumulação flexível pelo *just in time*¹², que são maneiras de se gerir e de administrar a produção de mercadorias, que foram ao longo do tempo se metamorfoseando e implicando nas determinações de padrões de reprodução do capitalismo. Isso resulta diretamente nas formas como se produz e se reproduz a sociabilidade capitalista, determinando culturalmente o jeito que as pessoas vivem e se relacionam.

Temos uma sociedade na qual a constituição das relações entre os sujeitos é mediada pelo capitalismo. Isso significa dizer que as relações são mediadas pela lei da concentração da terra, do capital de giro e da informatização nas mãos de uma restrita minoria (FERNANDES, 2012, p.51)

Mas é a partir dos anos de 1970, que alguns autores consideram que se instaurou uma crise do capital que realiza de forma direta rebatimentos no mundo do trabalho. Há uma mudança na base produtiva, que está ancorada sob a era da informatização.

Agora o capital financeirizado passa a comandar a totalidade do processo de acumulação por meio da integração das grandes empresas industriais com as instituições financeiras, como bancos, fundos de investimento, fundos de pensão, seguradoras etc (RAICHELIS, 2013, p.612).

Temos também o que lamamoto (2008) trabalha em sua obra “Capital fetiche”, como se dinheiro produzisse mais dinheiro, obscurecendo as origens dessa produção que está fundada na exploração do trabalho. Isso também demonstra que nesta etapa atual de financeirização capitalista, há uma intensificação da transformação do próprio conceito ontológico do trabalho, que é mediação fundamental das relações sociais e elemento estruturante da sociabilidade humana, e desta forma, faz com que seja “destituído de sua

¹² É um sistema de administração da produção que determina que as mercadorias não podem ser produzidas, transportadas ou compradas antes da hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização, para reduzir estoques e os custos decorrentes. As características estão relacionadas à *produção por demanda*, onde primeiramente vende-se o produto para depois comprar a matéria prima e posteriormente fabricá-lo ou montá-lo. No que se refere à organização industrial, foi introduzida a obsolescência programada dos produtos dada à intensidade das inovações colocadas no mercado, intensificou-se o uso de novas tecnologias de automação e ocorreu uma dispersão espacial das fábricas pelo mundo, ocasionado uma descentralização da produção. Além disso, assistiu-se também a um aumento das propagandas para fomentar o consumo (HARVEY, 1993).

função protetora para amplos segmentos da classe trabalhadora” (RAICHELIS, 2013, p.618).

Em se tratando do Brasil, um Estado que já não garantia a proteção social à reprodução da classe trabalhadora como um todo, mas sim para apenas parte desta, a crise se intensifica, e acontece o que chamamos de uma maior precarização do trabalho.

Ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania no conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social (RAICHELIS, 2013, p.617).

Essa maneira de se portar do Estado brasileiro fica nítido nas realidades das comunidades como a da Vila Dique e também nesses processos de reassentamento, onde as pessoas vivem num estágio inferior de acesso ao trabalho protegido e aos direitos de cidadania. Temos à nossa frente uma precarização do trabalho formal, onde verifica-se a insegurança e desproteção no trabalho, e novas formas de contratação da força de trabalho assalariada por meio de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto (RAICHELIS, 2013).

É importante desta forma, como *lócus* de atuação do assistente social, que tem como fim último viabilizar o acesso aos direitos sociais, poder ter clareza da contradição que representa e apresenta as políticas sociais, pois estamos diante dos rebatimentos da crise do capital no campo das políticas sociais. E no mesmo momento em que as políticas podem ter a intencionalidade de trilhar caminhos para a emancipação dos sujeitos, pode contribuir para a manutenção do *status quo*.

Para isso, as metamorfoses da política social nos dão margem para entender esse contínuo processo de transformação e nos colocar na disputa desse campo. Nossa dimensão pedagógica e coletiva da profissão nos coloca nessa arena de disputa, quando mediamos junto aos usuários reflexões e práticas emancipatórias, através dos processos coletivos.

É preciso romper com qualquer linearidade na análise das políticas sociais e dos espaços ocupacionais nos quais se inserem os

assistentes sociais e demais trabalhadores sociais considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as expressões da *questão social*, mas também desencadeiam respostas da sociedade e da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente (RAICHELIS, 2013, p. 611).

No atual cenário, sobretudo, latino-americano e brasileiro, as políticas sociais que foram criadas para concretizar direitos sociais têm mostrado limites a essa própria concretização, centradas sobretudo, em ações focalizadas, em programas ou projetos.

Historicamente, na América Latina as políticas sociais têm sido frequentemente alvo da ação/omissão dos governos, que expressam de um lado despreocupação com os interesses da grande maioria da população e, de outro a atenção, ainda que não explícita, com os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros, o que resulta em arremedos de política social (VARGAS, VICCARI e BELLINI, 2010, p. 17)

Isso impõe um recuo ao acesso integral aos direitos. São ofertados serviços por meio de programas, de âmbito governamental, e que podem a qualquer momento, deixar de existir, na medida que tal governo não esteja mais no poder. “As múltiplas manifestações da *questão social*, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”” (IAMAMOTO, 2008, p.36).

Caracteriza-se pela sua ultrafocalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades acompanhadas da adoção de práticas disciplinarizadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias a buscar as chamadas “portas de saída” na perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo (RAICHELIS, 2013, p.619).

Políticas que se dão ainda de forma não universalizadas, em que somente os pobres dos mais pobres terão um acesso mínimo. Essas são algumas das indicações que podem possibilitar a retirada das névoas que encobrem as explicações mistificadas (IAMAMOTO, 2008) e para que se possa buscar compreensões sobre o tempo presente.

As reflexões das autoras Raichelis (2013) e Iamamoto (2008), nos iluminam então para a análise a partir das entrevistas com as assistentes sociais envolvidas com o processo de reassentamento. Procuramos assim,

localizar e compreender os rebatimentos da crise do capital no mundo do trabalho, onde os assistentes sociais não estão apartados desses rebatimentos, mas como classe trabalhadora, experienciando o que discutimos nas linhas anteriores, evidenciando novas formas de organização e relações de trabalho. “[...] assistentes sociais se inserem como trabalhadores assalariados que não escapam das determinações estruturais que movem os processos de intensificação e precarização do trabalho, no contexto da crise mundial” (RAICHELIS, 2013, p.611).

Com isso, consideramos importante dizer que assim como Iamamoto (2008), nossas reflexões também se fundamentam no Projeto Ético-Político Profissional e no estatuto do assalariado, da qual fizemos parte. Tecemos nossas reflexões, evidenciando primeiramente a consciência e o pertencimento de classe, e de classe trabalhadora. Somos trabalhadores assalariados, pois dispomos da nossa força de trabalho para ser comprada pelo empregador (na sua maioria o Estado) e em troca receber nosso salário.

O desdobramento necessário dessa proposta de análise do trabalho do assistente social é tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores -, e suas lutas -, que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo do capital fetiche. Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliada à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente à *questão social* (IAMAMOTO, 2008, p.431-432).

E diante da conjuntura atual, sofremos todos com a crescente precarização do trabalho, o que nos mostrou o próprio processo de reassentamento, através de por exemplo, o PTTS, do reassentamento. Ora, o PTTS, foi elaborado por servidores municipais, inclusive por assistentes sociais, mas sua execução aconteceu por meio de processo de terceirização. Ou seja, a empresa a executar as obras foi uma empresa terceirizada por meio de licitação pública, como já foi descrito na análise do PTTS. Essa empresa construtora fez a contratação de equipe técnica para execução final do projeto.

Isso significa dizer que esse quadro de terceirizações está acometendo as políticas sociais através das parcerias público-privadas, quando o Estado delega para o privado o trabalho com as demandas das políticas sociais. Nesse caso do processo do reassentamento da vila Dique, temos uma espécie de

“quarteirização”, pois o que acontece é que a empresa que desenvolve a construção das casas passa a contratar profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, biólogos, educadores sociais, para executar tal projeto técnico social.

Então, outro problema: a terceirização do trabalho social. Aqui no DEMHAB a gente tem oito assistentes sociais [...] então quer dizer, não tem como fazer um trabalho dessa envergadura com duas... e bate na porta, é o cachorro que pega na perna [...] não tinha outra solução a não ser terceirizar. Nós tínhamos um plantão aqui no DEMHAB pra atender a população e a maioria vinha pra cá, pro plantão, mas pra chamar a população, pra fazer visitação, pra bater fotos, fazer relatórios no local, coletar dados das famílias... foi tudo um trabalho terceirizado. De 15 em 15 dias a gente fazia uma reunião com a equipe contratada pra gente fazer o planejamento e na outra reunião a gente via a estatística, pra ver como é que for, fazer um levantamento de quantas visitas e ver o resultado (Cora Carolina)

Diante dessa realidade, nos ancoramos na análise de Raichelis (2013), quando problematiza os quadros de precarização do trabalho, evidenciando que no campo da habitação social, a terceirização

[...] vem se consolidando como modelo de produção e gestão em que os assistentes sociais e o trabalho social passam a ser contratados por meio de processos licitatórios de que participam escritórios e empresas gerenciadoras, sem que, no entanto, a administração pública consiga regular e manter o controle estratégico deste processo (RAICHELIS, 2013, p.626).

Essa forma de contratação dos técnicos para a execução do PTTIS influenciou diretamente no trabalho e na organização desses trabalhadores, que diante de sua relativa autonomia, encontravam limites à participação em espaços e ações que poderiam contribuir para um melhor atendimento das famílias da comunidade. Podemos perceber tal problemática em relação aos espaços de discussão de caso, onde uma assistente social aponta essa dimensão do trabalho.

[...] Quando tinha a Dam Hebert aqui a gente conseguia fazer um trabalho muito articulado, as assistentes sociais traziam alguns casos pra nós, a gente levava na rede e discutia, só que uma questão da coordenadora que tinha na época que eu até não vou citar nome, ela podava isso, elas não podiam atuar como assistentes sociais, e sim meramente como pessoas que estavam dentro de uma comunidade fazendo um trabalho direcionado, focalizado e que não poderiam estar realmente fazendo nenhuma intervenção. Contratadas como

assistentes sociais, mas por uma questão de chefia que podava isso, então se perdeu muito, porque elas eram pessoas que estavam mais dentro da comunidade então elas traziam situações muito graves, muito complexas pra rede e a gente daí conseguia articular, fazer algumas intervenções, mas em virtude da coordenação foi podado, então eu acho que nós enquanto profissionais a gente falhou nisso, até de não levar pra instâncias maiores. (Dorothy Stang)

Este é um dado que não conseguimos evidenciar com profundidade, sobre as reais justificativas do porquê desses limites à participação do técnicos. Mas como refere a assistente social entrevistada, sua fala constata um certo enfraquecimento desse espaço, onde esses profissionais traziam muitos elementos sobre a situação das famílias, uma vez que estavam imersos no território, no trabalho com a comunidade.

Isso quer dizer que muitos entraves apresentam-se indo contra o projeto ético-político do Serviço Social, na medida que as demandas do empregador, tem uma ação que provoca a violação dos direitos dessa comunidade e que muitas vezes se o assistente posicionar-se contra, acaba sofrendo retalhações.

A gente tem uma autonomia relativa, principalmente num processo com interesses que vem atravessando, que atravessa o processo democrático, de a construção coletiva, de poder ouvir as demandas da comunidade, a atender realmente aquilo que aquelas pessoas vão apresentando, então acho que são muitos os atravessamentos políticos, partidários, econômicos. O trabalho então do assistente social, dependendo do lugar que ele está vinculado a que política, a que esfera municipal ou estadual ou federal, acaba interferindo bastante nessa autonomia. Acho que dava pra ver o quanto, a dificuldade por exemplo, das colegas se posicionarem da frente do diretor da instituição que elas trabalham. A gente como está ligado a um outra esfera e tem um distanciamento maior, talvez tivesse mais autonomia pra tentar trazer contraponto a coisas que eram apresentadas, mas ao mesmo tempo havia esse outro movimento de tentar tocar o projeto e pra isso ter uma aproximação com as lideranças que acabaram também tensionando, inclusive, contra esses assistentes sociais que tentavam trazer o contraponto, não só assistentes sociais mas outros profissionais da equipe também. Mas independente dessa dimensão, dessa autonomia a gente tem um papel fundamental, porque muitas vezes a gente vai ser o único posicionamento no sentido de esclarecer o que é realmente direito daquela pessoa quando tanta coisa está em jogo. (Margarida Alves)

A fala acima traz elementos do que chamamos da nossa relativa autonomia, que tem muita relação com o espaço sócio-ocupacional que o trabalhador está inserido. Mas Baptista (2003) sinaliza sobre a polaridade existente no trabalho do assistente social, a demanda do empregador ou a

demanda institucional e a demanda das pessoas usuárias. Essa polaridade colocaria o trabalhador perante um falso dilema.

Atender à demanda tal como ela se coloca, o que, para ele, significaria colocar-se do **lado do empregador**; ou desenvolver trabalhos em sintonia com os reclamos da **população demandatária** dos serviços, de costas para a instituição, o que caracterizaria seu posicionamento do **lado da população usuária**. Este é um falso dilema na medida em que aponta para a negação pura e simples da contradição inerente à prática profissional (BAPTISTA, 2003, p.33, grifos da autora).

Nesse sentido a autora aponta para a não dicotomização da prática profissional e para não simplificar algo que é contraditório, mas fala que o dilema não é optar por um dos lados e sim “ter a capacidade de atender as demandas que lhe são colocadas, superando as contradições” (BAPTISTA, 2003, p.33). Ou ainda, poder ressignificar essa demanda, mediando os diversos interesses envolvidos e as suas polaridades, pautado pelo nosso Projeto Ético-Político, ou seja, reconstruir o objeto da intervenção.

[...] o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia - , e com ela a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores -, o próprio caráter contraditório das relações sociais (IAMAMOTO, 2008, p.422).

Diante dessas reflexões, primeiramente é importante dizer que o trabalho assalariado também pressupõe processos de alienação, que pode desencadear um certo conformismo com as demandas e a realidade imposta. Mas a percepção do caráter contraditório das relações sociais, que são mediadas pelo modo de produção e a dinâmica da ressignificação das demandas, representam uma expressão popularmente utilizada como o “pulo do gato”. Isso significa que é um momento oportuno para a compreensão da dinâmica das relações sociais, que pressupõe a relação de trabalho, como um jeito singular para dar um novo sentido ao trabalho desenvolvido.

O Serviço Social inteirinho ficou insistindo junto aos gestores, às demais políticas, a integração. Não era assistente social, era insistente, vamos lá! (Cora Carolina).

Nesta fala evidenciamos mais uma das contribuições do Serviço Social nesse processo, que vai de encontro com nossos objetivos de pesquisa. É

importante destacar o papel do assistente social no sentido de tensionar junto aos gestores, processos de integração entre as políticas sociais. Tais processos se materializaram, segundo o Relatório Final do PTTS e segundo os dados obtidos por meio das entrevistas em espaços como as Comissões de Acompanhamento da Obra e de Acompanhamento do Projeto (CAO e CAP). Tal espaço era ocupado por lideranças da comunidade e pelos atores das políticas sociais, mas que utilizavam deste espaço quando eram convocados. Ou seja, conforme a demanda pontual da comunidade, tais políticas eram chamadas a compor o espaço e buscar respostas para as questões levantadas. Os limites no entanto, estão na não linearidade da participação de todas as políticas, de não fazer desse espaço de encontro, um espaço permanente.

Principalmente a discussão dos casos quando acontece nas redinhas. Acho que esse espaço se forma um espaço rico pra gente poder estar trocando, de poder estar realmente fazendo intervenções eficazes, porque traz o conhecimento anterior, o conhecimento atual, porque isso é muito importante, não ser ações dissociadas e sim interligadas (Dorothy Stang).

Outra ação destacada foram os espaços de discussão de casos das famílias da comunidade da Vila Dique, espaços estes denominados por “redinhas”, onde os diversos trabalhadores das políticas de educação, saúde e assistência social faziam a composição do espaço. Além de ser um momento intersetorial de discussão de casos, era um momento de partilha e socialização dos dilemas enfrentados, segundo a percepção dos trabalhadores, da comunidade nesse processo e também dos próprios trabalhadores.

Podemos considerar que estes eram espaços de intersertorialidade das políticas sociais e que foram necessários para um atendimento de mais qualidade às famílias. Mas podemos tecer reflexões que demonstram ainda uma fragilidade de espaços de articulação intersetorial, uma vez que, para o processo de reassentamento ser pensado de maneira coletiva e ampliada, sobre o todo da dinâmica, não foram citados a existência de um espaço dessa dimensão. O que temos é a execução do processo por parte do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), que coordena todos os trâmites, processos burocráticos e organiza as remoções. Acordos entre secretarias no início do

processo existiram, mas não localizamos encontros que percorressem o processo e que se centrassem na monitoria e na avaliação.

Uma outra coisa que eu vejo que o Serviço Social fez era sempre falar sobre o atravessamento político que era muito forte, então o que que a gente fez? Olha, falem conosco que a gente vai dizer a verdade, dar informações de forma mais verdadeira, digamos assim, possível. Na hora da mobilização das lideranças eles queriam ouvir coisas boas “ai quando é que nós vamos?”, “não sei” e duvido quem saiba, então mostrar os entraves do processo (Cora Carolina).

A fala acima evidencia àquilo que já trabalhamos no capítulo anterior, quando nos detemos às singularidades do processo de reassentamento da Vila Dique e dos atravessamentos ocorridos no mesmo. Mas é importante trazer presente o papel do assistente social no sentido de estar informando sobre esses entraves, de estar auxiliando a população a compreender as contradições nesse processo. No nível das **relações estruturais da sociedade**, evidentemente, nem sempre o assistente social pode ultrapassar os limites colocados pelo âmbito de sua intervenção, mas pode **desocultá-los** (BAPTISTA, 2003, p. 37, grifos da autora).

[...] no sentido de que pudessem compreender que era um direito a moradia que não era um favor, porque alguns discursos algumas vezes direcionavam para o entendimento de que seria um favor mesmo. Eu lembro de uma fala que me marcou muito: uma das primeiras audiências que teve, acho que 2006 por exemplo representantes do departamento municipal de habitação de Porto Alegre citava no microfone que as pessoas iriam ganhar as suas “casinhas” e que eu lembro de pedir a palavra e no meio da fala do diretor tentar esclarecer pra pessoas que não era ganhar e que não eram casinhas, que era um direito que elas tinham e que são casas entendeu, não se tratava de casinhas, tem que ser uma moradia digna que desse conta das necessidades deles e então desde aquele início ainda que eram as primeiras audiências, a gente tentava acompanhar depois disso a gente também se inseriu também nas comissões do projeto social que foi desenvolvido pelo departamento municipal. (Margarida Alves)

Na fala acima estamos diante de uma mediação necessária realizada por uma assistente social, quando esclarece o sentido da moradia à comunidade e que por mais que as casas não apresentem condições adequadas ou desejadas pela comunidade, nada disso seria um favor ou um “ganho”, mas sim um direito.

Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do estado, merece atenção a socialização das informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão. A socialização de informação, nos termos expostas, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação (IAMAMOTO, 2008, p.427).

Aqui a autora ressalta uma das atribuições de nosso trabalho que é a socialização das informações e que se evidencia nas duas falas acima. Está relacionada portanto sob a perspectiva do direito social e de importância ímpar nesse processo, uma vez que as pessoas da comunidade, como apareceram nos grupos focais realizados com os moradores, trouxeram este como um direito violado e que sem dúvida se apresenta como um desafio aos executores das políticas sociais, em função do mesmo ser perpassado por inúmeras informações imprecisas. Essa atribuição também diz respeito no sentido de esclarecer sobre o próprio trabalho do assistente social à população usuária.

Então a gente acaba sendo uma referência as vezes pra tentar garantir que a pessoa tenha minimamente esclarecido assim aquilo que o que está acontecendo na vida dela, na casa dela, no que está sendo proposto, que mudanças são essas, quais são os prejuízos que vão ter, o que vai ser...(Margarida Alves).

Nestas palavras acima extraídas da entrevista, identificamos o Serviço Social como referência no auxílio da comunidade poder se perceber nesse grande processo e de ter acesso às informações necessárias.

[...] ainda tem essas restrições pra poder operacionalizar os nossos princípios ético-político, por exemplo, mas o importante é caminhar nesse sentido. Até hoje a gente às vezes acaba vendo assim que as forças com quem tu tá lutando são muito grandes mesmo. Por exemplo, hoje as famílias que estão lá ainda, que tipo de recursos a gente pode contar pra tentar retomar esse processo da visibilidade para o que está acontecendo? Estar no Ministério Público, se busca esclarecer que a situação não era pra ser assim, não podia ser assim, mas ao mesmo tempo, que apoio institucional tu tem pra minimamente continuar atendendo àquelas famílias? Pensando só no que diz respeito à saúde por exemplo, institucionalmente nem pra isso tu tem apoio, então as tuas possibilidades vão se restringindo muito, mas a gente está lá ainda, tentando dar visibilidade pra isso de alguma forma. (Margarida Alves)

Podemos perceber os desafios que se colocam à materialização dos princípios do nosso Projeto Ético-Político, que gera de certa forma, sofrimento aos trabalhadores, uma vez que na operacionalização da política social, estão diante de um grave quadro de violação de direitos, como é o caso hoje e mais gritante, de parte da comunidade que ainda encontra-se no território do Dique, desassistida pelo Estado. Aqui cabe um esclarecimento em relação à política de saúde. A Unidade de Saúde que estava localizada naquele território, e vinculada ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC), fomentou e sustentou o debate e a posição no sentido de continuar atendendo o território do Dique o território do Porto Novo. No entanto, não houve respaldo institucional que sustentasse a continuidade do atendimento das famílias que ficaram no Dique. Mas há uma preocupação de dar visibilidade à realidade concreta das famílias que permanecem no território e que necessitam, por direito, de atendimento à saúde e às demais políticas sociais.

Os assistentes sociais dispõem de um manancial de denúncias sobre violação dos direitos humanos e sociais e, desde que não firam as prescrições éticas do sigilo profissional, podem ser difundidas e repassadas aos órgãos de representação e meios de comunicação, atribuindo-lhes visibilidade pública na esfera dos direitos (IAMAMOTO, 2008, p. 427).

Na reflexão da autora, visualizamos um princípio ético que vai de encontro à realidade desse reassentamento que viola os direitos humanos e que nos coloca como um desafio a ser enfrentado e que podemos perceber que as trabalhadoras entrevistadas nos apontam para esse sentido, que é o de dar visibilidade à situação que a comunidade se encontra.

A gente tentou mobilizá-los o tempo inteiro, que eles tinham que se mobilizar, que eles tinham que exigir, que eles tinham que insistir, que tinham que solicitar, só que cansa, as pessoas vão em uma, vão duas, vão três e depois não flui, eles também tem que ganhar dinheiro, eles também tem que comer (Cora Carolina).

Para tanto, percorremos uma outra atribuição que nos cabe, identificada na fala acima, no que se refere ao fomento da participação popular e da inserção nos espaços de controle social. Para isso, recorreremos aos ensinamentos de Paulo Freire, quando nos recomenda o “estar junto” da comunidade. Isso quer dizer poder tecer processos de educação popular que

não ensinam ou não são diretivos no sentido de dizer o que o outro deve fazer, mas no sentido de fazer junto, de estar nos espaços de participação popular e controle social junto com a comunidade. Isso se coloca como mais um desafio à dimensão coletiva da profissão nos mostrando uma concepção não diretiva do que fazer, mas que experiencia com a comunidade.

Por que será que o Serviço Social se preocupa com isso? Porque é qualidade de vida, porque é acesso aos equipamentos comunitários. O que é o importante que o Serviço Social pensa? Acesso à cidade e não só à moradia entre quatro paredes. Acesso a todos os serviços que a cidade oferece (Cora Carolina).

Identificamos na fala acima uma concepção ampliada do direito, no caso em questão do direito à cidade. Nesta entrevista a trabalhadora destaca a preocupação com os equipamentos sociais que não acompanharam integralmente a comunidade nesse processo de reassentamento. Isso traz um rebatimento direto no acesso, ou no não acesso aos direitos sociais de forma ampliada, que não considera apenas o acesso da comunidade à moradia, estrutura física, mas de tudo o que está implicado com a habitação: saneamento, educação, saúde, etc.

[...] esforços contra-hegemônicos dessas tendências, expressos nas ações dos movimentos sociais e profissionais comprometidos na luta pelo direito à moradia, em investir permanentemente no questionamento sobre a intencionalidade dos direitos, em especial dos direitos a serem promovidos por setores estratégicos para a sustentação econômica e ideopolítica do capital, tais como aqueles que integram a construção civil, o setor financeiro e os demais agentes envolvidos com processos de mercantilização e especulação imobiliários, incluindo-se aí, claramente o próprio Estado (PEREIRA, 2012, p.387).

Nesta citação de Pereira (2012), poderíamos nos referir também não apenas ao direito à moradia, mas ao direito à cidade, de forma mais ampla, e de todos os direitos a que temos direito. Em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, estabelecemos um compromisso de trabalho para a garantia efetiva dos direitos, na perspectiva da ampliação da cidadania, articulado com um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que “assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL, 1988).

Podemos então visualizar a materialização de nosso Projeto Ético-Político Profissional na contramão da história, pois ao relacionarmos a problemática dos processos de reassentamento e a intersectorialidade das políticas sociais com a práxis profissional do assistente social, trazemos alguns princípios inscritos em nosso Código de Ética Profissional, como a “defesa intransigente dos direitos humanos”, a “ampliação e consolidação da cidadania” e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2011). Esses princípios reafirmam o caráter de concreticidade a que se pauta o Projeto Ético-Político profissional, comprometido com a classe trabalhadora. E estando o assistente social, num locus de atuação intrinsecamente ligado e atuante no âmbito das políticas sociais, consideramos que a intersectorialidade seja um caminho concreto para o almejo desses princípios ora inscritos.

Nosso projeto, assim está comprometido com projetos de classe, ou seja, com a classe trabalhadora.

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas, etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade. (NETTO, 2008, p. 143).

Nessa perspectiva, o assistente social assume também o compromisso com a transformação desta realidade, que inicia sua construção a partir do Movimento de Reconceituação, o qual tem sua origem, a partir da década de 1960/70. No Brasil, assumindo posteriormente a perspectiva da teoria social crítica da tradição marxista. Sobre isso Netto (2008) aponta

As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. (NETTO, 2008, p. 151).

Articulado a esse lugar de atuação, os assistentes sociais acabaram voltando seus esforços para a implementação das políticas, como “executores

terminais das políticas sociais”, conforme definiu Netto (2005). No entanto, e conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 2011) traz como competência do Assistente Social “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”. Considerando, ainda o exposto no Código de Ética Profissional, constitui-se como direito do assistente social a “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (BRASIL, 2011).

Demonstra-se, através disso, subsídios para o rompimento com as características que a profissão adquiriu, no início de sua história, de ser aquele trabalhador que atuava apenas no processo de execução terminal das políticas e programas assistenciais. Através do planejamento, gestão e implementação das políticas sociais, o assistente social, além de executar sua competência e seu direito, tem a possibilidade de contribuir para a materialização da proteção social, subsidiada pela articulação das políticas sociais. Assim sendo, os profissionais são desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.

Assim, além de ser papel do assistente social esse fazer articulado, torna-se tarefa de todos os atores sociais o desafio de superar o fazer fragmentado, em busca de um fazer intersetorial, para que se possa promover garantir a efetivação de direitos. Isso não tem um fim em si mesmo, mas evidencia a construção de um novo projeto societário.

Até porque o desafio de romper com a fragmentação deve ser encarado na sua gênese. Nos ancoramos para isso nas palavras de Tonet (2000) quando fala do enfrentamento da fragmentação por meio da interdisciplinaridade e outros conceitos afins. O autor afirma que isso não faz o enfrentamento das origens que ocasionaram essa fragmentação e que está atrelado ao modo como se organiza a sociedade.

Tudo isso, evidencia mais uma consideração a respeito do nosso trabalho do assistente social: trabalhamos dentro da perspectiva da emancipação política, na garantia de direitos por meio da proteção social, com destaque para o trabalho intersetorial para que possamos atingir o nosso “fim”. No entanto, nosso trabalho não é revolucionário, no sentido da emancipação humana de estar rompendo com a sociedade de classes. Dentro do capitalismo

procuramos melhores condições de vida e de acesso aos serviços básicos e essenciais.

O trabalho profissional na perspectiva do projeto ético-político exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia relativa, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2013, p.631).

No entanto no processo de reassentamento, até mesmo os direitos mais básicos e fundamentais são violados e por isso é tão desafiador o trabalho nesse processo, rumo à garantia de direitos. Para alguns enfrentamentos são visualizados e apontados como alternativas a ênfase à dimensão política-coletiva da profissão, quando fomenta e fortalece os espaços coletivos de participação popular e controle social.

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos (IAMAMOTO, 2008, p.207).

Aqui, ancorados nas reflexões da autora, identificamos alguns desafios profissionais que podem contribuir para uma real efetivação de direitos, subsidiado em práticas emancipatórias, que dizem respeito ao lugar que ocupa o assistente social diante das políticas sociais. Nos é lançado o desafio para além da execução terminal da política, que consiste na formulação e gestão das mesmas. Aliado a isso, somos cada vez mais convocados a estarmos nos espaços de controle social, verdadeiro eixo de atuação profissional, quando diz respeito à dimensão coletiva da profissão.

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2008, p.421).

Para finalizar, resgatamos o que trouxemos nos primeiros parágrafos deste capítulo, quando falávamos da crise do capital e dos rebatimentos no mundo do trabalho, reafirmando o nosso caráter de classe, que além da própria consciência de classe, materialmente somos parte deste conjunto: classe trabalhadora. E ingressando em instituições e nas diversas esferas do Estado, somos desafiados a estarmos implicados em movimentos de articulação dos trabalhadores, uma vez, que não nos emancipamos sozinhos, mas a emancipação consiste num desafio de classe, de caráter coletivo e com participação ativa. Só assim estaremos em sintonia e em afirmação de nosso Projeto Ético-Político.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROVISÓRIAS

*“Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição”.*

Geraldo Vandré

Quando chegamos nesse ponto de chegada, que também é de partida, retomamos àquilo que deu título ao trabalho “um dique no meio do caminho”. Um dique no meio do caminho significa dizer, que para a expansão do capital, materializado na ampliação da pista do aeroporto em decorrência dos megaeventos e do processo de higienização social, essa porção de terra, deveria ser “estourada”, rompida, destruída. Um Dique que serviu para proteger o aeroporto das águas do rio Gravataí, também foi terreno para a construção da vida de mais de 1500 famílias. Foi caminho de luta e conquista por direitos, através da organização da comunidade, mas também foi lugar de violação de direitos. Como vimos, a categoria contradição, permeando a vida.

Percebemos que tal processo, em sua gênese, já instaura um quadro de violação de direitos e torna-se muito complexo a intersectorialidade das políticas sociais, amenizaram tal quadro, o que não significa dizer, que tal processo é necessário, haja vista que discutimos ao decorrer do trabalho, a intersectorialidade como caminho à emancipação política. A intersectorialidade coloca-se então, como uma pista, uma opção pedagógica e operacional para viabilizar direitos, ainda mais em processos de reassentamento. Isso não quer dizer, concordar de forma alguma com tais processos. Mas apontar a intersectorialidade como um caminho de resistência; e diante do quadro instaurado, acerca de processos de reassentamento, assegurar de forma mais efetiva, os direitos dessa população.

Um dos entraves para a intersectorialidade ser efetivada, parece ser o próprio conceito ampliado de cada uma das políticas sociais. Partimos do exemplo da saúde, que ao longo da história possui um debate exaustivo sobre seu conceito ampliado. Com a garantia constitucional do entendimento de saúde como um direito social (BRASIL, 1988), esta passou a ser compreendida

na perspectiva de um conceito ampliado, não correspondendo mais apenas a ausência de doença. Na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, no auge do movimento de reforma sanitária, a saúde seria entendida, como resultado dentre outras coisas, de condições de alimentação, moradia, educação, lazer, transporte e emprego, e das formas de organização social de produção.

Assim sendo, a operacionalização da política de saúde nos convoca para esse fazer articulado e integrado com as demais políticas sociais. Isso não quer dizer que os profissionais das outras políticas também não as operem nesse sentido articulado, mas pressupõem-se que esse é um debate que se faz necessário fazer em todas as políticas sociais. Para tanto identificamos ser a integralidade um princípio que deveria guiar as ações de todas as políticas sociais, são somente a saúde por exemplo, para que desta forma, possa-se atingir a intersetorialidade.

A intersetorialidade se constrói e se efetiva na interação e na integração das diversas políticas sociais e na situação em tela o sentido de integralidade é subvertido pela lógica do mercado. Temos uma lógica fragmentada que transforma cada política social numa parte dessa integralidade. Um exemplo simples é que na política de saúde são os exames, a terapia, na política de assistência social é a renda, na política de habitação é a casa. Há uma fragilidade de perceber as políticas de forma ampliadas, como por exemplo o exausto debate criado pela política de saúde.

Com essa fragilidade na construção de ações intersetoriais esvai-se possibilidade de ações mais orgânicas, sequenciais, articuladas, valendo as vontades, as individualidades. Poderíamos sugerir assim, o princípio da “gradualidade”, ações que poderiam ir se construindo paulatinamente.

A política social tem sentido quando responde às demandas da população e não passa em “paralelo”, “ao lado” dessas demandas. A participação para ser estimulada deve envolver desde processos de comunicação e informação que potencializariam a mobilização social.

Outra questão que trazemos é o que Koga (2011), problematiza a respeito do território fazer parte do processo de planejamento e implementação das políticas sociais, para que as diferenças e peculiaridades sejam consideradas e para que as reais necessidades dos sujeitos sejam analisadas

e trabalhadas. Isso coloca-se como uma alternativa também no que diz respeito a esses processos de remoção e reassentamento de comunidades, principalmente diante do que emergiu a partir de nossas análises, onde o território e a vida que é tecida ali apareceu de forma tão significativa nas falas dos sujeitos. Se os territórios mais próximos da vida dos sujeitos fossem considerados, estaríamos diante, conseqüentemente, de uma política social mais real e mais próxima da vida das pessoas.

Da mesma forma, aparece uma preocupação em relação ao histórico trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, quando atuava na perspectiva de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. O que se sugere não é uma volta a essas antigas práticas, mas sim, o planejamento das ações a partir das necessidades reais dos sujeitos, a partir da realidade das comunidades que sofrem todo um processo de exclusão territorial no que diz respeito ao centro das grandes cidades e da própria noção de direito à cidade.

Diante da problematização de Koga (2011), percebem-se lacunas quanto à escuta e ao estudo da realidade da comunidade da Vila Dique e seu território, que reflete-se em todo o processo de reassentamento, principalmente no que diz respeito ao trabalho exercido pelos moradores da comunidade, que em sua maioria trabalha com reciclagem. O novo destino desta comunidade não permite de forma legítima que os moradores trabalhem com reciclagem. Isso também permite criar um certo estigma com essa atividade, com este tipo de trabalho, já que a equipe técnica do reassentamento, na figura do DEMHAB não permite que essa atividade seja exercida. Ora, os moradores trazem essa atividade como muito digna e útil para a sociedade, observa-se na fala que os recicladores são verdadeiros soldados da ecologia, pois realizam um trabalho essencial para a sociedade, que inclusive a própria prefeitura não dá conta.

Identificamos o Serviço Social como mediador entre a população e as políticas sociais, caracterizando-se também como um articulador e potencializador de ações intersetoriais. Um(a) protagonista de questionamentos e de fomentos às ações que garantiram um mínimo de acesso aos direitos e um papel importante na articulação da comunidade para que a mesma pudesse efetivar processos de organização e de retomada de seus serviços.

[...] os trabalhadores podem resistir aos processos de intensificação mediante sua capacidade de organização e luta coletiva; e considerando também os padrões de intensidade construídos através do tempo e assumidos como referência para os trabalhadores e suas organizações representativas para fundamentar sua pauta de reivindicações (RAICHELIS, 2013, p. 623).

A partir desta citação de Raichelis, é importante reafirmarmos uma pauta de articulação e organização comunitária, a nível desse processo de reassentamento da Vila Dique, como também no processo de organização e articulação profissional, que deve estar integrado às pautas de reivindicações de toda a classe trabalhadora, porque aqui queremos reforçar o nosso pertencimento ao estatuto do assalariado e a consciência de classe, no sentido de romper com a fragmentação das lutas.

O processo de organização e articulação da comunidade, faz parte do processo histórico da mesma. No entanto, nesses tempos contemporâneos e contraditórios, onde se percebe uma fragilização dos movimentos sociais e das próprias articulações das comunidades em associações de moradores, por exemplo, a comunidade da Vila Dique não ficou ileso a tudo isso e também passou e passa por uma fragilização na sua organização e articulação. Porém, os moradores reconhecem e apontam essa necessidade de reorganização. É nesse momento que podemos buscar inspiração também em nossa história de luta pela terra e dos movimentos sociais. Os movimentos de resistência sempre estiveram presentes em nossa história e recorreremos à figura indígena de Sepé Tiaraju, grande mártir e defensor de seu povo. Sepé que era cacique fez um trabalho de liderança em sua comunidade, que chegou a experimentar, segundo alguns estudiosos, apesar de toda a catequização por parte dos jesuítas, a república comunista cristã (LUGON, 1977).

Faz-se, dessa forma, importante resgatar tais processos de resistência já organizados pelo povo que sofreu diversos tipos de opressão e exploração. É nesse momento histórico que alternativas devem ser pensadas e implementadas, não deixando cair por terra toda a onda de manifestações que eclodiram em junho de 2013 por todo o Brasil. No entanto, essas alternativas devem ser construídas pelos moradores da comunidade.

Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida

essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão” [...] Quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo sua “missão histórica”, é então que faltam o “sujeito” e o “objeto” (LEFEBVRE, 2001, p.113).

Há um processo de educação popular que pode ser realizado, para que essas pessoas possam ser protagonistas de sua própria organização. O nosso compromisso ético está justamente no acompanhamento e assessoria nesses processos, tanto como profissional assistente social, como profissionais inseridos nas universidades. É justo e necessário que haja esses momentos de encontro e trabalho conjunto – comunidade e universidade.

Contrários à proposta da Prefeitura, a comunidade e a Associação de Moradores elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), que apresenta alternativas à remoção, mostrando ser possível a permanência da população e a urbanização da comunidade, além de sua integração à cidade. O plano foi assessorado por técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (Nephu/UFF). O PPVA prevê a realocação de pessoas que moram em situação de vulnerabilidade dentro da própria comunidade, e também a regularização de unidades habitacionais sem documentação. Constam ainda do plano propostas de saneamento básico, transporte, lazer, cultura e acesso aos serviços. O custo seria de R\$ 13,5 milhões, contra o investimento da prefeitura, de R\$ 105 milhões, estima a cartilha do plano (MOROSINI, 2013).

Isso demonstra a necessidade da universidade estar mais próxima à realidade das comunidades e de realizar parcerias de trabalho, como o exemplo da UFRJ, UFF e a comunidade da Vila Autódromo.

Outras duas alternativas apontadas são: a aproximação e a nucleação de um comitê popular da copa do mundo no território da Vila Dique. São muitas as experiências de comitês populares pelo Brasil, com experiências muito exitosas de conquista de direitos das comunidades e de processos de resistência quanto às remoções. E a segunda, a articulação com a ONG Acesso – Cidadania e Direitos Humanos (Porto Alegre/RS), que trabalha com

assessoria jurídica popular, coordenada por Alfonsin, que subsidiou reflexões em nosso trabalho, e tem um histórico de militância e assessoria jurídica aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Acreditamos que seja por meio destas vias, que a comunidade poderá trabalhar para incidir em seu destino, já que nas falas apareceu muito o projeto de uma possível urbanização da Vila Dique. Neste sentido é interessante que ações graduais sejam realizadas, ações que poderiam ir se construindo paulatinamente. Colocamos assim os enfrentamentos possíveis através de redes efetivas de integração entre as políticas sociais, gerenciadas pelos gestores, trabalhadores e usuários, tendo como horizonte a concretude dos princípios da integralidade. Essas redes poderiam ser operacionalizadas por meio de rodas de conversa ou ainda a criação de espaços de controle social, na perspectiva da configuração dos conselhos de direitos de forma paritária: gestores, trabalhadores e usuários que pudessem realizar proposta e incidir na operacionalização nas políticas sociais no que tange ao processo de reassentamento.

Espaços de promoção de uma “cidadania ativa” (BENEVIDES, 1991), a qual concebe que o mundo é um espaço de expressão e vivência de direitos e responsabilidades construídos coletivamente.

No que tange em relação ao trabalho, acreditamos que este seja um importante nó crítico e que muito debate político intersetorial e comunitário deva acontecer, para que se possa romper com essas dificuldades cotidianas apresentadas pelo processo de reassentamento e que se possa emergir alternativas coletivas.

Ao chegarmos ao fim provisório deste caminho, nos despedimos neste ponto de chegada, mas que é também de partida, trazendo em nossa estrada trilhada nosso profundo respeito e admiração pela gente guerreira da comunidade da Vila Dique – Porto Novo. Pelos trabalhadores e trabalhadoras que estiveram junto no acompanhamento de seus usuários nesse processo, tentando garantir seus direitos. Chegamos aqui encharcados de contradição e de esperança de que ainda é possível construirmos pequenas convulsões revolucionárias na construção do “Outro Mundo Possível”, da “Terra Sem

Males”, da Civilização do Amor”, na superação da sociedade de classes. Nesse embalo, nos despedimos com a música “Encontros e despedidas”.

*“Mande notícias
Do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço
Venha me apertar
Tô chegando...
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero...
Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também de despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida”.*

Milton Nascimento e Fernando Brant

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Jacques Távora. **Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa por assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade.** - 1. Ed. – Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

AMORIM, A.A. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In BOSCHETTI ET all. **Capitalismo em crise: Política Social e Direitos.** São Paulo: Cortez Ed., 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. Sumário Executivo. DOSSIÊ: **Megaeventos e violações de Direitos Humanos no Brasil.** Junho de 2012. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=396&Itemid=294. Acesso em set de 2013.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras Editora – CMHTS, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2)

BENEVIDES, M.V. **A cidadania ativa.** São Paulo: Ática, 1991.

BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e Espiritualidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. **Edição Pastoral.** São Paulo: Paulus, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, 20 set. 1990.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 196 de 10 de Outubro de 1996.** Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. Acesso em junho de 2012.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 De Regulamentação da Profissão.** 9. ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS:** construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social, **2005**. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/arquivos/Norma%2520Operacional%2520Basica%2520do%2520Suas.pdf/download+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em out de 2013.

_____. Política Nacional de Atenção Básica. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Disponível em:**

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em set de 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social – COTS.** CEF/SUDES/GEPAD, 2009. Disponível em <<http://www.unmp.org.br>>. Acesso em nov de 2011.

CASA DA JUVENTUDE. **Campanha contra a violência e o extermínio de jovens,** 2013. Disponível em: <<http://www.casadajuventude.org.br/>>. Acesso em out de 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELLA NOCE, Luiz Gustavo. **O Reassentamento com promotor de capital social em políticas públicas urbanas:** Uma análise da ação estatal em três estudos de caso. Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-12032010-1347/fr.php>. Acesso em junho de 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/searchController.do?hidArtigo=FDD84B3EACE817C234D5710637DA2ECD>> Acesso em out de 2013.

FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; MENDES, Rosilda. Org. **Promoção da Saúde e Gestão Local.** São Paulo: Editora Hucitec Cepedoc Cidades Saudáveis, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

HAESBAERT, Rogério. Os sentidos do território e da territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. (org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objeto.** São Paulo: Letras & Letras, 1996.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFEBVRE, Henri, 1905 – **A cidade do capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPPO, Humberto. FERNANDES, Idília. SCHNEIDER, Laino Alberto. TESKE, Ottmar. FAGUNDES, Santos. **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças.** Canoas: Ed. ULBRA, 2012.

LUGON, Clóvis. **A República Comunista Cristã dos Guaranis.** – São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade visto do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução Maria Lucia Como. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. – (Coleção Leitura)

_____. **A ideologia alemã.** Tradução de Álvaro Pina. – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos: I, II e III.** Tradução Artur Morão. Lisboa – PORTUGAL: Edições 70, 1964.

_____. **Para a questão judaica.** Tradução José Barata-Moura. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital:** crítica da economia política – Livro I. Tradução Reginaldo Sant’Anna. – 27 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MESQUITA, Zilá. Do Território à Consciência Territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do Cotidiano:** uma introdução e novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz: UFRGS/UNISC, 1995. p.76-92

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** ed. 12 São Paulo: HUCITEC, 2010.

MONKEN, Maurício e BARCELLOS, Christovam. O Território na Promoção e Vigilância em Saúde. In: **O território e o processo saúde-doença.** Rio de Janeiro, EPSJV/Fiocruz, 2007(pp. 177-224).

MOROSINI, Liseane. A população em segundo plano. In **Revista RADIS** nº 129. ENSP/FIOCRUZ, RJ. Jun 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete...[et AL.], (orgs). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. – 3.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

_____. Crise do capital e consequências societária. In **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 111. São Paulo: Cortez Ed.; julho a dezembro de 2012.

_____. Prólogo à edição brasileira. In: **Para a questão judaica.** Tradução José Barata-Moura. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Potyara Amozoneida Pereira. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Porque continuo contra as políticas sociais focalizadas:** Réplica à recente matéria sobre o Programa Bolsa Família veiculada pelas Organizações Globo. NEPPS/CEAM/UnB Grupo de Estudos POLITIZA - PPGPS/SER/IH/UnB. Brasília, 19 de junho de 2012a.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. In **Revista eletrônica Textos e Contextos (Porto Alegre)**, v.11, n. 2, p. 376-389, ago./dez. 2012.

PORTAL POPULAR DA COPA - <http://www.portalpopulardacopa.org.br/> - 2013.

PRATES, J. C. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: Temporalis. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS n. 9, ano V, jan/jun 2005 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortez. n.116, p.602, out./dez. 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. – 5.ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2000 – (Coleção espaços).

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: JIMENEZ, Susana et al. (orgs.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. Educação e formação humana. Artigo. IN: JIMENEZ, Susana e outros (orgs.). **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, V.V. **Sobre participação popular: uma questão de perspectiva**. Caderno de Saúde Pública, RJ, v.14, 1998.

VARGAS, Tatiane Moreira de. VICCARI, Eunice Maria. BELLINI, Maria Isabel Barros. O “isso” e o “aquilo” das políticas sociais brasileiras. In: **Sociedade em Debate**. Pelotas, 16(2): 15-41, jul.-dez./2010.

VIAL, Sandra Regina Martini. **O Direito à terra como terra do direito: um estudo de caso do assentamento Lagoa do Junco – Tapes (RS)**/ Sandra

Regina Martini Vial e Cristina Lazzarotto Fortes. – Porto Alegre: Evangraf, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido – Assistentes Sociais das políticas de saúde, assistência social e habitação.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Assistentes Sociais das políticas de saúde, assistência social e habitação.

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa "A intersetorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento – o caso da Vila Dique. Meu nome é Tiana Brum de Jesus, sou Pesquisadora/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social. Você pode escolher se quer participar ou não. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada(o) ou preocupada(o) e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

Justificativa e objetivos: Neste estudo pretendemos analisar a intersetorialidade entre as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos daquela comunidade. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas sociais na garantia de direitos de comunidades em processos de reassentamento.

Procedimentos: Para realizar este estudo estamos entrevistando assistentes sociais das políticas sociais de saúde (Grupo Hospitalar Conceição), habitação (DEM HAB) e assistência social (FASC) e moradores da Vila Dique (reassentados e não reassentados). A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas individualmente, que terá duração de aproximadamente de 30 minutos a 1 hora. As entrevistas ocorrerão no seu próprio serviço, em local onde seja resguardada sua privacidade. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 325, e será destruído após 05 anos.

Riscos e desconfortos: A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas sociais, principalmente no que diz respeito à reassentamentos de comunidades e na perspectiva do acesso aos direitos da população envolvida. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

Garantia de respostas a qualquer pergunta: Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Tiana Brum de Jesus, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini. Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini (Orientadora da pesquisa) e Tiana Brum de Jesus (Mestranda pesquisadora), através dos telefones (51) 8188 3064 e (51) 3353 4115. Através do endereço Avenida Ipiranga, 6681 – Partenon – Porto Alegre/RS, Prédio 15, 3º andar, Sala 325 (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social). Através dos e-mails tianatbj@hotmail.com e maria.bellini@pucrs.br. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Coordenador-geral do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC, sr. Daniel Demétrio Faustino da Silva, através do telefone (51) 3357 2000.

Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si: A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará no seu atendimento institucional. Até mesmo se disser "sim" agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Garantia de privacidade: Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

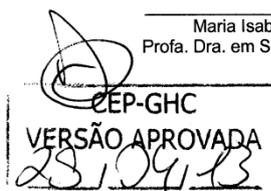
Consentimento: Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do participante na pesquisa

Tiana Brum de Jesus
Assistente Social – Mestranda Pesquisadora

Maria Isabel Barros Bellini
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora



Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido – Moradores da Vila Dique (não reassentados)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Moradores da Vila Dique (não reassentados)

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa "A intersectorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento – o caso da Vila Dique. Meu nome é Tiana Brum de Jesus, sou Pesquisadora/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social. Você pode escolher se quer participar ou não. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada(o) ou preocupada(o) e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

Justificativa e objetivos: Neste estudo pretendemos analisar a intersectorialidade entre as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos daquela comunidade. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas sociais na garantia de direitos de comunidades em processos de reassentamento.

Procedimentos: Para realizar este estudo estamos entrevistando assistentes sociais das políticas sociais de saúde (Grupo Hospitalar Conceição), habitação (DEMHAB) e assistência social (FASC) e moradores da Vila Dique (reassentados e não reassentados). A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas em grupo focal que terá duração de aproximadamente 1 a 2 horas. As entrevistas ocorrerão na comunidade, próximo à sua casa, em local onde seja resguardada sua privacidade. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 325, e será destruído após 05 anos.

Riscos e desconfortos: A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas sociais, principalmente no que diz respeito à reassentamentos de comunidades e na perspectiva do acesso aos direitos da população envolvida. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

Garantia de respostas a qualquer pergunta: Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Tiana Brum de Jesus, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini. Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini (Orientadora da pesquisa) e Tiana Brum de Jesus (Mestranda pesquisadora), através dos telefones (51) 8188 3064 e (51) 3353 4115. Através do endereço Avenida Ipiranga, 6681 – Partenon – Porto Alegre/RS, Prédio 15, 3º andar, Sala 325 (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social). Através dos e-mails tianatbj@hotmail.com e maria.bellini@pucrs.br. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Coordenador-geral do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC, sr. Daniel Demétrio Faustino da Silva, através do telefone (51) 3357 2000.

Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si: A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará no seu atendimento institucional. Até mesmo se disser "sim" agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Garantia de privacidade: Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

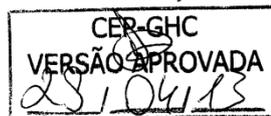
Consentimento: Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do participante na pesquisa

Tiana Brum de Jesus
Assistente Social – Mestranda Pesquisadora

Maria Isabel Barros Bellini
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora



Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido – Moradores da Vila Dique/Porto Novo já reassentados

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Moradores da Vila Dique/Porto Novo já reassentados

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa "A intersetorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento – o caso da Vila Dique. Meu nome é Tiana Brum de Jesus, sou Pesquisadora/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social. Você pode escolher se quer participar ou não. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada(o) ou preocupada(o) e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

Justificativa e objetivos: Neste estudo pretendemos analisar a intersetorialidade entre as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos daquela comunidade. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas sociais na garantia de direitos de comunidades em processos de reassentamento.

Procedimentos: Para realizar este estudo estamos entrevistando assistentes sociais das políticas sociais de saúde (Grupo Hospitalar Conceição), habitação (DEM HAB) e assistência social (FASC) e moradores da Vila Dique (reassentados e não reassentados). A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas em grupo focal que terá duração de aproximadamente 1 a 2 horas. As entrevistas ocorrerão na comunidade, próximo à sua casa, em local onde seja resguardada sua privacidade. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 325, e será destruído após 05 anos.

Riscos e desconfortos: A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas sociais, principalmente no que diz respeito à reassentamentos de comunidades e na perspectiva do acesso aos direitos da população envolvida. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

Garantia de respostas a qualquer pergunta: Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Tiana Brum de Jesus, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini. Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini (Orientadora da pesquisa) e Tiana Brum de Jesus (Mestranda pesquisadora), através dos telefones (51) 8188 3064 e (51) 3353 4115. Através do endereço Avenida Ipiranga, 6681 – Partenon – Porto Alegre/RS, Prédio 15, 3º andar, Sala 325 (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da Faculdade de Serviço Social). Através dos e-mails tianatbj@hotmail.com e maria.bellini@pucrs.br. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Coordenador-geral do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC, sr. Daniel Demétrio Faustino da Silva, através do telefone (51) 3357 2000.

Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si: A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará no seu atendimento institucional. Até mesmo se disser "sim" agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Garantia de privacidade: Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

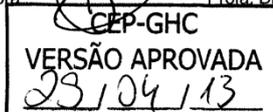
Consentimento: Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do participante na pesquisa

Tiana Brum de Jesus
Assistente Social – Mestranda Pesquisadora

Maria Isabel Barros Bellini
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora



Apêndice D – Roteiro de tópicos guia para as entrevistas com assistentes sociais das políticas de saúde, assistência social e habitação.

**ROTEIRO DE TÓPICOS GUIA PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
COM ASSISTENTES SOCIAIS (POLÍTICAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA
SOCIAL E HABITAÇÃO)**

- 1) Percepções dos assistentes sociais sobre o processo de reassentamento;
- 2) Responsabilidades e participação no processo;
- 3) Percepções sobre o acesso da comunidade aos serviços;
- 4) Identificação de ações intersetoriais;
- 5) Como são tomadas as decisões, critérios ou prioridades em relação às ações do reassentamento;
- 6) Que contribuições do Serviço Social identificam nesse processo.

Apêndice E – Roteiro de tópicos guia para grupo focal com moradores da Vila Dique não reassentados.

MORADORES DA VILA DIQUE NÃO-REASSENTADOS

- a) Local de origem e tempo de moradia na Vila Dique;
- b) Descrição do território, como é morar na Dique;
- c) Atividades desenvolvidas em relação ao trabalho;
- d) Acesso aos serviços: educação, saúde, assistência social, habitação, lazer;
- e) Por que a remoção e o reassentamento/justificativas...;
- f) Como está sendo o processo de remoção e reassentamento;
- g) Previsão de quando serão reassentados e perspectiva de trabalho no novo território.

Apêndice F – Roteiro de tópicos guia para grupo focal com moradores da Vila Dique/Porto Novo já reassentados

MORADORES JÁ REASSENTADOS (PORTO NOVO)

- a) Local de origem e tempo de moradia na Vila Dique;
- b) Descrição do território, como é morar na Dique e como é morar no Porto Novo;
- c) Atividades desenvolvidas em relação ao trabalho – na Dique e no Porto Novo;
- d) Acesso aos serviços: educação, saúde, assistência social, habitação, lazer - na Dique e no Porto Novo;
- e) Por que a remoção e o reassentamento/justificativas...;
- f) Há quanto tempo estão reassentados;
- g) Como está sendo o processo de remoção e reassentamento;

Apêndice G – Roteiro de análise documental

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

SÃO 2 TIPOS DE DOCUMENTOS: PROJETO TÉCNICO SOCIAL E ATAS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA OBRA E DO PROJETO (CAP/CAO)

PROJETO TÉCNICO SOCIAL DO REASSENTAMENTO

1) IDENTIFICAÇÃO

- a) Elaboração do documento
- b) Coordenação
- c) Equipe

2) PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

- a) Justificativa
- b) Objetivos
- c) Referencial

3) METODOLOGIA

- a) Ações desenvolvidas
- b) Articulação intersetorial
- c) Políticas sociais envolvidas
- d) Monitoramento e avaliação
- e) Participação da comunidade
- f) Contribuições do Serviço Social

ATAS DA CAP/CAO

1) IDENTIFICAÇÃO

- a) O que é
- b) Quem participa
- c) Coordenação
- d) Justificativa

2) METODOLOGIA

- a) Ações deliberadas e desenvolvidas
- b) Articulação intersetorial
- c) Políticas sociais envolvidas
- d) Monitoramento e avaliação
- e) Participação da comunidade

Apêndice H – Participação nos grupos focais

Moradores (reassentados e não-reassentados)

Codinome Ideias de nomes bíblicos	Idade	Sexo	Local de origem	Tempo de moradia na Vila Dique	Há quanto tempo está reassentado no Porto Novo	Trabalho
Noa	19	Feminino	Porto Alegre – Vila Dique	19	----	Agente Comunitária de Saúde
Aarão	50	Masculino	Porto Alegre – Avenida Farrapos	34	----	Catador de materiais recicláveis/ dono de um Galpão de Reciclagem
Sefra	42	Feminino	Porto Alegre	36	----	Dona de casa
Tersa	42	Feminino	Iraí	23	----	Armazém
Jetro	50	Masculino	Lagoa Vermelha	13	1 ano	Agente Comunitário de Saúde
Levi	61	Feminino	Santa Catarina (interior)	Mais ou menos 40 anos	3 anos	Clube de mães e atelier
Débora	40	Feminino	Porto Xavier	23	3 anos	Dona de casa

Sistematização da pesquisadora.

ANEXOS

Anexo A - Autorização Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 19 de setembro de 2012

Encaminho o projeto de pesquisa sob o nº 17/2012 "A **INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM PROCESSOS DE REASSENTAMENTO – O CASO DA VILA DIQUE**" da mestrandia **Tiana Brum de Jesus** que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

Sim

Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

Aprovado

Com pendências – anexar parecer

Não aprovado – anexar parecer

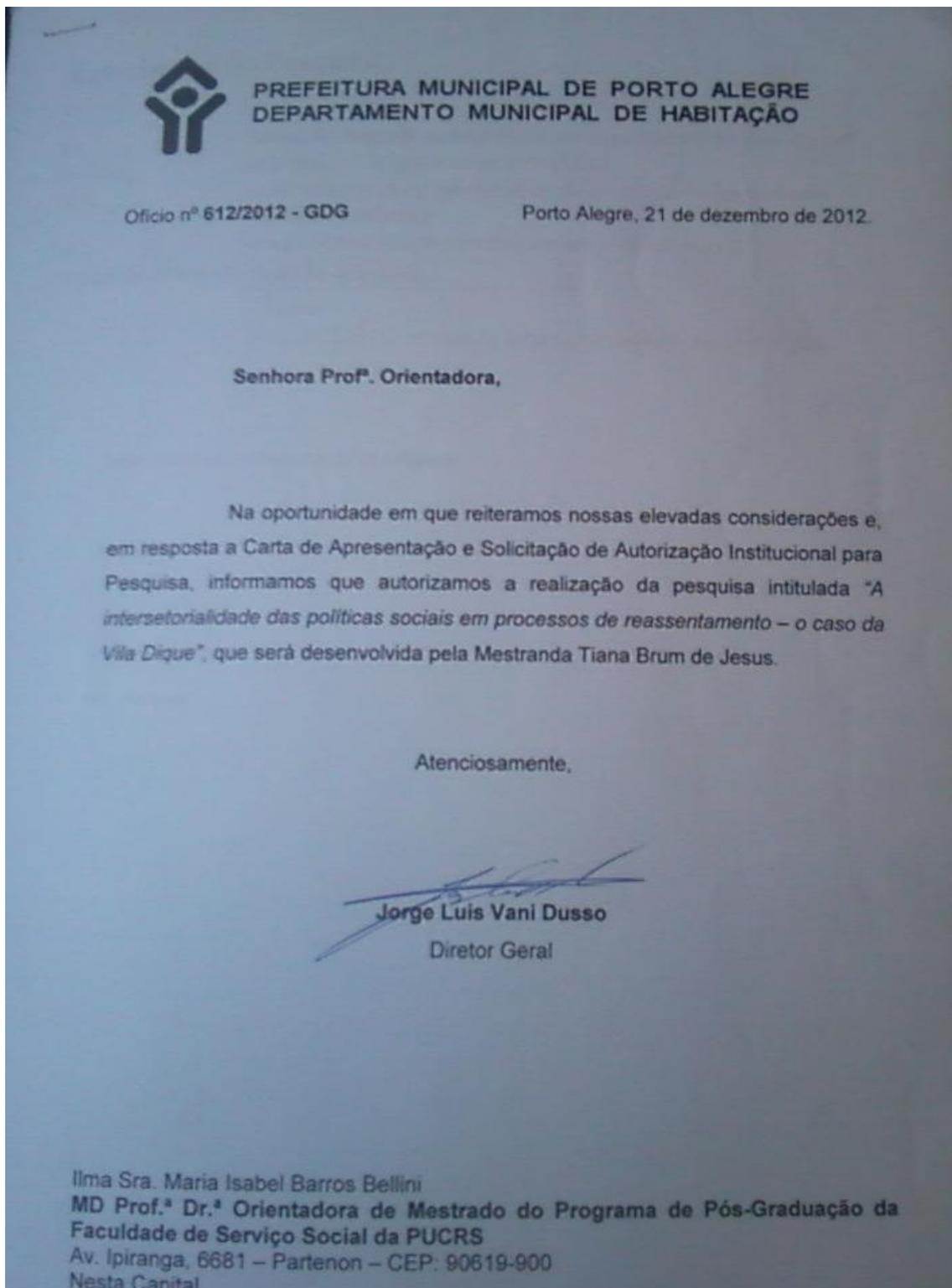

Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães
Coordenadora da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

Anexo B – Cartas de apresentação e autorização institucional para a pesquisa

Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB



Grupo Hospitalar Conceição - GHC



TERMO DE ANUÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO SETOR/SERVIÇO ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA NO GHC

Ref.: Projeto de pesquisa intitulado: **A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM PROCESSO DE REASSENTAMENTO – O CASO DA VILA DIQUE.**

Eu, **CLAUNARA SCHILLING MENDONÇA**, responsável pelo setor/serviço **GERÊNCIA DE SAÚDE COMUNITÁRIA/SERVIÇO DE SAÚDE COMUNITÁRIA/HNSC/GHC**, tenho ciência do protocolo/projeto de pesquisa supracitado, desenvolvido por **TIANA BRUM DE JESUS**, conheço seus objetivos e a metodologia que será desenvolvida, estando ciente de que o pesquisador não irá interferir no fluxo normal deste Serviço.

Porto Alegre, 18 de DEZEMBRO de 2012.


 Assinatura do Chefe do Serviço

Carimbo:

Claunara Schilling Mendonça
 Gerente
 Serviço de Saúde Comunitária-GHC

Versão: maio 2012

Fundação de Assistência Social - FASC

À Presidência

Para autorização.

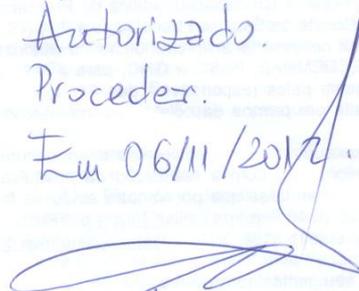
Informo que a aluna da PUC fará a entrevista com apenas uma Assist. Social da região Norte/Noroeste.

Em 01.11.12,


Fernanda Caldas Jardim
Coordenadora CRH/FASC
Psicóloga Matr 80211.9

Recebido em:	01/11/12
Hora:	17:15
Nome:	Seadi

À
CRH
Autorizado.
Proceder.
Em 06/11/2012.



Marco Antônio Seadi
Presidente/FASC
Matricula 15952.1

AATA CRH/FASC

Recebido em 06.11.12
Matr 75878.7

**Anexo C – Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil – CEP
PUCRS**

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A intersetorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento: o caso da Vila Dique

Pesquisador: MARIA ISABEL BARROS BELLINI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09901413.0.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ((CAPES))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 216.448

Data da Relatoria: 07/03/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa de Mestrado busca responder as seguintes questões:

a) Quais políticas sociais estão inseridas no processo de reassentamento da Vila Dique? Que ações intersetoriais, entre essas políticas sociais, são desenvolvidas, como forma de garantir acesso aos direitos, da comunidade da Vila Dique, em processo de reassentamento? b) Quais os critérios e fatores que direcionam as decisões nos processos de reassentamento de uma população? c) Quais as contribuições do Serviço Social na articulação de políticas sociais em processos de reassentamento de uma população?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a intersetorialidade entre as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos daquela comunidade.

Objetivo Secundário:

a) Identificar quais são as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de descrever de que forma se dão as ações intersetoriais; b) Identificar critérios e fatores que direcionam as decisões nos processos de

Endereço: Av.Ipiranga, 6681

Bairro:

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (513)320-3345

Fax: (513)320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

reassentamento de uma população, a fim de desvendar como esse direcionamento interfere no acesso às políticas sociais; c) evidenciar as contribuições do Serviço Social na articulação de políticas sociais em processos de reassentamento de uma população, refletindo as potencialidades de uma atuação subsidiada pelo projeto ético político profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresenta riscos mínimos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa tendo como referencial epistemológico o Método dialético crítico, que fornece subsídios para a leitura, interpretação e análise da realidade. Principais categorias do método a serem utilizadas: a totalidade, a historicidade e a contradição. Categorias explicativas da realidade: Intersetorialidade, Políticas

Sociais, Reassentamento de comunidades e Território, Garantia de direitos. Instrumentos e técnicas da pesquisa: a análise documental dos dois documentos- Projeto Técnico Social do

Reassentamento e as atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP) e da Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO).

Outro Instrumento é o grupo focal com moradores já reassentados e com moradores que ainda estão na Vila Dique. Realizar-se-á dois grupos, um

em cada território, com participação de 6 a 12 pessoas, entre elas lideranças comunitárias de igrejas, clube de mães, Conselho Local de Saúde,

Agentes Comunitários de Saúde e associação de moradores. O procedimento de amostragem é de caráter intencional. Pretende-se realizar coleta

de dados através de entrevista semi-estruturada com assistentes sociais inseridos nas principais políticas sociais envolvidas diretamente no

processo de remoção, a priori: saúde, assistência social, habitação e educação. Os procedimentos de coleta serão subsidiado por três instrumentos:

o roteiro para análise documental, o roteiro para o grupo focal e o roteiro para a entrevista semi-estruturada. Partimos da Análise de Conteúdo, ancorada em Minayo (2004, p.199), para a análise dos dados, que

Endereço: Av.Ipiranga, 6681

Bairro:

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (513)320-3345

Fax: (513)320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

refere uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando sentidos manifestos do material. (...) articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção de mensagem. O projeto está bem estruturado e fundamentado. Trata de um tema socialmente relevante e poderá contribuir com subsídios para as políticas públicas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

O projeto está eticamente adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pesquisadoras incluíram a documentação faltante.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 11 de Março de 2013

Assinador por:
Rodolfo Herberto Schneider
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681
Bairro: CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)320-3345 Fax: (51)320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

Anexo D – Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil – CEP GHC



GRUPO HOSPITALAR
CONCEIÇÃO/HOSPITAL
NOSSA SENHORA DA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A intersectorialidade das políticas sociais em processos de reassentamento: o caso da Vila Dique

Pesquisador: MARIA ISABEL BARROS BELLINI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09901413.0.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ((CAPES))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 259.941

Data da Relatoria: 10/04/2013

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado em Serviço Social da PUCRS que busca responder: Quais políticas sociais estão inseridas no processo de reassentamento da Vila Dique? Que ações intersectoriais, entre essas políticas sociais, são desenvolvidas, como forma de garantir acesso aos direitos aos moradores da comunidade da Vila Dique, em processo de reassentamento?

Pesquisa qualitativa tendo como referencial epistemológico o Método Dialético.

Inicialmente será feita análise de dois documentos- Projeto Técnico Social do Reassentamento e as atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP) e da Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO).

Outro Instrumento a ser utilizado será o grupo focal com moradores já reassentados e com moradores que ainda estão na Vila Dique. Realizar-se-á dois grupos, um em cada território, com participação de 6 a 12 pessoas, entre elas lideranças comunitárias de igrejas, clube de mães, Conselho Local de Saúde, Agentes Comunitários de Saúde e Associação de Moradores. O procedimento de amostragem é de caráter intencional. Também será realizada coleta de dados através de entrevista semi-estruturada com assistentes sociais inseridos nas principais políticas sociais envolvidas diretamente no processo de remoção. Os procedimentos de coleta serão subsidiado por três instrumentos: o roteiro para análise documental, o roteiro para o grupo focal e o roteiro para a entrevista semi-estruturada.

Endereço: Francisco Trein, 596 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HNSC), sala 11
Bairro: CRISTO REDENTOR **CEP:** 91.350-200
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3357-2407 **Fax:** (51)3357-2407 **E-mail:** cep-ghc@ghc.com.br



GRUPO HOSPITALAR
CONCEIÇÃO/HOSPITAL
NOSSA SENHORA DA



Será utilizado Análise de Conteúdo, ancorada em Minayo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a intersetorialidade entre as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de evidenciar a relação com o acesso aos direitos dos sujeitos daquela comunidade.

Objetivo Secundário:

- a) Identificar quais são as políticas sociais envolvidas no processo de reassentamento da Vila Dique, a fim de descrever de que forma se dão as ações intersetoriais;
- b) Identificar critérios e fatores que direcionam as decisões nos processos de reassentamento de uma população, a fim de desvendar como esse direcionamento interfere no acesso às políticas sociais;
- c) Evidenciar as contribuições do Serviço Social na articulação de políticas sociais em processos de reassentamento de uma população, refletindo as potencialidades de uma atuação subsidiada pelo projeto ético político profissional

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não apresenta riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado e fundamentado. Trata de um tema socialmente relevante e poderá contribuir com subsídios para as políticas públicas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os TCLE deverão ser adequados ao GHC:

Retirar PUCRS e citar o coordenador do CEP-GHC para eventual contato.

Acrescentar e-mail e endereço físico dos pesquisadores

Recomendações:

Citadas acima.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Adequar os TCLE conforme considerações acima.

Obs: Realizadas as adequações em 26.04.2013

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Francisco Trein, 596 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HNSC), sala 11
Bairro: CRISTO REDENTOR CEP: 91.350-200
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3357-2407 Fax: (51)3357-2407 E-mail: cep-ghc@ghc.com.br



GRUPO HOSPITALAR
CONCEIÇÃO/HOSPITAL
NOSSA SENHORA DA



Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 30 de Abril de 2013

Assinador por:

**Daniel Demétrio Faustino da Silva
(Coordenador)**

Endereço: Francisco Trein, 596 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HNSC), sala 11
Bairro: CRISTO REDENTOR **CEP:** 91.350-200
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3357-2407 **Fax:** (51)3357-2407 **E-mail:** cep-ghc@ghc.com.br

J58d

Jesus, Tiana Brum de

Um *dique* no meio do caminho: processos de reassentamento e a intersetorialidade das políticas sociais. / Tiana Brum de Jesus. – Porto Alegre, 2014.
169 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

Orientação: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini.

1. Serviço Social. 2. Processos de Reassentamento.
3. Habitação – Porto Alegre – Aspectos Sociais.
4. Intersectorialidade. 5. Política Social. I. Bellini, Maria Isabel Barros. II. Título.

CDD 363.5

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:
Cíntia Borges Greff – CRB 10/1437**